

**Universidade Federal de Goiás**  
**Faculdade de Educação**

**Francielle Teodósio de Oliveira Silva**

**Licenciatura em Psicologia: Uma Perspectiva Historiográfica**

**Goiânia**

**2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESSES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese

#### 2. Nome completo do autor

Francielle Teodósio de Oliveira Silva

#### 3. Título do trabalho

Licenciatura em Psicologia: Uma Perspectiva Historiográfica

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO\*

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
  - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por Anderson De Brito Rodrigues, Professor do Magistério Superior, em 04/05/2020, às 07:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por FRANCIELLE TEODOSIO DE OLIVEIRA SILVA, Discente, em 06/05/2020, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

06/05/2020

SEVUFG - 1305006 - Termo de Ciência e de Autorização (TECA)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 1305006 e o código CRC 3305B691.

Referência: Processo nº 23070.020967/2020-31

SEI nº 1305006

**Universidade Federal de Goiás**  
**Faculdade de Educação**

**Francielle Teodósio de Oliveira Silva**

**Licenciatura em Psicologia: Uma Perspectiva Historiográfica**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como exigência para obtenção do título de Mestre em Psicologia, linha de pesquisa Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Anderson de Brito Rodrigues.

**Goiânia**

**2020**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Teodósio de Oliveira Silva , Francielle  
Licenciatura em Psicologia: Uma Perspectiva Historiográfica  
[manuscrito] / Francielle Teodósio de Oliveira Silva . - 2020.  
XIV,116 f.

Orientador: Prof. Dr. Anderson de Brito Rodrigues .  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação  
em Psicologia, Goiânia, 2020.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas, tabelas.

1. Licenciatura em Psicologia. 2. História . 3. Documentos .  
4. Revista Psicologia Ensino e Formação . I. de Brito Rodrigues ,  
Anderson, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO  
**FRANCIELLE TEODÓSIO DE OLIVEIRA SILVA**

Ao décimo dia do mês março de dois mil e vinte (10/03/2020) às 17:00 reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: **Prof. Dr. Anderson de Brito Rodrigues**, doutor (a) em Educação pela Universidade Federal de Goiás, **Prof. Dr. Divino de Jesus da Silva Rodrigues**, doutor (a) em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e **Prof. Dr. Susie Amâncio Gonçalves de Roure** doutor (a) em Educação pela Universidade Federal de Goiás para, sob a presidência do (a) primeiro (a), e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à defesa da dissertação intitulada: “**Licenciatura em Psicologia: Uma Perspectiva Historiográfica**” em nível de Mestrado, área de concentração em Psicologia, de autoria de **Francielle Teodósio de Oliveira Silva**, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo (a) presidente da Banca Examinadora, **Prof. Dr. Anderson de Brito Rodrigues**, que fez a apresentação formal dos membros da Banca e deu-se início à apreciação e avaliação do texto. A Banca Examinadora, após a apreciação e avaliação do texto apresentado, decidiu considerá-lo (a) **APROVADO (A)**. Os trabalhos foram concluídos e eu, **Prof. Dr. Priscilla Melo Ribeiro de Lima**, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FE/UFMG, lavrei a presente ata que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Anderson de Brito Rodrigues

Prof. Dr. Divino de Jesus da Silva Rodrigues

Prof. Dr. Susie Amâncio Gonçalves de Roure

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Anderson De Brito Rodrigues, Professor do Magistério Superior**, em 10/03/2020, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Divino de Jesus da Silva Rodrigues, Usuário Externo**, em 10/03/2020, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Susie Amancio Goncalves De Roure, Professor do**

08/04/2020

SEI/UGF - 1213448 - Ata de Defesa de Dissertação



**Magistério Superior**, em 10/03/2020, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima**, Coordenadora de Pós-Graduação, em 25/03/2020, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 1213448 e o código CRC 33D7ACD1.

Referência: Processo nº 23070.003538/2020-08

SEI nº 1213448

## **Dedicatória**

A todos que colaboram e acreditam em uma Psicologia comprometida eticamente com um ensino democrático.

## **Agradecimentos**

A minha mãe Valdete, que sempre contribuiu com toda força e apoio incondicional para a concretização dos meus estudos e sonhos;

A minha tia Elizete, por todo incentivo e por me acompanhar em toda a minha trajetória de vida;

Aos meus afilhados Rodrigo e Pablo, por terem tornado mais alegre e tranquilo os dias tomado pelo cansaço;

A professora Tânia Maia, que durante a graduação, por meio de sua dedicação e postura profissional despertou em mim o interesse pelo campo da licenciatura em psicologia;

Ao meu professor e orientador, Anderson de Brito Rodrigues, pela dedicação, contribuição e compartilhamento de conhecimento com todo respeito e compromisso;

Ao professor Divino de Jesus e a professora Susie Amâncio, pelas observações cuidadosas feitas no exame de qualificação, que contribuíram para o desenvolvimento e finalização da pesquisa;

As amigadas, que foram construídas durante o mestrado por meio de troca de conhecimentos, ideias e sonhos, que deixou mais leve esse caminho;

Aos amigos que fazem parte da minha história de vida, por todo incentivo, escuta e confiança;

A Universidade Federal de Goiás pelos conhecimentos transmitidos e construídos coletivamente desde a graduação até o mestrado;

A todos que contribuíram de alguma maneira para a realização desse trabalho, muito obrigada!

Mais do que nunca é preciso preservar a universidade como lugar de resistência, de necessária contestação. Resistência que assuma sobretudo a forma de reposição teimosa da educação como formação. Educar não é só informar, muito menos treinar. Educar é ressocializar, é convidar os alunos a somarem esforço com movimentos sociais em prol da dignidade para todos.

Maria Helena S. Patto

## Sumário

Lista de Quadros de documentos e produções acadêmicas analisadas.....	xii
Lista e abreviaturas e siglas .....	xiii
Resumo .....	xiv
Abstract.....	xv
Introdução.....	16
Pesquisa Histórica.....	19
Percurso Metodológico .....	22
Capítulo I.....	29
A Psicologia no Brasil: o percurso da regulamentação da profissão e a Licenciatura .....	29
1.1 Licenciatura em Psicologia e sua relação Histórica com os documentos.....	34
Capítulo II.....	56
Licenciatura em Psicologia: Revista Psicologia, Ensino e Formação .....	56
2.1 Licenciatura em Psicologia em nível nacional .....	61
Capítulo III .....	92
Representações atribuídas à Licenciatura em Psicologia .....	92
3.1 Identidade Docente no campo da Licenciatura em Psicologia .....	93
3.2 Formação do professor de Psicologia .....	98
3.3 Atuação e espaços de trabalho do Licenciado em Psicologia.....	104
3.4 Legislações e Psicologia .....	110
3.5 Licenciatura em Psicologia enquanto prática social .....	113
Considerações Finais .....	117
Referências .....	125

**Lista de Quadros de documentos e produções acadêmicas analisadas**

Quadro 1: Documento e assunto ao serem analisados .....	35
Quadro 2: Ano, Título e Autor(A), Assunto, Instituição referente aos artigos a serem analisados .....	59

### **Lista e abreviaturas e siglas**

ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia

PEPSIC- Periódicos Eletrônicos em Psicologia

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CRP - Conselho Regional de Psicologia

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

ETECS - Escola Técnica Estadual

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir o campo da Licenciatura em Psicologia no Brasil, entre os anos de 1950 a 2017, por meio de uma pesquisa histórica. Busca-se, investigar de que maneira esse cenário foi se constituindo em suas condições históricas e sociais. Essa pesquisa procurou em um primeiro momento apresentar e discutir alguns dispositivos legais relacionados à institucionalização da Psicologia no Brasil, e seus desdobramentos para o campo da Licenciatura em Psicologia. Posteriormente, a discussão nesse estudo está voltada para análise de produções acadêmicas que discutem sobre o que tem sido produzido em relação a esse campo, por meio da Revista Psicologia Ensino e Formação, devido esse periódico eletrônico organizar produções que englobam a Licenciatura em Psicologia. Após a realização dessas etapas, é apresentado aspectos que constituem esse campo, por meio de categorias que foram encontradas a partir das análises das produções acadêmicas, que possibilitaram a compreensão sobre o modo que essa área vem sendo organizada e pensando no campo do ensino e na formação em psicologia. Esse estudo constrói-se por meio de análise documental, revisão bibliográfica realizada em livros, artigos científicos, dissertações, teses, legislações referentes a Licenciatura em Psicologia, em um contexto global. Parte-se do entendimento que a licenciatura em psicologia historicamente ocupa um espaço no ensino, que por diversas vezes se confunde com outras áreas de atuação da psicologia, dificultando a compreensão desse campo tanto pelo aspecto da atuação do professor de psicologia, como da própria formação. A pesquisa permitiu compreender que a Licenciatura em Psicologia passou por várias mudanças históricas, políticas e sociais no decorrer de seu desenvolvimento, sinalizando os desafios, compromissos, práticas, lacunas e uma maior necessidade do fortalecimento na produção de conhecimento dessa área.

**Palavras-chave:** Licenciatura em Psicologia; História; Documentos; Revista Psicologia Ensino e formação.

### **Abstract**

This article aims to discuss the constitution of the Degree in Psychology in Brazil, between 1950 and 2017, through historical research. We seek to investigate how this field was formed in its historical and social characteristics. First, this research sought to present and discuss the legislation related to the institutionalization of Psychology in Brazil and its developments in the Psychology undergraduate area. Subsequently, this discussion focused on the analysis of academic productions that seek to discuss what was produced in relation to this field, through the journal *Psicologia Ensino e Formação*. After performing these steps, aspects of this area are presented, through categories found from the analysis of academic productions, which enabled the understanding of how the Psychology Degree was organized and thought in the field of teaching and training in psychology. This electronic device organizes productions that address this subject. This study is constructed by means of documentary analysis, bibliographic review performed on books, scientific articles, dissertations, theses, legislation related to Psychology graduation, in a global context. We understand that undergraduate psychology historically occupies a space in teaching, often confused with other areas of psychology, making it difficult to understand this field, both from the aspect of the psychology professor's performance and from the training itself. . Thus, this research allows us to discuss in which interests, conditions and commitment this area is being built. The research allowed us to understand that undergraduate psychology underwent several historical, political and social changes during its development, signaling challenges, commitments, practices, gaps and a greater need to strengthen the production of knowledge in this field.

**Keywords:** Degree in Psychology; History; Documents; Journal *Psicologia Ensino Formação*.

## Introdução

No decorrer de minha formação em Psicologia, participei de projetos voltados para o campo da educação relacionados à Psicologia. Isso ocorreu por meio de elaboração de atividades e intervenções em diferentes contextos escolares públicos na cidade de Catalão, perpassando pela educação infantil e de jovens e adultos, como a realização do estágio de Licenciatura, que fortaleceu em mim o interesse em estudar sobre a formação do professor de Psicologia. Apesar desse assunto ser distante do que tinha produzido enquanto trabalho de conclusão de curso, a questão da Licenciatura em Psicologia sempre apareceu em meus questionamentos, decorrentes das práticas realizadas nas escolas e de observações realizadas de que, por diversas vezes, a Psicologia aparecia no contexto escolar como instrumento para solucionar problemas, não apenas por profissionais de outras áreas, mas pela própria história da Psicologia e sua relação com a Educação.

Durante a realização do estágio em Licenciatura em Psicologia, estive muito voltada para a prática das regências para alunos da Educação de Jovens e Adultos. O estágio, além de proporcionar o contato com a sala de aula, possibilitou conhecer diferentes realidades que, muitas vezes, passam despercebidas pela própria Psicologia, como repensar as próprias práticas desenvolvidas em outros campos de estágio e as dificuldades que a Licenciatura encontra na nossa realidade brasileira. Essa experiência fez despertar o interesse em entender sobre a formação do professor de Psicologia historicamente e as concepções de ensino e prática desse licenciado.

Para a formação do licenciado em Psicologia, no decorrer do curso, foram feitas disciplinas como Psicologia da Educação, Fundamentos Filosóficos e Sócio-históricos da Educação, Políticas Públicas, Supervisão de Estágio, dentre outras. Nelas a discussão era ampliada para a formação desse professor, tratavam de didática, bem como de seu compromisso enquanto disciplina para a educação básica. Porém, a maioria dessas disciplinas apresentava a formação de professores de Licenciatura de maneira ampla, o que não impossibilitou discussões para a própria Psicologia. Contudo, já apontando a necessidade de construir um projeto político pedagógico que contemplasse as especificidades dessa área.

O estágio foi realizado por meio de regências para alunos da Educação de Jovens e Adultos sobre o tema “Ética nas relações cotidianas”, como tema transversal por meio da disciplina de sociologia, ministrada no período noturno numa escola pública da cidade de Catalão. O assunto escolhido para as regências foi construído coletivamente entre os estagiários, os alunos e a professora da disciplina, considerando a realidade da escola. A finalização do estágio provocou mais inquietações pela necessidade de compreender o que se

entendia por Licenciatura em Psicologia, pelo interesse e compromisso presente na formação de professores dessa área.

Assim, a ideia em pesquisar o campo da Licenciatura em Psicologia surgiu no decorrer da graduação com a escolha de não apenas ter feito bacharelado, mas também Licenciatura. Essa escolha não ocorreu de forma isolada e sim por meio de discussões realizadas em sala de aula, de projetos voltados para o campo da educação, de uma pesquisa feita com professores universitários acerca do significado de ensinar e formar, participação em eventos e pelo estágio obrigatório em Licenciatura. Ao ingressar no mestrado, a proposta inicial de pesquisa estava relacionada à formação do professor de Psicologia, devido essas experiências mencionadas anteriormente. Porém, um tema um tanto amplo, mas que durante o mestrado, foi se modificando e fortalecendo enquanto objeto desta pesquisa, juntamente com as disciplinas cursadas, orientações, leituras, estágio de docência. Desse modo, este trabalho foi sendo ampliado, assim como o objeto de pesquisa melhor compreendido.

Com a disciplina de Pesquisa e Método, foi possível ampliar a compreensão sobre metodologia em Pesquisa, com destaque para a pesquisa histórica e documental, por essa ser a base metodológica deste trabalho, pois pelo projeto inicial, essa questão do método carecia de aprofundamento. Esse entendimento ocorreu tanto pelo contato com a disciplina, quanto pelos estudos a respeito da pesquisa historiográfica.

Na disciplina Psicologia e Docência, foi possível estudar os processos de formação relacionados ao professor e à docência universitária, por meio de uma visão crítica em que o conhecimento é voltado para o ensino e a aprendizagem. Essa disciplina contribuiu para o entendimento no que se refere às contribuições do saber psicológico no campo da Educação, bem como sobre o funcionamento das políticas públicas de ensino superior.

Outra disciplina também com grande importância foi a de Epistemologia e Psicologia, em que foi trabalhado o conhecimento e sua relação entre sujeito e objeto, em um projeto científico relacionado à Psicologia. Permitiu ainda, uma visão crítica referente às diferentes perspectivas epistemológicas e sua ligação com a história da Psicologia, dialogando com o campo não apenas da Psicologia, mas com a filosofia também.

A disciplina optativa Historiografia da Psicologia Brasileira contribuiu diretamente para a construção do objeto desta pesquisa, no sentido de ter apresentado leitura de textos, discussões e investigações críticas, as quais colaboraram para o entendimento desse campo historiográfico. As problematizações realizadas nessa disciplina foram importantes para o entendimento sobre o que é uma pesquisa histórica e o uso de documentos como fontes de pesquisa.

Durante esse percurso entre disciplinas, seminários e orientações, houve a realização do IV Seminário do Programa de Pós-graduação em Psicologia (UFG), cuja proposta foi a de apresentar e divulgar o que já se tinha feito na pesquisa. Esse momento auxiliou na construção da dissertação, no sentido de que os apontamentos realizados por um interlocutor externo à pesquisa, ajudou a delimitar mais o tema de estudo pelas indicações de leituras, como também alguns questionamentos sobre o que já se tinha apresentado.

Outro momento importante a ser mencionado nesse percurso foram os seminários avançados I e II, que contribuíram para a construção do objeto de pesquisa, bem como da escrita da dissertação, por meio de leituras, orientações, apontamentos, apresentação de autores. Esses aspectos ajudaram no entendimento da história da Psicologia no Brasil.

Ao longo desse caminho, a presente pesquisa passou a dialogar com vários autores, como Antunes, Massimi, Yamamoto, Hobsbawn, Patto, Larocca, dentre outros. Foi importante o contato com esses autores, pois esses contribuíram para a ampliação acerca do conhecimento sobre a historiografia da Psicologia, o que permitiu uma melhor compreensão sobre o método histórico desta pesquisa.

A Psicologia como campo do conhecimento desafia questões, seja no âmbito social, econômico, individual e psicológico, no sentido em que esse campo é cada vez mais chamado a dar respostas a uma diversidade de problemáticas que são postas na atualidade. Nesse cenário, a Psicologia se faz cada vez mais presente como profissão que é procurada para responder por diferentes demandas da sociedade. Seu ensino pode possibilitar tanto a formação de sujeitos participativos, por meio de um saber capaz de contribuir para a discussão e reflexão crítica coletivamente e não individualizada em seus preceitos teóricos, como também a produção de uma profissão meramente técnica. Esta estaria a serviço de uma demanda cuja preocupação não esteja em formar sujeitos críticos e para a autonomia, mas sim apenas para a manutenção de uma profissão ausente de responsabilidade social.

É nesse contexto que o conhecimento da Psicologia passa a ocupar um lugar estratégico no ensino, que se faz importante buscar compreender o campo da Licenciatura em Psicologia, por estar diretamente implicada com o ensino e a formação de professores, para além de uma Psicologia que mantém apenas o status clínico. Pelo contrário, uma área que possui uma relação histórica com o campo educacional. Nesse sentido, problematizar a Licenciatura em Psicologia por uma perspectiva histórica é discutir esses apontamentos, buscando compreender as condições históricas e sociais implicadas nesse percurso.

A Licenciatura em Psicologia no Brasil é uma modalidade de formação resguardada desde 1962, pela Lei nº 4119, que dispõe acerca dos cursos de formação em Psicologia e

regulamenta a profissão de psicólogo. Esse campo ainda é assegurado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia 2004/2011.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo apresentar e discutir como ocorreu a constituição do campo da Licenciatura em Psicologia, por meio de uma perspectiva historiográfica. Procura-se compreender as condições históricas e sociais implicadas nesse campo, a partir da problemática de pensar qual o lugar que a Licenciatura em Psicologia historicamente ocupa no campo do Ensino e na própria Psicologia e sua importância enquanto produção de conhecimento. Para poder refletir e discutir sobre essa questão, serão apresentados a seguir compreensões teóricas sobre o objeto de pesquisa, como o percurso metodológico que possibilitou a elaboração deste trabalho.

### **Pesquisa Histórica**

Para Hobsbawn (1997), fazer história não é uma mera reconstrução de acontecimentos do passado. A história deve estar comprometida com questões políticas, sociais, econômicas e culturais. Dessa forma, essa pesquisa se relaciona com a ideia de historiografia. Isso no sentido em que o pesquisador precisa manter um olhar crítico e atento sobre o contexto da época a ser estudada e não ter uma visão fechada, que determina os acontecimentos como verdades, é preciso questionar e compreender os interesses presentes não como algo natural, mas que foram constituídos historicamente.

Segundo Hobsbawn (1997), o método histórico não apresenta uma ordem de continuidade e coerência, esse modo de fazer pesquisa considera a experiência histórica como fonte que apresenta as mudanças ocorridas no decorrer da humanidade. Desse modo, uma pesquisa histórica não se constrói por sucessão de acontecimentos cronologicamente. A pesquisa histórica ocorre mediante uma reconstrução crítica em relação aos acontecimentos, a visão do pesquisador e seu objeto de estudo. Para esse autor, os historiadores representam um campo de memória das experiências passadas em um sentido mais amplo. São autores políticos implicados na construção de uma história crítica comprometida com os fatos, os abusos políticos e o ideológico da própria história, como não representa uma visão determinista de futuro conforme é expresso em suas palavras:

A história não é uma escatologia secular, quer concebamos seu objetivo como um progresso universal interminável, como uma sociedade comunista ou que seja. Isso são coisas que lemos nela, mas não podemos deduzir dela. O que ela pode fazer é descobrir os padrões e mecanismos da mudança histórica em geral, e mais particularmente das transformações das sociedades humanas durante os últimos séculos de mudança radicalmente aceleradas e abrangentes (Hobsbawm, 1998, p.43).

De acordo com Campos (1998), a pesquisa histórica é um campo que busca compreender os acontecimentos por meio de uma reconstrução do passado no presente, de uma organização dos acontecimentos e identificação dos fatos, para assim interpretá-los. Para essa autora, existem diferentes maneiras de realizar uma pesquisa histórica, mas que independente do procedimento que foi escolhido pelo pesquisador, é necessário criar um caminho que consiga acessar as fontes, realizar as análises, considerando o contexto social e cultura que foram produzidas as informações, para então realizar as interpretações e discussão encontradas. A escrita da história, para Hobsbawn (1997), ocorre por meio desse movimento de levantamento de dados, análise de documentos e interpretação.

É importante ao pesquisador manter um posicionamento de respeito com os documentos desde os levantamentos das fontes, da seleção de informações e interpretação por uma leitura minuciosa, comprometida e crítica diante ao objeto de pesquisa. Isso deve ser feito para evitar uma história privilegiada por determinados interesses e dissociada de seu contexto. Estudar as mudanças ocorridas pela humanidade, pela perspectiva histórica, é compreender que determinada época é marcada por contradições, avanços, conflitos, retrocessos, conquistas e rupturas, não existindo uma história fora das relações sociais.

Conforme Aróstegui (2006), a pesquisa histórica se constrói por meio da utilização de fontes, de achados, de acontecimentos, experiências em que o historiador precisa encontrar um modo de estabelecer sua pesquisa, considerando as informações, as fontes, bem como a organização das informações. De acordo com Castanha (2012), o termo fonte vem do latim, que remete ao conceito da origem, causa e princípio, tendo o documento como base da produção histórica. Nesse sentido, os documentos representam a fonte que diz sobre o modo de organização de determinado tempo histórico, apresentando as lacunas como as contradições presentes na história da humanidade, como produto da cultura. Esses aspectos podem ser compreendidos a partir da cultura, que “é tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico” (Silva, 2005, p.158).

Segundo Castanha (2012), na atualidade, não existe discordância que os documentos são a base para a constituição do conhecimento histórico entre os historiadores. O que diferencia uma perspectiva de outra é o modo de estudo em relação às fontes, a organização, a releitura, as interpretações referentes ao documento. No que se refere às fontes, Saviani (2004) apresenta:

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, e nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (p. 5-6).

Lombardi (2004) também apresenta as fontes como produção da história dos homens:

As fontes resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de forma que produza e reproduza as condições de existência e de vida (p. 155).

A organização dos documentos numa pesquisa, como o uso, a seleção e a interpretação das fontes históricas, está também diretamente ligada às contradições sociais, existentes em determinado tempo e espaço. Essa condição não se relaciona a uma história linear, fechada, contínua, que almeja o progresso, mas a um movimento de constante transformação. O documento é uma das fontes histórica de uma pesquisa, que busca discutir as condições históricas, políticas e sociais de determinada época. Nesse cenário, o pesquisador precisa ter um olhar atento e crítico ao documento, no sentido de não possuir ideias já fechadas ou contaminadas por uma única perspectiva.

Em conformidade com Castanha (2012), as fontes históricas, até as primeiras décadas do século XX, consideravam apenas os documentos escritos, principalmente os referentes ao Estado, o que demonstra que os interesses de determinada categoria, como classe social, muitas vezes era legitimado por meio dos documentos. Ainda, de acordo com esse autor, os avanços na pesquisa, na área da historiografia, possibilitaram uma ampliação referente ao conceito e à seleção das fontes, permitindo que esse campo ampliasse a noção de fonte histórica para além dos registros oficiais. Isso também demarca um processo determinado por interesses e contradições presentes ao longo da história.

Para Castanha (2012), durante algum tempo, a discussão feita pelo positivismo era de que o documento era neutro, não apresentava nenhum interesse e era apenas prova do passado. Porém, essa discussão se ampliou para o próprio conceito de documento. Assim, a história vem questionar essa visão, ampliando e problematizando esses aspectos que, diversas vezes, eram mantidos vinculados aos poderes e saberes dos interessados.

Castanha ressalta (2012) que existe uma discussão no campo da historiografia relacionada aos tipos de fontes, mesmo que essa já tenha seu campo ampliado. Essa discussão é referente à divisão dos documentos em fontes primárias e secundárias; sendo a primeira a fonte original, oficial de determinado fato, enquanto a segunda representa o que foi produzido referente à fonte primária. Para o autor, essa divisão vem perdendo espaço nas pesquisas históricas, mantendo a perspectiva apenas de fontes como método de estudo. Desse modo, a presente pesquisa não faz a divisão entre fonte primária e secundária, apenas discute os documentos a partir de fontes históricas.

Como afirma Cellard (2012), os documentos representam a experiência, o interesse de determinada época. Por isso, não podem ser vistos como uma mera reprodução de provas do passado ou uma verdade absoluta, mas sim um produto cultural e histórico de determinada sociedade. O documento possibilita ao pesquisador problematizar os acontecimentos por um olhar crítico e não de naturalização referente às questões no campo individual, coletivo, econômico, político e social.

Elaborar uma pesquisa historiográfica, que busca compreender e discutir em que condições a Licenciatura em Psicologia se desenvolveu no Brasil, por meio do uso de fontes que contemplam documentos oficiais e produções acadêmicas no campo da Psicologia, permite uma aproximação dos saberes históricos com o de um conhecimento que possa colaborar para a discussão de práticas sociais. Essa relação se faz presente ao reconhecer que a história referente a esse campo apresenta sobre o reconhecimento, as conquistas, os interesses políticos e as lutas existentes na trajetória da Licenciatura em Psicologia. Após essas considerações sobre o método histórico, o próximo tópico irá apresentar o percurso metodológico deste trabalho.

### **Percurso Metodológico**

A metodologia em uma pesquisa histórica possui funções importantes de planejamento e desenvolvimento que auxiliará no desenrolar das discussões e na possibilidade de alcançar resultados, garantindo ou não a sua realização. Outro aspecto fundamental é que o percurso metodológico de um trabalho contribui para a produção de conhecimento de maneira significativa, ampliando o olhar crítico e responsável diante dos problemas apresentados como objeto de estudo.

Para Massimi (1998), método possui o significado “caminho para”, o que remete sobre conhecer vários caminhos como possibilidades, pois não existe uma única metodologia que consiga dar conta de toda pesquisa histórica, mas que ao longo do tempo vai sendo

desenvolvida pela experiência e pela demanda do objeto de estudo. O método histórico possibilita conhecer sobre contextos de determinada época em meio às distâncias temporais como espaciais, não como um percurso metodológico fechado, mas por uma pluralidade possível de objetos a escolha do historiador.

Pela diversidade de significados que contempla a questão de método, segundo Oliveira (1998), esse pode ser entendido como caminho para alcançar resultados, planejamento e execução de estudo, investigação e percurso de comprovação dos objetos propostos pela pesquisa. Nesse campo, marcado pelos diferentes modos de compreensão sobre método, o autor ressalta a relevância de entender esse procedimento, não reduzido apenas como caminho para executar e viabilizar um estudo. Representa uma escolha que garantirá o desenvolvimento, análise e discussão conforme a perspectiva de estudo do pesquisador.

A pesquisa histórica como sendo produto das relações humanas, que utiliza de fontes como os documentos, carrega em sua metodologia questões relacionadas à humanidade, em nível individual, coletivo e de vida em sociedade. Assim, é fundamental que a metodologia adotada seja parte de uma perspectiva de sujeito histórico e da realidade concreta, não como objetos que possam servir para a dominação e manutenção de poderes, mas que possam vir a contribuir na socialização das produções de conhecimentos. Para a realização desta pesquisa, o método escolhido foi o histórico, em que a metodologia nessa perspectiva é compreendida como totalidade de todo o percurso realizado no estudo. Massimi (1998) destaca que, para a realização de uma pesquisa histórica, é preciso atender a cinco etapas fundamentais para a concretização do trabalho:

- 1: definição de um tema e um problema;
- 2: obtenção do material para a Investigação (o caminho em busca das fontes);
- 3: o tratamento das fontes;
- 4: a interpretação;
- 5: a escrita da História

O presente estudo tem como tema o desenvolvimento da Licenciatura em Psicologia, tendo como problemática a de pesquisar as seguintes questões: quais transformações históricas pelas quais esse campo passou e sua relação com os documentos? Qual o lugar da Licenciatura em Psicologia no campo do Ensino? De que maneira ela foi se constituindo enquanto campo profissional? Qual o interesse nesse campo para a formação em Psicologia?

A pesquisa tem como objetivo geral compreender as condições históricas e sociais implicadas no desenvolvimento da Licenciatura em Psicologia no Brasil, aproximadamente entre os anos de 1950 a 2017. Busca-se entender o processo de regulamentação da Psicologia no país e seus desdobramentos para o campo da Licenciatura, como também procura-se compreender de que maneira essa Licenciatura aparece no contexto atual de ensino e formação em Psicologia. Os objetivos específicos são: analisar fontes como documentos, diretrizes curriculares e periódicos, discutindo sua relação histórica com a Licenciatura em Psicologia; conhecer produções acadêmicas da Revista Psicologia, Ensino e Formação, que discutem a Licenciatura em Psicologia; compreender o percurso histórico dessa Licenciatura, considerando a análise dos documentos e da Revista; entender as condições históricas, políticas e sociais implicadas nesse percurso e a importância desse campo para a formação do professor de Psicologia.

Após a estruturação do tema de pesquisa, das questões apontadas e dos objetivos traçados que o trabalho propõe alcançar, foram realizadas as seguintes etapas:

- 1: levantamento dos documentos e do material bibliográfico para investigação;
- 2: mapeamento de documentos e produções acadêmicas;
- 3: seleção destes e do periódico eletrônico;
- 4: leitura, análise e interpretação dos dados mapeados;
- 5: escrita do trabalho.

Para a coleta desses dados, foram realizadas pesquisa em Banco de dados de dissertações e teses, periódicos eletrônicos de Psicologia, acesso a documentos pelo site da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, como também pelo portal do Ministério da Educação. As fontes encontradas foram divididas em duas etapas. A primeira, uma análise histórica sobre os documentos relacionados à Psicologia e sua relação com a Licenciatura entre os anos de 1950 a 2011. Em um segundo momento, a seleção de artigos da Revista Psicologia Ensino e Formação entre os anos de 2010 a 2017<sup>1</sup>, que discute sobre o campo da Licenciatura em Psicologia. Posteriormente, depois das análises das informações encontradas nesses dois espaços, houve a criação de categorias como resultados das produções acadêmicas que esta pesquisa encontrou.

---

<sup>1</sup> Os anos escolhidos de 2010 a 2017, não ocorreu de forma aleatória, mas devido 2010 marcar o início da produção acadêmica dessa revista, como 2017 ter sido o último ano que foram publicados trabalhos, até o momento dessa escrita. Ressaltando que o acesso eletrônico a essa revista aparece como última atualização 2019, porém o acesso a trabalhos são até 2017.

A escolha por essa revista eletrônica *Psicologia, Ensino e Formação* não ocorreu de forma aleatória, mas sim devido a esse periódico conter uma organização de produções referentes ao campo da Licenciatura em Psicologia, com discussões que passam pela formação, docência, política, educação, ensino, entre outros temas que aparecem nas discussões de seus artigos. Outro aspecto importante a ser considerado é que essa revista é de responsabilidade da ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia). A ABEP é a associação responsável pela discussão do ensino em Psicologia, incluindo o campo da Licenciatura. Essa associação surgiu em 1998 no Brasil, com o objetivo de promover o acesso ao ensino de Psicologia, bem como sua discussão e interação com a sociedade. De acordo com o site da Associação:

A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) é uma entidade de âmbito nacional, que tem a sua natureza institucional voltada para a reflexão, o desenvolvimento e o aprimoramento da formação em Psicologia no Brasil. A ABEP compreende que a formação em Psicologia deve estar comprometida com a realidade social do país vinculado à ética e ao exercício da cidadania (ABEP).

Buscar discutir os desdobramentos do campo da Licenciatura em Psicologia, por meio de produções que estão sendo feitas em relação a esse campo, vai ao encontro também da proposta da ABEP: esses conhecimentos não são apenas uma mera reprodução de práticas que estão sendo realizadas no ensino, mas apresentam um contexto histórico marcado por uma realidade social, como interesses de uma sociedade. Isso remete a pensar que as produções referentes a esse tema não ocorrem de forma isolada da sociedade, como também os documentos que regulamentam o exercício da profissão, como sua relação com o campo educacional.

Após toda essa organização, as fontes documentais, a exemplo dos arquivos encontrados no periódico eletrônico, passaram por uma minuciosa leitura e análise. Isso possibilitou uma maior segurança e entendimento para a delimitação do tema do estudo, como a compreensão da complexidade da pesquisa histórica marcada pelas especificidades e semelhanças encontradas nas fontes selecionadas. Segundo Castanha (2012), pensar as fontes em sua origem não significa compreendê-las como documentos neutros, ingênuos, deslocados espacialmente e temporalmente. Isso remete a refletir que uma pesquisa histórica precisa estar atenta ao mapeamento, à investigação, organização, interpretação e exposição dos fatos, tendo-se o cuidado para não realizar a construção de uma história determinista e fechada, sem considerar o espaço social e cultural.

O levantamento de informação, seleção de documentos e de produções acadêmicas encontradas na revista da ABEP e, posteriormente, a interpretação e discussão dos dados por meio do auxílio da pesquisa documental, de leituras de dissertações e teses, livros, artigos acadêmicos e revisão bibliográfica contribuíram na elaboração teórica deste estudo. Segundo Massimi (1998), para um trabalho de pesquisa se tornar possível é fundamental delimitar o tema, a escolha das fontes, para assim interpretar e realizar a escrita do trabalho. Numa pesquisa histórica, as perguntas sobre o objeto de estudo exigem métodos específicos. Por isso, para a autora, não existe uma única metodologia que consiga contemplar todo trabalho histórico.

Após a realização dessas etapas, as referências sobre a Licenciatura em Psicologia apareceram articuladas a uma diversidade de temas desde a seleção dos documentos. Isso destaca as obrigatoriedades desse campo, suas contradições e mudanças no decorrer da história da Psicologia, a seleção de produções acadêmicas que tratam essa temática por diferentes perspectivas voltada para o campo de formação, ensino, prática docente, estágio, dentre outras. Diante da quantidade de informações encontradas nos documentos e nos artigos analisados, foi necessário filtrar os dados obtidos nesses dispositivos. Foram selecionados os documentos referentes à regulamentação da Psicologia no Brasil, enquanto profissão, Diretrizes Curriculares para a Psicologia e educação, como a seleção dos artigos que em sua discussão era tratado o tema relacionado à Licenciatura em Psicologia, atentando-se ao que seria relevante ao estudo proposto.

Outro aspecto importante a considerar numa pesquisa histórica é que o recorte do tema, o período analisado e as categorias construídas ocorrem depois do levantamento dos dados encontrados nas fontes que vão apresentando as condições para o desenvolvimento da pesquisa. Nessa perspectiva, não há como afirmar ou apresentar definições, conceitos, antes de entrar em contato com os documentos e os artigos, são as informações encontradas nesses dispositivos que irão colaborar na elaboração do objeto de pesquisa. Por isso, as perguntas como problemas de estudo são abertas e são criadas no decorrer da escrita, não tendo como afirmar anteriormente, por exemplo, em que condições históricas a Licenciatura em Psicologia se desenvolveu ou que contribuições esse campo pode a vir apresentar para a sociedade.

No decorrer dessas etapas, com a realização de leituras, análises e interpretação das fontes documentais e acadêmicas, por meio do método histórico, foi possível chegar à última etapa desta pesquisa: a escrita do trabalho. Nessa etapa, em um primeiro momento, procurou-se manter as informações encontradas nos documentos na íntegra, bem como na análise dos

artigos, buscou-se por uma apresentação descritiva das questões encontradas, para posteriormente ampliar a discussão em torno do tema proposto.

O primeiro capítulo do trabalho propõe contextualizar a regulamentação da Psicologia no Brasil, apresentando sobre quais condições históricas ocorreram esse reconhecimento e os desdobramentos desse fato para o campo da Licenciatura em Psicologia entre os anos de 1950 a 2011. Isso porque a maior parte da produção de documentos referentes a essa área ocorreu durante esses anos. Nessa etapa, foi desenvolvida uma investigação sobre a Psicologia no Brasil, sua relação direta com as legislações referentes à formação do Psicólogo<sup>2</sup> e as que compõem o campo da educação, sendo fundamentais ao entendimento do funcionamento da Licenciatura e como esses dispositivos se expressam sobre essa temática.

O segundo capítulo descreve, por meio da apresentação dos artigos analisados como fontes oriundas da Revista Psicologia, Ensino e Formação, entre os anos de 2010 a 2017, discussões encontradas referentes ao campo da Licenciatura em Psicologia. Busca-se sinalizar o que tem sido produzido em relação a esse campo, considerando as exigências das Legislações e de que maneira essa área vem se estruturando durante a formação como atuação dos licenciados. Outro aspecto exposto nesse capítulo diz respeito aos sentidos e significados acerca do tornar-se professor de Psicologia, assim como às lacunas, conquistas e aos desafios encontrados na constituição desse campo historicamente.

O terceiro capítulo retoma a discussão histórica sobre que condições a Licenciatura em Psicologia no Brasil se desenvolveu e de que maneira se constitui na realidade no ensino e formação em Psicologia, por meio de categorias que foram construídas a partir da seleção das informações encontradas pela descrição dos artigos. Com uma minuciosa e detalhada apresentação das produções acadêmicas da revista, foi possível observar questões semelhantes e específicas nesse campo, desde o processo de institucionalização da Psicologia no Brasil até os dias atuais. Assim, esse capítulo traz uma discussão teórica, política e social da Licenciatura em Psicologia e como os aspectos históricos contribuem para a compreensão da importância desse campo.

Diante do exposto, esta pesquisa almeja analisar algumas questões levantadas ao longo dessa produção e outras que possam estar relacionadas com a Licenciatura em Psicologia, como também contribuir para pensar de forma crítica a respeito da importância dessa área para a construção de um ensino de qualidade e de acesso a todos. A reconstrução

---

<sup>2</sup> O termo Psicólogo escrito no masculino não se refere a questão de gênero. Esse termo nessa dissertação contempla Psicólogas como Psicólogos enquanto profissionais da Psicologia.

histórica dessa área que esta pesquisa propõe procura mostrar a necessidade do fortalecimento da Licenciatura por meio de uma Psicologia eticamente comprometida com a educação e a realidade social em seus diferentes contextos.

## Capítulo I

### **A Psicologia no Brasil: o percurso da regulamentação da profissão e a Licenciatura**

Este capítulo busca apresentar um panorama histórico acerca da institucionalização da Psicologia no Brasil e sua relação com a Licenciatura em Psicologia, não como uma mera reconstrução de acontecimentos que possibilitaram sua autonomização, mas um fazer histórico comprometido em compreender os interesses e as condições históricas e sociais presentes nesse percurso. Para isso, inicialmente será feita uma apresentação em torno do reconhecimento da Psicologia no Brasil, considerando as condições históricas presentes nesse campo antes mesmo de 1962, e posteriormente ampliando a discussão a partir da análise dos documentos relacionados a esse contexto.

Ao problematizar o surgimento e desenvolvimento da ciência psicológica no Brasil, Massimi (2008) assevera que os primeiros estudos estavam relacionados a profissionais ligados à área médica, à educação e à filosofia, durante o século XIX. Na área médica, existia uma forte tendência a estudos influenciados pela Psicologia experimental e pela fisiologia, pesquisas essas que focalizavam explicações do comportamento humano por meio de estudos e experimentos com uma visão biológica de homem. As pesquisas referentes ao comportamento humano, como campo de compreensão a partir de saberes psicológicos, sendo reconhecido como uma ciência ganharam seu espaço por meio da Psicologia experimental com a criação do primeiro laboratório de Psicologia na Alemanha, influenciando a Psicologia no Brasil.

Para Antunes (2003), o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão surgiu em um contexto marcado por questões, sociais, econômicas, políticas e culturais. Os filósofos, educadores, políticos, médicos foram os primeiros a estudarem temas relacionados à Psicologia, questões essas que à época não tinham a definição de um saber psicológico, mas que já abrangiam aspectos como emoções, afetos, educação, visão de homem, de sociedade referente ao comportamento humano. No Rio de Janeiro e na Bahia, surgiram as primeiras teses voltadas a essa área da Psicologia pelos cursos de medicina, ao pesquisarem temas que são reconhecidos como campo da Psicologia. Os primeiros estudos voltados ao comportamento, à compreensão do homem, à realidade ocorre pela filosofia, pelos estudos e questionamentos e inquietações que rodeavam a sociedade e os homens. Os estudiosos da área da educação também contribuíram para o fortalecimento da Psicologia como uma ciência, a

partir da criação de laboratórios no interior de espaços escolares, levando esses saberes para o contexto educacional, em que a Psicologia se fortaleceu como disciplina de diversos cursos.

Segundo Antunes (2003), o Brasil do século XIX estava passando por grandes transformações, seja no âmbito social, seja no âmbito político, econômico e cultural, em que a produção de saberes psicológicos passou a fazer parte desse novo cenário. Entretanto, o pensamento psicológico no Brasil já se fazia presente antes mesmo dessa nova configuração. Com o desenvolvimento da filosofia, fisiologia e com o surgimento de novos problemas sociais, o saber psicológico era cada vez mais solicitado juntamente com a medicina e educação para responder a essas questões. Foi nesse cenário que a Psicologia como um campo do saber capaz de dar respostas a essas mudanças começou a ganhar espaço para ser reconhecida como uma profissão e campo de conhecimento com suas próprias especificidades.

Para Massimi (2008), as transformações que o Brasil estava passando, durante o século XIX, buscavam reconhecimento de uma sociedade moderna, em que os saberes psicológicos, a procura de autonomia desse saber estavam relacionados à reprodução do que era feito na Europa. Os saberes psicológicos produzidos antes dessa época no Brasil não foram considerados como campo da Psicologia, parecendo que essa profissão surgiu de forma automática, apresentando assim, uma descontinuidade do seu processo histórico.

A Psicologia começou a ter autonomia e a ganhar espaço como profissão a partir de alguns profissionais se especializarem em áreas relacionadas a esse campo e por frequentarem cursos de filosofia, antropologia, fisiologia, educação e outros. A partir dessa diversidade de saberes, foram realizadas várias pesquisas e publicações referentes a esse campo do saber, que foi ganhando espaço como profissão. Porém, não regulamentada ainda. De acordo com Antunes e Massimi (2008), na década de 1950, houve vários debates em torno da regulamentação da Psicologia enquanto profissão. Por meio dessa demanda, tiveram vários projetos com proposta de tornar o conhecimento dessa área como campo de atuação profissional, dividido em várias perspectivas e áreas de atuação.

Massimi (1990) aponta que as disciplinas de Psicologia oferecidas ao currículo dos cursos de graduação e de escolas normais, a partir de 1890, têm seu objetivo fundamentado na Psicologia experimental, tornando-se obrigatórias e, posteriormente, parte do currículo de outras instituições e estados. No Rio de Janeiro, nessa mesma época, criou-se um instituto “Pedagogium” com o objetivo de coordenar as atividades de educação do País. Nessa mesma conjuntura, é criado um laboratório de Psicologia, que além de pesquisa relacionando o conhecimento psicológico com as áreas da fisiologia, da educação e da área médica com a

prática experimental, desenvolveu também cursos voltados para estudantes e escolas normais sobre a área da Psicologia, sendo posteriormente extinto.

A inserção da Psicologia no ensino superior, segundo Antunes (2003), em torno da década de 1930, torna-se disciplina obrigatória em vários cursos desse nível, como na Filosofia, Pedagogia, Ciências Sociais e nas Licenciaturas em diferentes regiões do Brasil. A Psicologia no campo da universidade foi ganhando espaço em outras instituições por todo Brasil, com grande atuação e foco em questões educacionais. Nesse período, a Psicologia apresentava-se como um conhecimento presente no interior de diversos espaços, não existindo ainda enquanto profissão regulamentada.

Antunes (2012) diz que o caminho para a regulamentação, em torno da década de 1950, apresentou projetos que não conseguiram chegar a um acordo comum, alguns defendiam uma Psicologia voltada para área médica, clínica, querendo manter sua exclusividade. Nessa época, foram criadas associações formadas por estudiosos, profissionais que já eram considerados psicólogos, que fizeram vários projetos, porém não aprovados para seu reconhecimento. Ao longo desse percurso marcado pelo reconhecimento enquanto profissão, por disputa de exclusividade, de modo de pensar, de espaço, foram criados os cursos de Psicologia em diferentes instituições de ensino superior no Brasil.

Segundo Yamamoto (2006), com a Lei de nº 4119, em 1962, são regulamentados a profissão e o curso de formação em Psicologia, que deveria se pautar sobre as exigências do currículo mínimo. Nesse currículo, foi estabelecido que a formação ocorreria por meio do Bacharelado, que objetivava a formação de pesquisador; Licenciatura para formação do professor de Psicologia e do psicólogo. Em 1966, também é criado o primeiro curso de Mestrado em Psicologia no país, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A partir dessa conjuntura, percebe que a Psicologia foi ganhando autonomia e grande abertura em diversos setores, principalmente no âmbito do ensino, em que a história desse reconhecimento já demarca sua relação direta com a Educação, como uma profissão reconhecida que passou a ser vista como um campo capaz de contribuir para o desenvolvimento do país, em diversos ambientes. Segundo Bernardes (2004), o processo histórico em que a Psicologia foi regulamentada no Brasil é marcado por um cenário social favorável ao reconhecimento dessa profissão como a necessidade da institucionalização no campo do ensino. Como coloca Bernardes (2004), por meio da vontade de industrialização, surgiu uma demanda por práticas psicológicas para a área do trabalho, da clínica e da escola, na busca da construção de um novo homem que fosse capaz de atender as novas demandas do

país. Assim, a Psicologia ganhava espaço e apoio, pois era vista como uma profissão capaz de adequar os sujeitos às novas exigências da política naquele momento.

Baptista (2010) expressa bem esse cenário em relação ao reconhecimento da Psicologia no Brasil:

A realidade brasileira também estava se transformando. O desenvolvimento econômico, que se iniciou a partir de meados da década de 50, com o governo Juscelino Kubitschek, a internacionalização do mercado, o milagre econômico, a entrada da lógica neoliberal, a ascensão da classe média, a ampliação do poder da mídia e, posteriormente, o golpe de 64, criaram novas necessidades e, principalmente, exigiram novas aplicações da Psicologia (p. 185).

Para Baptista (2010), esse momento é marcado por uma cultura psicológica, em que questões sociais e políticas referentes à organização da sociedade passam a ter uma lógica individualista, sendo o sujeito responsável pelo seu sofrimento, pelo seu sucesso e competência, em que os problemas gerados pela pobreza, miséria, desigualdade social não eram considerados como parte da vida social, mas sim de responsabilidade dos indivíduos. É esse modo de Psicologia que passa a ter sua valorização, além de legitimar teorias, práticas de intervenção e técnicas “para a manutenção da sociedade psicologizada” (Baptista, 2010, p.186). As demandas, como as necessidades que dizem respeito a questões que envolvem política, economia, cultura, educação, direitos e demais necessidades são transformadas em problemas psicológicos com foco no indivíduo, como sujeito isolado de um todo.

Segundo Patto (1997), em seu texto “*Introdução a Psicologia Escolar*”, existe uma predominância em culpabilizar e individualizar o indivíduo pelo seu sucesso, esforço e fracasso, sem considerar fatores históricos, econômicos, culturais e políticos, em que essa naturalização das relações humanas legitima cada vez mais a desigualdade social, a violência, hostilidade, competição e a dominação de uma classe sobre a outra. Para a autora, “A ideologia de nossa sociedade tende a estabelecer o indivíduo como responsável pelos seus triunfos e seus fracassos” (Patto, 1997, p. 319). Nesse cenário, a Psicologia colaborou com essas práticas excludentes, em vez de se atentar a não colaborar com essas ações discriminatórias se distanciando de um compromisso engajado em problematizar e questionar o que é imposto como ordem natural.

Em conformidade com Jacó-Vilela (1999), a regulamentação da Psicologia no Brasil, em 1962, bem como os cursos de formação, são marcados por uma proposta de caráter científico, com fundamento no positivismo, com grande enfoque na parte técnica, o que colaborou para legitimar a psicologização da vida em sociedade. Esse contexto chama a atenção a refletir qual o compromisso historicamente que a Psicologia vem construindo como

um campo do saber com a sociedade? O seu conhecimento está comprometido com quais interesses? Essas questões remetem à importância de uma discussão histórica, na compreensão da função de uma profissão numa sociedade que se faz presente em vários contextos.

Segundo Antunes (2012), buscar entender a história da Psicologia no Brasil possibilita conhecer a realidade concreta, as determinações históricas, políticas e culturais envolvidas nesse contexto, como ele afirma:

No caso da Psicologia no Brasil, faz-se necessário compreendê-la como construção histórica e social, síntese de múltiplas determinações, orientada por determinadas concepções de homem e de sociedade e comprometida com posições de classe e, portanto, contraditória, sendo que o embate entre esses elementos que se opõem produz movimento e possibilita superação (Antunes 2012, p. 47).

É a partir desse cenário que ocorre a consolidação de uma área, marcada por interesses de um País em busca da modernização, do reconhecimento pelo mercado e, para isso, a criação de um novo sujeito, capaz de atender a essas demandas como sinaliza Antunes (2008):

Os anos finais do século XIX e os primeiros anos do século seguinte trazem mudanças profundas na sociedade brasileira: fortalecimento do pensamento liberal; busca da “modernidade”; luta contra a hegemonia do modelo agrário-exportador, em direção ao processo de industrialização. Essas novas ideias traziam em seu bojo um novo projeto de sociedade, que exigia uma transformação radical da estrutura e da superestrutura social, para o qual seria necessário um novo homem, cabendo à educação responsabilizar-se por sua formação (p.471).

É nesse desenvolvimento que a Psicologia com forte ligação com a Educação irá se fortalecer e se institucionalizar como campo do conhecimento com autonomia própria, em um contexto marcado por diferentes interesses pela busca de uma sociedade silenciada por padrões que moldam o comportamento dos indivíduos. A relação entre a Psicologia e a Educação, como aponta Antunes (2008), ocorreu, sobretudo, pela via da Pedagogia, e historicamente uma contribuiu pela constituição da outra, considerando as semelhanças e diferenças. Para essa autora, a função que a Psicologia ocupou no campo educacional passou a ser objeto de crítica, devido a seu conhecimento estar pautado para o desenvolvimento de ações com a utilização exagerada de teorias, técnicas psicológicas e uso de testes sem a necessária discussão e implicação com a realidade social. A Psicologia, nesse momento, usava de seus instrumentos para justificar os problemas de ordem social e emocional, buscando a culpa na família dos alunos pelos problemas encontrados no processo educativo, em que o

conhecimento da Psicologia passava a ser referência à prática pedagógica, pautada inicialmente no modelo clínico.

Para Antunes (2008), são essas condições marcadas pela relação entre educação e Psicologia que foram a base para o desenvolvimento inicialmente de uma Psicologia tradicional voltada para a área da educação, clínica e trabalho e que culminou na regulamentação da profissão de psicólogo e do curso de formação em 1962, sendo legitimada a partir das exigências e determinações presentes nas Leis que passam a nortear essa formação. Os documentos referentes às legislações da Psicologia a partir de 1962 no Brasil, assim como seus desdobramentos para o campo da Licenciatura em Psicologia, não representam apenas um ato isolado da constituição de uma profissão. Possibilitam entender todo esse movimento como fonte histórica, discutindo em que condições foram estabelecidos determinados interesses pela institucionalização de uma profissão, como também para qual compromisso social está voltado a formação de professores em Psicologia.

É fundamental entender a importância da Licenciatura no curso de Psicologia no sentido que se possa ampliar sua discussão em diferentes contextos e, até mesmo durante, a formação, aproximando esse conhecimento da sociedade e que sua prática esteja voltada para as transformações da realidade social. A Licenciatura possibilita uma relação com o conhecimento, por outro olhar para além das técnicas psicológicas e teorias fechadas como verdades e práticas inquestionáveis. Essa área de formação permite pensar, refletir e questionar o lugar da educação historicamente na Psicologia, bem como sobre quais circunstâncias a formação de professor aparece na realidade brasileira.

### **1.1 Licenciatura em Psicologia e sua relação Histórica com os documentos.**

A discussão que este trabalho propõe ao procurar compreender as condições históricas e sociais presentes no desenvolvimento da Licenciatura em Psicologia por meio de uma perspectiva historiográfica, com auxílio de documentos, busca discutir sobre quais aspectos que envolvem questões sobre ensino, formação, conhecimento, teoria, prática, compromisso social e político estão relacionados à formação desse professor de Psicologia. Para tal compreensão será necessário o entendimento de Leis, Diretrizes Curriculares e Regulamentações referentes à Psicologia e sua relação com a Educação. Segue abaixo os documentos a serem analisados neste capítulo:

Quadro 1:

**Documento e assunto ao serem analisados**

DOCUMENTO	ASSUNTO
Lei nº 4119 de 1962	Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo.
Parecer nº 403 de 1962	Dispõe sobre o currículo em Psicologia.
Decreto Lei nº 53.464 de 1964	Regulamenta a Lei nº 4119/62
Lei nº 5766 de 1971	Dispõe sobre a criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.
Conselho Federal de Psicologia (1992)	Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil.
Lei nº 9394 de 1996	Estabelece Diretrizes e Bases da Educação.
Resolução nº 8 de 2004	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.
Resolução nº 5 de 2011	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia.
Resolução nº 2 de 2015	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

A Lei 4119/62 regulamenta a profissão do Psicólogo e o curso de formação em Psicologia. Em seu texto, são apresentadas as atividades de responsabilidade do psicólogo. Inicialmente, é exposto que a formação em Psicologia acontecerá nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, em cursos de Licenciatura, Bacharelado e Psicólogo. No capítulo III dessa lei, são apresentadas as atribuições relacionadas às habilitações do psicólogo:

Art. 11. Ao portador do diploma de bacharel em psicologia é conferido o direito de ensinar psicologia em cursos de grau médio nos termos da legislação em vigor.

Art. 12. Ao portador do diploma de licenciado em psicologia é conferido o direito de lecionar psicologia, atendidas as exigências legais devidas.

Art. 13. Ao portador do diploma de psicólogo é conferido o direito de ensinar psicologia nos vários cursos que trata esta lei, observadas as exigências legais específicas a exercer a profissão de psicólogo (Brasil, 1962).

O Decreto n. 53. 464, de 21 de janeiro de 1964, que regulamenta essa lei, é outro documento que colabora para o entendimento do campo da Licenciatura em Psicologia. Esse decreto apresenta a modalidade de formação do psicólogo, expondo a função de ensinar do Psicólogo: “Ensinar as cadeiras ou disciplinas de Psicologia nos vários níveis de ensino,

observados as demais exigências da legislação em vigor” (Brasil, 1964). Essa atribuição remete à possibilidade do Psicólogo atuar em diferentes níveis do ensino, mas considerando as demais legislações que compõem o campo de atuação relacionado à educação. Pois, não é possível compreender as condições implicadas nesse cenário, sem considerar a relação da Psicologia e suas legislações com as da educação como um processo histórico.

Para Antunes (2003), a Psicologia como profissão no Brasil, durante seu processo de regulamentação, torna-se um interesse do Estado, passando a ser vista como uma profissão capaz de atender a demanda de construir um novo país. Conseqüentemente, para isso, construir primeiro um novo homem a partir de práticas psicológicas. Essa observação pode ser feita a partir do Capítulo III da Lei 4119 de 1962:

Dos direitos conferidos aos diplomados em relação as funções privativas ao Psicólogo: Constitui função privativa do psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

Diagnóstico psicológico;

b) Orientação e seleção profissional;

c) Orientação psicopedagógica;

d) Solução de problemas de ajustamento (Brasil, 1962).

Esses elementos contribuem para a compreensão de como ocorreu o reconhecimento dessa profissão, pautada em uma Psicologia tradicionalmente clínica que era chamada a responder sobre os problemas da vida cotidiana. Diversas vezes, suas ações foram voltadas para a exclusão, por meio de técnicas psicológicas que, em vez de procurarem questionar, colaborar por políticas de inclusão e melhoria de vida aos indivíduos, serviam ao Estado para moldar padrões, comportamentos e silenciar os problemas causados pelo descaso por parte dos governantes em relação a uma minoria. A Psicologia, nesse contexto, é influenciada também pela era do Brasil tecnicista<sup>3</sup>, o que mostra que as funções privativas do psicólogo já delimitavam o campo na área do trabalho, nas escolas e nas clínicas. Logo se percebe uma ligação com interesses políticos e econômicos da época, em que os saberes psicológicos eram de interesse do governo como também do capital, conforme é sinalizado por Yamamoto e Oliveira (2010):

Na história da conformação da profissão no Brasil, constata-se que, em muitos momentos, os conhecimentos psicológicos foram utilizados para o controle, a segmentação e a diferenciação, de forma a contribuir para a manutenção e incremento do lucro necessário à reprodução do capital (p. 15).

---

<sup>3</sup> SAVIANI, D (2007). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados. De acordo com Saviani (2007), o tecnicismo é uma proposta de educação baseada na racionalidade, eficiência e produtividade, a partir da neutralidade científica com base na técnica.

A formação em Psicologia inicialmente era com base no currículo mínimo desde sua regulamentação em 1962. O documento que contém as exigências para essa formação é o Parecer n. 403/62, do Conselho Federal de Educação, que prevê uma formação generalista, um núcleo comum de disciplinas para a formação em Bacharel e Licenciatura, juntamente com o estágio supervisionado. Conforme esse parecer: “Esse currículo, refletindo o espírito da Lei nº 4119 (art. 6º), abrange um conjunto de matérias comuns - que é ao mesmo tempo o mínimo exigido para o bacharelado e a licenciatura - e matérias específicas para a preparação do Psicólogo” (Brasil, 1962). Nesse mesmo documento, também é determinado que a formação em Bacharel e Licenciatura seria em quatro anos e, para a formação do Psicólogo, cinco anos.

Outro aspecto encontrado nesse dispositivo é o interesse em torno da Psicologia aplicada no contexto educacional: “O trabalho do Psicólogo - é sempre, no fundo, uma tarefa de educação, ou reeducação que se vale de técnicas próprias cujo domínio é impossível sem o devido treinamento prático” (Brasil, 1962). Esse aspecto remete a pensar que os serviços em Psicologia, em diferentes momentos, foram vistos como técnicas capazes de contribuir como processo de adaptação, ajustamento a uma sociedade que era marcada, muitas vezes, pela violência, repressão do Estado. Assim, buscava no conhecimento da Psicologia métodos capazes de controlar e ajustar a população a partir de uma ideia individualista, desconsiderando todos os aspectos sociais e coletivos. Essa relação que a Psicologia mantém com a Educação historicamente caracteriza-se pela contradição, pois segundo Antunes (2008), a Psicologia se fortaleceu como campo autônomo e profissão pela educação, que antes da regulamentação, era a base de seu desenvolvimento. Contudo, com sua institucionalização, o cenário educacional torna-se secundário para os psicólogos, que conforme o autor:

Um fato interessante a ser mencionado é que, justamente com a regulamentação da profissão, o campo da educação, antes base principal para o desenvolvimento da psicologia no Brasil, torna-se secundário para os profissionais da área. Isso se revela não apenas no âmbito curricular, mas, sobretudo, na preferência de alunos e profissionais pelos campos da clínica e da organização do trabalho. Esse é também um dos fatores explicativos para a adoção de uma modalidade clínico-terapêutica na ação da psicologia escolar, tendo como base o modelo médico (Antunes, 2008, p.472).

De acordo com Antunes (2003), entre os anos de 1960 a 1980, a política estabelecida no país é marcada pela forte presença do estado na sociedade em diversos campos, inclusive na educação, mantendo forte controle a partir do discurso de crescimento econômico marcado pela disciplina, censura e obediência ao governo militar. A Psicologia era influenciada por

essas questões. Isso não significa que não houvesse profissionais engajados com outro modelo de fazer Psicologia, mas que ganhou força em torno da década de 1980, por meio de movimentos que lutavam por uma Psicologia social e política, direcionada ao combate à violência e à garantia da democracia.

É justamente nessa época, em torno da década de 1970, que houve um grande aumento de cursos de ensino superior privados, o que ocasionou um considerável crescimento do número de psicólogos, justamente para atender a demanda do Estado e do mercado. Isso porque a formação desses novos profissionais poderia também contribuir para a manutenção de uma determinada ordem social, em que certamente os conhecimentos psicológicos ocupariam lugar de destaque. A respeito desse período, Antunes (2012) assevera que:

Menos de dois anos depois da regulamentação da profissão de psicólogo, um golpe militar instaura uma ditadura que perdurou até os anos 80. Nesse estado de exceção, entre tantas desventuras e retrocessos, foi promulgada a Lei nº 5540 (Saviani, 1987), mais conhecida como Reforma Universitária de 1968, produto dos acordos MEC-USAID. Essa lei, aprovada à revelia dos grupos diretamente interessados na questão da expansão de vagas no ensino superior, promoveu a abertura do ensino superior para a iniciativa privada e estabeleceu mecanismos para reprimir e impedir os movimentos estudantis e docentes, que se constituíam, naquele momento, em um das mais organizados movimentos de oposição ao regime militar (p. 59 e 60).

Yamamoto (2006) também discorre sobre a expansão dos cursos de Psicologia relacionada ao interesse do governo daquela época, conforme expresso em seu argumento:

A expansão do ensino superior e, conseqüentemente, da própria Psicologia, se dá em meio à “institucionalização da ideologia da segurança nacional” – reconhecidamente, o período no qual a repressão se torna mais aguda, atingindo ares de terrorismo de Estado. Nesse período, efetivamente o debate esteve ausente da academia – a Psicologia, evidentemente, aí incluída (p. 31).

Essa abertura na criação e incentivo a instituições privadas de ensino superior demonstra o interesse do estado pela perspectiva de mercado e por um ensino no qual estivesse contido os elementos relacionados à valorização da técnica. Para Antunes (2012), com a proliferação da iniciativa privada no campo do Ensino, a Psicologia perde qualidade, pois as atividades eram restritas, diversas vezes, apenas ao ensino ou à formação, desvinculada de pesquisa, da realidade social e da política daquela época. Isso remete a pensar que, nesse contexto, a Psicologia, várias vezes, seria restrita a uma forma de atuação, distanciando de uma profissão engajada a combater as desigualdades sociais e as violências que eram impostas por esse governo.

A área da clínica, segundo Antunes (2012), era a que mais tinha procura pelos alunos, evidenciados alguns problemas, pois ao reduzir a Psicologia meramente ao consultório, essa profissão passava a ter um caráter elitista e restrito a um pequeno grupo. Esse aspecto se expressava como problema a outras áreas de atuação, como no ambiente escolar, em que a Psicologia se afastava da realidade da educação e sua prática acabava sendo individualista com uma perspectiva clínica de atendimento, na produção de laudos. Outra área também afetada por essa visão era a da Psicologia do trabalho, que teve uma abertura nas indústrias, porém era restrita, muitas vezes, à mera aplicação de testes psicológicos para responder aos interesses do mercado.

É importante ressaltar que o problema não é a atuação clínica, pois essa também é uma das áreas de atuação do Psicólogo, a questão é quando o ensino fica circunscrito a esse campo de atuação, porque ensinar Psicologia está relacionado a um amplo campo de conhecimento entrelaçado ao campo educacional e não especificamente com uma área de trabalho desse profissional. Nessa mesma época, também são criados o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia, assim como foi estabelecido o código de Ética profissional. Ressalta-se que o Conselho Federal e os regionais de Psicologia foram criados pela Lei 5766, em 1971, sendo que para o exercício da profissão, era necessário ser registrado profissionalmente a algum deles:

Art. 1º Ficam criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo, em seu conjunto, uma autarquia, destinados a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe lei (Brasil, 1971).

Com essa Lei, o conselho torna-se o responsável por definir as atribuições e competências do profissional de Psicologia legalmente, por meio da orientação e fiscalização. É de sua responsabilidade estabelecer Leis voltadas a toda área de formação como atuação desse profissional. Como aponta Antunes (2012), esse contexto é marcado por um governo que buscava controlar e fiscalizar toda a sociedade. Por mais que esses órgãos procurem manter a garantia dos direitos dessa classe de profissionais, sua autonomia, seu compromisso com questões sociais, não têm como discutir essas questões sem considerar que a origem dessa Lei foi em contexto de questões políticas de um cenário ditatorial.

No início da década de 1970, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse dispositivo, a obtenção da Licenciatura passa a ser elemento obrigatório para a atuação no ensino, conforme é apresentado nesse documento: “Art. 30. Exigir-se-á como

formação mínima para o exercício do magistério: em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena” (Brasil, 1971). Segundo Lemos (2008), com essa Lei, a Psicologia passa a ter uma relação forte com o ensino no campo educacional, em que o ensino básico passa a ser exclusivo para os licenciados em Psicologia, não podendo os Psicólogos atuarem nessa área.

De acordo com Saviani (2008), com a Lei de 1971, foi instituída a profissionalização ao ensino de segundo grau, com objetivo de atender a formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, segundo os interesses do governo do regime militar. O ensino seria focado na técnica para o exercício de uma profissão capaz de atender a demanda por uma educação direcionada a uma visão produtivista do conhecimento. É nesse cenário que algumas disciplinas sejam retiradas da matriz do ensino, incluindo a Psicologia, mas a mantendo nos cursos técnicos profissionalizantes.

O licenciado em Psicologia passou a ter seu campo de atuação restrito apenas ao nível técnico, o que remete a pensar, de acordo com Pereira (2013), que nesse contexto o ensino de Psicologia, o campo da Licenciatura estava relacionada a um modo de ensino que seguisse o modelo Taylorista e Fordista<sup>4</sup> de organização do trabalho, com forte influência do setor privado. Por meio desse aspecto, nota-se que o modelo de educação, em torno da década de 1970, ficou caracterizado pela fragmentação do ensino entre o intelectual e o técnico, no sentido que o ensino profissionalizante focou na formação de habilidades técnicas por uma profissão que atendesse o mercado industrializado.

Como já citado por Pereira (2013), o ensino profissionalizante nesse período estava diretamente relacionado aos interesses do setor privado e da economia, em que o ensino precisava se basear numa formação de mercado, com prática por resultados imediatos, voltados a um ensino de técnicas para a manutenção dos interesses do capital. A Psicologia, ao servir a esses interesses, fez do indivíduo um objeto possível a ser manipulado, em que o ensino fragmentava o sujeito do conhecimento. É importante destacar que a formação técnica<sup>5</sup> requer habilidades referentes à prática, o que se discute aqui é uma profissão, uma ciência, que se fortaleceu nesse cenário através da reprodução fragmentada do conhecimento, sem manter um compromisso social e de autonomia para a formação. Sua manutenção no ensino

---

<sup>4</sup> Taylorismo e Fordismo são formas de organização da produção industrial referentes ao trabalho nas fábricas, durante o século XX, que tinham como objetivos a máxima produção visando o lucro.

<sup>5</sup> O Ensino antes da LDB de 1996 era dividido em primeiro e segundo grau, ficando a formação técnica a ser realizada durante o segundo grau, que após a LDB de 1996, passa a ser compreendido como Ensino Médio.

técnico não era apenas uma conquista da profissão, mas estava marcada por interesses ideológicos do Estado, em formar trabalhadores para o mercado de trabalho. Esses aspectos são evidenciados como apresenta Scarparo et al (2014):

Evidenciamos como a psicologia "oficial" produzida na época de ditadura se oferecia como ferramenta normalizadora de sujeitos ao ambiente social da época. Esta prática se dava, principalmente, através da produção de saberes que potencializavam as práticas ditatoriais, especialmente através de técnicas que adaptavam os sujeitos aos ambientes opressores daquele contexto (p. 18).

A Psicologia se instituiu por meio de práticas marcadas por uma neutralidade, em que seu conhecimento servia como mecanismo de normalizar, diagnosticar, com uma visão biológica determinista sobre a sociedade, naturalizando as relações humanas e os modos de exploração vindos da força de trabalho. Segundo Bock (1997), o modelo capitalista de organização da vida em sociedade foi responsável em reduzir os problemas sociais à ordem da natureza, conforme é sinalizado pela autora:

O liberalismo se desenvolveu em nossa sociedade. O positivismo fertilizou o liberalismo com seus conceitos abstratos e universais de neutralidade, objetividade, progresso, ordem e desenvolvimento, coesão e moral. Esse liberalismo incrementado foi fundamental para a construção de uma sociologia da ordem, na qual se neutralizaram as contradições existentes na sociedade de classes e despolitizaram suas manifestações. O positivismo ainda rechaçou o indivíduo como categoria de pensamento, entregando-o aos cuidados da psicologia do ajustamento e da adaptação, que o estudou de forma isolada das condições materiais da sociedade (p.40).

A atuação do Psicólogo estava voltada para atender a demanda de uma classe privilegiada, com forte destaque pela área clínica, mantendo uma profissão predominantemente elitizada. Conforme esse cenário, o ensino de Psicologia também foi marcado por esses aspectos atendendo aos interesses da classe dominante, e a Psicologia enquanto profissão foi pautada por ideias liberais e do positivismo, e assim a realidade concreta era vista por um olhar abstrato, deslocado da história. Dessa forma, a Psicologia se fortaleceu como mecanismo de adaptação dos sujeitos ao convívio social, por meio de práticas e uso de técnicas pautadas nos saberes psicológicos.

De acordo com Soligo e Azzi (2009), entre os anos de 1970 e 1980, o Brasil foi marcado pelo período de ditadura, o que dificultou o fortalecimento de um cenário capaz de discutir questões relacionadas ao campo da educação e da função social dos cursos de formação, mesmo com a luta de movimentos sociais, da população que lutava contra a repressão, a violência, a pobreza e miséria geradas por esse governo. Para Antunes (2012), é

no período de redemocratização, em torno do ano de 1980, que a Psicologia passa a se configurar um novo campo, ampliando seu compromisso de atuação, passando a se preocupar com problemas sociais e pelo questionamento da realidade social. A Psicologia, até então, se mantinha em uma neutralidade diante dos graves problemas gerados pelo Estado opressor da época, passando a se ocupar de forma mais concreta como um campo capaz de problematizar, questionar, criticar e se posicionar a favor de políticas para uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo Silva (2017), a partir da abertura política no país, os movimentos sociais que surgiram como resistência ao governo ditatorial passam a se fortalecer ativamente na busca pela democratização do País. Nesse cenário, ocorrem também mudanças no campo da Psicologia, em que instituições, conselhos, sindicatos, profissionais se posicionam comprometidos com um conhecimento e profissão voltados para uma Psicologia política e social a favor a democracia, dos direitos, contra as violências e opressões instauradas no período militar. Essas transformações são expressas, para Yamamoto (2006), em sua discussão sobre política social é o compromisso que a Psicologia possui com a sociedade:

Não é diferente com a Psicologia. Do final da década de 1970 – mas com maior intensidade a partir de meados da década seguinte, por meio da criação ou da ocupação dos sindicatos por segmentos combativos dos psicólogos em diversos estados, e, posteriormente, do chamado “sistema conselhos”, a participação política da categoria ganha expressão (p.31).

Soligo e Azzi (2009) apontam que, por meio da retomada do estado democrático, não apenas o campo da Psicologia passou por mudanças, como também o da Educação, o que possibilitou abertura para a criação de novas legislações, como a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, responsável até os dias atuais pelo gerenciamento da Educação no Brasil. Outra mudança que ocorre no país durante esse período, em torno dos anos de 1990, é na política e na economia, que passam a ser estruturadas por uma perspectiva neoliberal.

Para Yamamoto e Oliveira (2010), o neoliberalismo se constrói e se fortalece pelas práticas culturais e sociais, como via de garantir e preservar os interesses do mercado. Tem como princípio central a participação mínima do Estado na economia, o que remete a privatizações, incentivo à educação privada, controle de movimento sindical, modelo de formação técnica, como uma política que irá interferir diretamente no campo da educação e nos novos modos de fazer Psicologia, assim como no estabelecimento das Diretrizes Curriculares. Esses aspectos não significam necessariamente a impossibilidade de uma

educação que seja comprometida com a sociedade, com as garantias dos direitos, com a autonomia, mas que é preciso compreender as condições implicadas nesse cenário.

Esse novo modelo de organização social e econômica dos anos 1990 se difere do Brasil no contexto de ditadura, que procurava seu reconhecimento no mundo industrial, por meio de um novo homem. Com a nova política centrada no neoliberalismo, passa a exigir uma formação com base na flexibilização, na capacidade de se adaptar a novos contextos, buscando uma reorganização de todas as esferas da vida social, mantendo seu objetivo de economia por meio de produtos e serviços. Essas mudanças irão produzir desdobramentos para o campo da Psicologia, voltados para o ensino, formação, trabalho, compromisso social e educação enquanto conhecimento que poderá ser capaz de contribuir, de maneira responsável, para a cidadania e para o bem social coletivo, ou apenas pela instrumentalização de técnicas psicológicas a serviço da economia.

Para Yamamoto (2007), o neoliberalismo gerou grandes lacunas na sociedade, isso com uma política baseada na responsabilização do indivíduo por problemas de ordem social, e assim o governo se ausentava diante dos graves problemas gerados pela miséria, pobreza e desemprego. Com essa proposta neoliberal, segundo o autor, o investimento em políticas sociais teve um avanço comparado ao Brasil anteriormente aos anos de 1990. Todavia, o investimento dessa área passa a ser considerado como gasto, sendo afetada pela precarização e privatização dos serviços. Essa situação é expressa pelo argumento do autor:

O tratamento dado à questão social foi absolutamente insuficiente para tirar o Brasil da posição que ocupa nos indicadores do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), de “médio desenvolvimento humano” (73ª posição em 175 países investigados) (United Nations Development Programme, 2002). Pelo contrário, a situação de desigualdade social, com um quadro de degradação geral das condições de vida é alarmante: em 1990, aproximadamente 40 milhões de brasileiros (de uma população estimada em 147 milhões) estava na ou abaixo da linha da pobreza; 32 milhões em situação de indigência. Internamente, regiões mais pobres como o Nordeste brasileiro contavam com mais de 40% da população em situação de indigência (Yamamoto, 2007, p.33).

A população mais carente em relação ao acesso à educação, saúde, ao trabalho, à alimentação que sofrerá as consequências dessa política neoliberal, que em vez de comprometer pela diminuição da desigualdade social, aumentou. O estado se ausentará, de certa maneira, de sua responsabilidade em garantir condições dignas de sobrevivência, enquanto os problemas sociais serão conduzidos de acordo com as necessidades da classe dominante e do mercado. A Psicologia, nesse contexto, principalmente voltada para a educação, precisou realizar uma crítica referente às suas práticas, ao uso dos instrumentos

psicológicos e seu compromisso enquanto profissão. Conforme Yamamoto (2007), “atuar com compromisso significa não somente superar o elitismo, mas dirigir a ação para rumos diferentes daqueles que têm consagrado a Psicologia” (p.34). Isso implica que o conhecimento desse campo precisa estar engajado com os problemas que afetam a população e, coletivamente, criar práticas que sejam marcadas por ações que objetivem mudanças não apenas social, mas política.

Nesse momento de grandes mudanças que atingem vários segmentos da sociedade, em 1992, o Conselho Federal de Psicologia criou um documento: “*Atribuições Profissionais do Psicólogo Brasileiro*”. Esse documento apresenta atribuições em diversas áreas de atuação desse profissional, inclusive ao professor de Psicologia relacionado à formação em Licenciatura. Nesse dispositivo, são apresentadas as seguintes atribuições:

1-Leciona Psicologia em cursos de 2º grau selecionando nos vários campos da Psicologia, os conteúdos teórico-práticos pertinentes aos objetivos do curso em que insere a disciplina, transmitindo-os através de técnicas didáticas, para proporcionar aos alunos condições de compreensão e utilização dos conhecimentos gerados pela ciência psicológica.

2- É especializado em ministrar aulas de Psicologia, devendo Ter como habilitação mínima a licenciatura em Psicologia (Conselho Federal de Psicologia, 1992).

Esse dispositivo reforça a ideia de que a construção da área do professor de Psicologia esteve historicamente ligada às primeiras práticas de ensino, desde os saberes psicológicos, em que a Psicologia se fortaleceu inicialmente como disciplina de diversos cursos, principalmente voltados à educação. Outro aspecto importante a ser destacado é a função desse professor que necessariamente precisa ter domínio sobre os conteúdos e a técnica, de maneira a contribuir na formação dos alunos, em um contexto marcado pela política neoliberal. Essa questão não deve ficar restrita apenas ao manuseio de técnicas aplicadas ao ensino, é importante que o conhecimento advindo da Psicologia esteja comprometido com uma formação humana, que promova discussões implicadas com as condições sociais, culturais, psicológicas e políticas presentes na sociedade e não seja meramente uma profissão para formar mão de obra para o trabalho.

A LDB de 1996 é um dispositivo que ajuda a compreender a Psicologia no contexto da educação, nesse novo modo de organização da sociedade. Bollmann e Aguiar (2016) destacam alguns elementos importantes na criação da LDB de 1996:

A elaboração, entre os anos de 1986 e 1996, de uma nova LDB, que culminou na aprovação da Lei nº 9.394, de 1996, ocorreu em um contexto não sem contradições, mas de intensos embates político-ideológicos, pois, mais do que uma lei, estava em questão a construção de um projeto de sociedade, haja vista

que no Brasil vivenciava-se um período pós-ditatorial, e a sociedade civil mobilizava-se para a redemocratização do País (p.407).

De acordo com Yamamoto (2000), a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 apresenta o ensino vinculado ao mundo do trabalho e à prática social. Isso indica que, qualquer que seja o âmbito do ensino, esse precisa trabalhar sobre a compreensão da realidade em diversos âmbitos, como social, político, econômico e cultural, contribuindo para uma formação contextualizada e para o desenvolvimento da sociedade:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições culturais.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 1996).

Com esse dispositivo, os cursos de graduação, incluindo a Psicologia, passam a ser objeto de avaliação. Com essas diretrizes, percebe-se que o reconhecimento da profissão do psicólogo no Brasil não ocorreu de forma individualizada do campo da educação, como outras áreas do conhecimento. Os documentos permitem analisar esse aspecto mostrando essa aproximação, em que a questão do trabalho está presente em ambas as partes, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, no sentido que o trabalho sirva como caminho para contribuir na construção de um país em redemocratização.

Na Lei de Diretrizes de Base da Educação de 1996, a formação tem como norte o mundo do trabalho e a prática social, o que remete que o ensino precisa ser norteado por essa base. Ao verticalizar essa perspectiva ao ensino superior, a educação nesse nível precisa “estimular a criação cultural do espírito científico e do pensamento reflexivo”, (Brasil, 1996) para formar profissionais capazes de colaborar para o desenvolvimento da sociedade. O ensino passa a ser norteado por essas diretrizes, sendo fundamental não apenas reproduzir esses dispositivos legais, mas conseguir compreender essas exigências não pela técnica apenas. É preciso buscar problematizar e entender essa construção dentro do contexto social e político.

A partir da LDB de 1996 são realizadas mudanças para a atuação do licenciado, conforme são apresentadas no artigo 62 sobre profissionais da Educação:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o

exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade Normal (Brasil, 1996).

Segundo Lemos (2008), a Lei 4119, que regulamenta a profissão do Psicólogo, traz a Licenciatura como modalidade dos cursos de formação em Psicologia. Contudo, não determina seu campo específico de atuação, enquanto que a LDB de 1996 estabelece ao campo da Licenciatura a educação básica<sup>6</sup>. Outro aspecto que marca essa Lei, é que algumas disciplinas voltam a compor o quadro do ensino básico, em que a Psicologia aparece apenas como tema transversal e como disciplina obrigatória apenas em cursos técnicos e profissionalizantes, conforme exposto na seção IV da Lei sobre o ensino médio: “III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania” (Brasil, 1996); fica explícito que a Psicologia foi retirada do currículo do ensino.

As mudanças ocorridas desde 1962 em relação ao formato do curso de Psicologia, passando pelas LDB de 1996, vêm apresentando uma flexibilização na formação, sendo importante ampliar a discussão e o questionamento ao analisar o compromisso social que a Psicologia mantém com a sociedade por meio de seu ensino como formação. Apesar de a Psicologia ter passado por mudanças significativas ao longo de sua história no Brasil, principalmente no período de reestruturação democrática e política do país, em relação ao seu compromisso social, ainda existe uma tendência de uma Psicologia fundamentada na neutralidade científica, dissociada da dimensão social e histórica. Conforme Scarparo apud Silva (2017), “Que violações de direito estamos praticando, mesmo sob a pretensa justificativa de neutralidade científica?” (p.88).

A Psicologia, ao longo de sua história, vem sendo legitimada em diferentes espaços sociais, pelo uso de suas teorias e técnicas psicológicas. É fundamental que, durante a formação, o ensino de Psicologia, seja na formação de psicólogos, seja por meio da Licenciatura, ou próprias exigências das legislações, busque questionar o lugar que esse conhecimento ocupa na sociedade. A serviço de quem e para qual objetivo está implicada essa profissão, como modo de se comprometer com as necessidades, dificuldades da população e

---

<sup>6</sup> O conceito de Educação básica a partir da LDB de 1996 refere-se ao ensino infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Nesse trabalho quando se refere a esse termo está voltado para o ensino médio, em que algumas instituições essa formação ocorre juntamente com o ensino técnico, como preparatório para o mercado de trabalho e o desenvolvimento de uma profissão antes de iniciar a formação superior. Outro aspecto importante a ser considerado, é que existe formação técnica desvinculada do ensino médio. Essas informações podem ser melhores exploradas a partir do portal eletrônico do Ministério da Educação, a partir da LDB de 1996.

pela transformação dessa realidade, almejando a garantia de direitos, justiça, de uma vida mais digna e humana a todos.

O contexto escolar não representa apenas a formação por meio do ensino, ele será marcado como lugar que se expressa à condição da vida em sociedade, marcada pelas conquistas como desigualdade entre a população, sendo necessário compreender o que está implicado enquanto educação. Para Antunes (2008), a educação precisa ser entendida como democrática, de acesso a todos, sem restrição e discriminação. Deve ser o espaço que promova conhecimento, cultura, socialização, que seja uma formação humana de acesso principalmente às classes mais oprimidas e silenciadas historicamente, segundo seus argumentos:

A educação que aqui se afirma é uma educação rigorosa e amplamente democrática, que deve ser acessível a todos e que não transige na defesa desse princípio. É concebida como instância social responsável pela tarefa de socialização dos conhecimentos produzidos pela humanidade ao longo de sua história, criando condições para que todos possam ascender do senso comum aos saberes fundamentados, articulados e sintéticos sobre o mundo. Educação democrática significa, portanto, democratização de saberes; saberes estes que foram historicamente privilégios – na produção e no acesso – das classes dominantes (Antunes, 2008, p.473).

Por meio de uma perspectiva de educação democrática, uma Psicologia pautada nessa prática não remete pensar apenas enquanto profissionais atuantes. É necessário procurar entender como problematizar essas questões a partir da formação, buscando compreender como são organizadas, pensadas as exigências curriculares para o funcionamento de um curso, e como isso se expressa na prática, seja enquanto graduando ou profissional. Essa postura possibilita uma Psicologia que possa trabalhar por uma educação que esteja também voltada aos interesses das minorias, das classes populares de maneira ética e política. Buscar conhecer as diretrizes curriculares, as bases da formação permite um diálogo construtivo com o campo da educação em sua realidade.

Considerando a nova LDB de 1996, segundo Lemos (2008), os currículos de ensino em Psicologia, que eram organizados inicialmente a partir dos currículos mínimo por disciplinas, passaram com as diretrizes nacionais de educação a ser estruturados por competência e habilidades, com o surgimento de ênfases curriculares, que até então não tinham sido apresentadas. Essas mudanças ocorridas no formato do curso de Psicologia vêm apresentando uma flexibilização na formação, no intuito de uma formação não fechada e direcionada apenas a um campo de atuação, mas uma formação diversificada.

Discutir sobre a Licenciatura em Psicologia norteadas pelas suas legislações próprias como pelas LDB é problematizar que esse campo no âmbito da educação e da própria formação necessita enfrentar diversos limites. Necessita ultrapassar a visão de neutralidade, discutir o ensino considerando suas condições sociais e históricas, para além de categorias psicológicas e repensar o uso exacerbado de suas técnicas psicológicas. Uma profissão não é uma mera reprodução de uma área do saber, pois todo conhecimento é construído e desenvolvido pelas relações humanas, marcadas por interesses, ideologias e finalidades.

Em 1998, houve a criação da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), que de acordo com Yamamoto (2006), tem como objetivo promover debates sobre a formação em Psicologia no Brasil e sua contribuição à realidade social. Objetiva promover discussões dentro da Psicologia e com outras áreas do conhecimento, como também debates sobre a formação universitária, docência, o ensino e a prática de Psicologia. Ao propor entender esse processo por meio das legislações, sinaliza que os documentos não representam apenas o reconhecimento de uma conquista, mas diz sobre todo seu contexto marcado por diferentes interesses, não em um sentido linear, mas marcado pelas conquistas, como as lutas de determinada classe. Para Souza (2002), as legislações podem ser entendidas como práticas sociais e históricas, que possibilitam a compreensão e organização dos acontecimentos em um determinado percurso histórico.

É nesse contexto, a partir da LDB de 1996, que outros documentos importantes como as DCNs de 2004 e 2011 irão fortalecer o espaço da Psicologia como da Licenciatura. Para Soligo (2009), as propostas das Diretrizes Curriculares de formação em Psicologia representaram um palco de disputas políticas e acadêmicas, com diferentes interesses em relação à profissão do Psicólogo. Isso demarca que um documento não é apenas a expressão da legalidade de uma profissão, representa a experiência histórica de determinada época. Após vários debates, criação de propostas, em 2004 são instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Essa diretriz Nacional se diferencia da ideia do Currículo Mínimo, ao propor uma formação em Psicologia por meio de habilidades e competências e não por um conjunto de conteúdos curriculares generalistas, aproximando-a da LDB de 1996.

A Licenciatura em Psicologia, segundo Cirino e Miranda (2013), aparece em diversos momentos, relacionada ao campo de ensino de Psicologia e com a regulamentação da profissão do Psicólogo que ocorreu durante um contexto marcado pelo exercício de professores especialistas que já ensinavam Psicologia antes mesmo do reconhecimento da profissão. Para esses autores, a Licenciatura tem suas condições de origem a partir do ensino

de Psicologia, em que a prática de docência dos especialistas implicou no reconhecimento da modalidade do professor de Psicologia como atribuição do profissional dessa área. Conforme Cirino e Miranda, as legislações não representam apenas um documento burocrático, essas contribuem para a organização das relações sociais como dos interesses presentes, sendo uma constituição histórico-social.

De acordo com a DCN de 2004: “Art. 3: O curso de graduação em Psicologia tem como meta central a formação do Psicólogo para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia” (Brasil, 2004), como princípios gerais que devem nortear a formação em Psicologia. A partir dessa DCN, o curso de Psicologia passa a oferecer uma formação única e não mais em diferentes perfis como era antes na Lei 4119/62 (Licenciatura, Bacharelado e Psicólogo). A formação em Psicologia, segundo esse documento, aparece da seguinte forma: “Art. 5- A formação em Psicologia exige que a proposta do curso articule os conhecimentos, habilidades e competências” (Brasil 2004), o que remete à atuação nas três modalidades, com base nessa relação e uma flexibilização na formação.

A Lei de nº 4119 de 1962, que regulamenta a profissão do Psicólogo até os dias atuais, não apresenta especificamente a estrutura do que seria ensinar Psicologia, já as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia de 2004 definem eixos importantes que estão diretamente implicados no contexto de ensino, como é apontado no oitavo artigo acerca das competências da formação em Psicologia:

Art. 8º As competências reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia, e devem garantir ao profissional um domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais, e na promoção da qualidade de vida (Brasil, 2004).

Sobre a formação do professor de Psicologia, a DCN de 2004 retoma essa questão:

Art. 13 - A formação do professor de Psicologia dar-se-á em um projeto pedagógico complementar e diferenciado, elaborado em conformidade com a legislação que regulamenta a formação de professores no país. § 1º - O projeto pedagógico para a formação do Professor de Psicologia deve propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no núcleo comum do curso de Psicologia e daquelas previstas nas Diretrizes Nacionais para a formação da Educação Básica, em nível superior (Brasil, 2004).

Como apresentado na DCN, a Licenciatura passa a ser complementar, não sendo mais uma formação obrigatória, mantendo uma relação direta com as diretrizes de formação do professor. Segundo Soligo (2009), a Licenciatura, ao ser colocada como complementar, fica à

escolha do graduando optar fazê-la, sendo obrigatório cursar algumas disciplinas relacionadas à formação do professor, como de políticas públicas e estágio de docência, além das disciplinas referentes à formação como um todo. Essa formação complementar ocorre durante a formação em Psicologia, sendo diferenciada por aumentar a carga de atividades exigidas, mas que é contemplada no decorrer de toda a formação.

A DCN de 2004, em suas atribuições acerca da Licenciatura em Psicologia, sinaliza a importância de uma formação que seja marcada pelo pluralismo teórico, pelo diálogo com outras áreas e que sirva de suporte para o entendimento das diferentes realidades de ensino, na criação e no funcionamento das políticas públicas. A formação complementar e diferenciada não significa um ensino fragmentado ou dissociado dos conhecimentos específicos de cada profissão, mas permite o contato com uma diversidade de teorias e práticas, que possam ser pensadas, elaboradas e questionadas coletivamente. Para Patto (1997), a formação de psicólogos, se carece de teorias que sejam a base para a reflexão diante de suas técnicas aplicadas, reduzindo esse campo como objeto de práticas psicológicas. Nas palavras da autora:

A maioria dos psicólogos tem sido reduzida a mero objeto da ciência que pratica. Assumindo uma postura idealista, ou seja, tomando as ideias que constituem a Psicologia como entidades autônomas, que pairam acima dos interesses em jogo na realidade social, os psicólogos tornam-se executores inscientes de ações informadas por abstrações e inversões (Patto, 1997, p.469).

Considerando essas questões apresentadas pela autora, a DCN de 2004, compreendida enquanto prática social possibilita repensar essa lacuna na formação, o que não significa reproduzir apenas as exigências curriculares sem considerar suas limitações e imposições. Buscar por uma Psicologia que não seja tradicional, fechada em suas próprias verdades por meio do auxílio de outros saberes implica em um compromisso ético-político. É importante que essa postura tenha como foco uma formação que se articule com a estrutura social e aproxime das necessidades da população que historicamente foram negligenciadas pelo descaso vindo de uma classe privilegiada, com ajuda, várias vezes, de uma Psicologia elitista.

A partir, então, das Diretrizes Curriculares de 2004, passa a existir apenas uma possibilidade de formação de Psicólogo, nos cursos de Psicologia. Conforme a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, as mudanças ocorridas com a DCN de 2004 são: a existência do núcleo comum; articulação de competências básicas; inclusão de estágios básicos e de ênfases curriculares, o que remete a uma formação diferenciada do currículo mínimo de 1962. Nessa proposta, a formação ganha um recorte, com uma prática mais

específica por meio das ênfases, apresentando uma pluralidade de campos de atuação, bem como as instituições passam a ter autonomia pela escolha dessas ênfases.

Lemos (2008) diz que o modo que é oferecido a Licenciatura em Psicologia pode vir a apresentar consequências ao campo, no sentido em que muitos cursos deixam de oferecer essa opção, como o risco da falta de articulação com todo o restante, incluindo disciplinas, campo de trabalho, estágio e teorias. Para essa autora:

Pode-se concluir que o planejamento, a delimitação de objetivos e o comprometimento em desenhar um plano pedagógico que abarque a formação do professor de Psicologia não se fazem presentes nas novas diretrizes de 2004. Nesta resolução, está previsto o exercício da docência, mas não se discute como deverá ocorrer essa formação. Além disso, a resolução não propõe uma articulação da formação do professor com o restante do curso, embora mencione que o projeto pedagógico deva conciliar-se com as competências do núcleo comum (p. 81).

O não oferecimento da Licenciatura por algumas instituições de ensino demonstra a impossibilidade da construção de um espaço de formação histórico-cultural que possa vir contribuir com uma Psicologia em que sua relação com a educação não seja de padronizar, normalizar, avaliar ou diagnosticar e sim de contribuir por uma sociedade em que o conhecimento seja de acesso a todos. Outro aspecto que merece ser discutido é que a Licenciatura em Psicologia continua a não fazer parte do quadro de disciplina da educação básica, mas permanece nos cursos técnicos e profissionalizantes. Não há nenhuma discussão sobre isso presente na DCN de 2004.

Segundo Antunes (2012), buscar entender a história da Psicologia no Brasil possibilita conhecer a realidade concreta, as determinações históricas, políticas e culturais envolvidas nesse processo. Como ele afirma:

No caso da Psicologia no Brasil, faz-se necessário compreendê-la como construção histórica e social, síntese de múltiplas determinações, orientada por determinadas concepções de homem e de sociedade e comprometida com posições de classe e, portanto, contraditória, sendo que o embate entre esses elementos que se opõem produz movimento e possibilita superação (Antunes, p. 47).

Assim, não é possível compreender o campo da Licenciatura em Psicologia pela história linear e cronológica, pois as Legislações representam a realidade concreta desse processo, como a relação existente entre elas como construção histórico-social. Em 2011, foi instituído um novo projeto de Diretrizes Curriculares Nacionais de Psicologia, que regulamenta até os dias de hoje a forma de oferta da Licenciatura aos cursos de formação. Com a DCN de 2011, passa a existir um projeto de formação complementar para o professor

de Psicologia, sendo obrigatório a Instituições oferecer e facultativo ao estudante cursar. Segundo o documento: “Art. 11 § 7º As atividades referentes à Formação de Professores, a serem assimiladas e adquiridas por meio da complementação ao curso de Psicologia, serão oferecidas a todos os alunos dos cursos de graduação em Psicologia, que poderão optar ou não por sua realização” (Brasil, 2011).

Com a DCN de 2011, a Resolução nº 8, no artigo treze, remete que a formação do professor de Psicologia ocorre por meio de um projeto pedagógico complementar, de acordo com a Legislação de formação de professores no Brasil. São apresentados nesse documento os objetivos que dizem respeito a essa formação:

- § 1º O projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia tem por objetivos:
- a) complementar a formação dos psicólogos, articulando os saberes específicos da área com os conhecimentos didáticos e metodológicos, para atuar na construção de políticas públicas de educação, na educação básica, no nível médio, no curso Normal, em cursos profissionalizantes e em cursos técnicos, na educação continuada, assim como em contextos de educação informal como abrigos, centros socioeducativos, instituições comunitárias e outros;
  - b) possibilitar a formação de professores de Psicologia comprometidos com as transformações político-sociais, adequando sua prática pedagógica às exigências de uma educação inclusiva;
  - c) formar professores de Psicologia comprometidos com os valores da solidariedade e da cidadania, capazes de refletir, expressar e construir, de modo crítico e criativo, novos contextos de pensamentos e ação (Brasil, 2011).

Os outros aspectos da DCN de 2004 são mantidos por essa de 2011. Conforme são apresentados os objetivos da formação desse professor, é possível pensar que, apesar dessas Legislações representarem os interesses políticos de determinada época, marcada pela economia neoliberal, também representa a possibilidade de um ensino em que seu compromisso esteja no desenvolvimento de uma prática crítica e reflexiva em busca de transformações políticas e sociais.

A DCN de 2015, que define as diretrizes curriculares para a formação de professores, considera a docência como espaço de socialização do conhecimento científico marcado pela relação com a cultura, que deve ser pautada no compromisso social, no trabalho coletivo, na valorização do campo educacional por meio de uma formação e prática democrática. Conforme é expresso nesse documento de 2015:

Considerando a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e

construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo (Brasil, 2015).

A Licenciatura em Psicologia seguida por uma formação pautada na construção e na garantia de políticas públicas, voltada para os diferentes contextos da realidade da população brasileira, buscando em sua prática ações que sejam capazes de refletir e marcar uma posição diante da desigualdade social, possibilita contribuir com uma docência que possa a vir buscar pela melhoria e pela democratização do ensino. Essa perspectiva de docência consideraria as diferenças como novos modos de aprender e não de excluir. Esse posicionamento não ocorre isolado do que as DCN's de 2004 e 2011 apresentam como requisitos para a formação docente. Pelo contrário, possibilitam ampliar a discussão sobre a importância de conhecer as exigências de formação, não pela perspectiva de obrigação, mas pelo comprometimento ético de uma educação centrada na cidadania, em busca da emancipação dos indivíduos.

Para Lemos (2008), as DCN de 2011, ao propor que as Instituições devem obrigatoriamente oferecer Licenciatura, sendo optativa ao aluno, devem garantir essa formação ao mesmo tempo do Bacharelado, tentando evitar a fragmentação de duas formações distintas. Porém, como é uma formação complementar, percebe-se um distanciamento com o restante da formação, no sentido de que, por mais que as Diretrizes exijam a relação com o núcleo comum, o que ocorre na prática é a formação isolada do todo.

É importante que a formação do professor de Psicologia esteja ligada com todo o curso, incluindo as disciplinas, campo de estágio, eventos, currículo e demais atividades, como caminho para o fortalecimento dessa área, como campo também da Psicologia enquanto profissão. Esse distanciamento entre a Licenciatura e o Bacharelado pode gerar o entendimento que essas áreas são distintas, não no sentido de suas especificidades, mas como profissões diferenciadas, e que por diversas vezes, a formação desse professor é desvalorizada pelo enaltecimento de outros campos, sendo que todos fazem parte do campo da Psicologia. Nesse contexto, o currículo se torna um dispositivo importante para contribuir com esse distanciamento entre os campos, consideradas a pluralidade de teorias, técnicas, as semelhanças como diferenças, sua aplicabilidade e funcionalidade. Esses aspectos são discutidos na DCN de 2015 acerca da formação inicial e continuada desse docente, como é apresentado sobre a importância do currículo:

Considerando o currículo como o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho (Brasil, 2015).

Para Patto (2005), tendo-se em vista uma Psicologia que consiga superar as imposições de uma política neoliberal, um ensino marcado pela fragmentação, pela falta da crítica e pelo uso extremo de técnicas psicológicas, é fundamental que a formação tenha conhecimentos teóricos e metodológicos filosóficos que colaboram no entendimento da função social do ensino, na crítica à neutralidade científica que busca dissociar o indivíduo da história. Nas palavras de Patto:

Na formação de psicólogos, é preciso potencializar conteúdos que vão além de repetição mecânica de rituais didáticos, de treinamentos de técnicas de avaliação, classificação e normalização não pensadas em seus fundamentos” (p.83).

Assim, considerar o currículo como produção histórica possibilita contribuir para a formação da identidade profissional e ampliar a compreensão de ensino, de ser professor e de Psicologia. Ensino e formação não são apenas reproduzir informações, mas é o espaço para uma formação humana, que possibilita a reflexão sobre o conhecimento, a vida em sociedade, os direitos e deveres que implicam pensar na responsabilidade enquanto docente. O Conselho Federal de Psicologia (2018), em seu texto: “Repesando a formação da (o) Psicóloga (o)”, apresenta uma discussão em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, aponta alguns dados que contribuem para pensar o lugar que a Licenciatura vem ocupando nos dias atuais. De acordo com o CFP, o licenciado tem alguns espaços de trabalho, como a formação continuada de professores, o ensino técnico, a educação não formal.

A Licenciatura em Psicologia enquanto formação complementar, não significa que a constituição desse campo ocorreu de forma isolada de toda a história da Psicologia no Brasil. Pelo contrário, a compreensão sobre os documentos, incluindo as Legislações e as Diretrizes Curriculares, colabora para o entendimento de como essa área foi se constituindo, apontando seus desafios, conquistas, dificuldades, interesses e abrindo caminho para se pensar sobre os campos de atuação desse professor. Além disso, busca-se refletir historicamente sua relação com o campo da educação, por uma perspectiva que esses conhecimentos em suas especificidades e semelhanças, articulados de maneira ética possam contribuir para um ensino de qualidade, de acesso a todos e comprometido com a autonomia de toda a sociedade.

A busca histórica em torno da Licenciatura em Psicologia que esse capítulo se propôs a apresentar, procurando discutir as condições históricas e políticas da formação desse campo, pontua que as mudanças ocorridas em torno da Psicologia enquanto profissão no Brasil teve

desdobramentos para a Licenciatura. A compreensão histórica desse campo sinaliza a forte relação com o ensino desde o momento de institucionalização da Psicologia no Brasil. Os primeiros conhecimentos psicológicos eram passados por especialistas de outras áreas, a partir do ensino de Psicologia, posteriormente a Licenciatura foi se desenvolvendo no decorrer dos anos, enfrentando grandes lacunas como a retirada enquanto disciplina obrigatória na educação básica. Contudo, ao mesmo tempo, permanece nos currículos de ensino técnico e profissionalizante, como vem buscando se fortalecer em outros campos de atuação.

A partir desses apontamentos, objetiva-se, no capítulo seguinte, apresentar como a Licenciatura em Psicologia vem sendo desenvolvida, trabalhada e discutida por meio do que se tem produzido sobre essa área, tomando como referencial o periódico eletrônico *Psicologia, Ensino e Formação*, entre os anos de 2010 a 2017.

## Capítulo II

### Licenciatura em Psicologia: Revista Psicologia, Ensino e Formação

Após o primeiro capítulo ter discutido em que condições históricas, sociais e políticas o campo da Licenciatura em Psicologia se constituiu, com auxílio de diversos documentos, neste segundo capítulo, busca-se expor e discutir de que maneira o campo da Licenciatura em Psicologia vem sendo apresentado por produções acadêmicas que mantêm relação entre a Psicologia e a Licenciatura. Como já mencionado, isso foi feito considerando-se os anos de 2010 a 2017, tomando-se o portal eletrônico da Revista Psicologia, Ensino e Formação da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) devido representar os anos que essa revista possui produções acadêmicas, ressaltando que no site é apresentado que a última atualização ocorreu em 2019, porém até o momento dessa pesquisa, foi possível acessar apenas as produções referentes a esses anos citados. Com isso, tem-se a finalidade de conhecer o que vem sendo produzido como trabalho, prática, ensino e discussões no que se refere a essa área de formação.

A ABEP foi criada no ano de 1999, como entidade nacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento e discussões em articulação com outras entidades sobre ensino e formação para acesso a profissionais como estudantes. Segundo a cartilha do Conselho Federal de Psicologia (2018), essa instituição tem um papel fundamental na manutenção de discussões sobre a formação do professor de Psicologia e como esse conhecimento pode contribuir para a sociedade, como é apresentado pelo CFP:

Deve-se ressaltar a importância dessa entidade para propor e coordenar reflexões sobre experiências educacionais de formação em Psicologia, sobre aplicações do conhecimento da Psicologia que possam auxiliar na solução de problemas e no desenvolvimento das potencialidades humanas e sobre o campo de trabalho das(os) profissionais, além de outras informações e reflexões necessárias e importantes para a qualificação dos cursos de formação em Psicologia no país (Conselho Federal de Psicologia, 2018,p.16).

A ABEP, em sua organização, tem vários assuntos divididos, mas que todos se relacionam com o eixo principal: ensino de Psicologia, com objetivo de cooperar com o desenvolvimento desta, ser apoio para obtenção de financiamento para essa área, promover condições para uma educação continuada em Psicologia no campo da docência, manter diálogo entre entidades que colaboram para a formação em Psicologia e promover atividades que ampliam o conhecimento sobre esse campo. Dentre suas discussões, encontram-se temas

que perpassam pela graduação até a pós-graduação, em que são apresentados em seu site documentos relacionados à história da Psicologia.

A Associação Brasileira de Psicologia é responsável pela criação da revista Ensino & Formação na versão eletrônica, com periodicidade semestral e foco nas discussões de ensino aprendizagem referentes à formação do Psicólogo. A revista expõe, em sua descrição, seus objetivos:

Psicologia: Ensino e Formação tem por objetivo circular o conhecimento sobre o ensino e a formação em psicologia em diferentes níveis e contextos, contemplando questões didáticas, de conteúdo, éticas, epistemológicas e metodológicas, considerando a realidade social e histórica. Seu público-alvo é formado prioritariamente por profissionais, professores e estudantes de psicologia, interessados no ensino e formação em psicologia em seus níveis e contextos. Com periodicidade quadrimestral, publica estudos, pesquisas, resenhas, reflexões e relatos de experiências relativos ao ensino de psicologia e a formação de psicólogos. A revista Psicologia: Ensino e Formação está disponível em acesso aberto (Open Access) e não cobra taxas para submissão ou processamento editorial dos manuscritos (ABEP, 2010).

A escolha por essa revista ocorreu devido ser administrada pela ABEP, entidade que está diretamente engajada com a Licenciatura em Psicologia. No histórico que consta no site da revista, são encontradas produções apenas entre os anos de 2010 a 2017, sinalizando que sua criação ocorreu no ano de 2010. A revista teve oito volumes, sendo que esta pesquisa tomará como objeto de estudo 16 artigos presentes nesse periódico eletrônico. Até o momento da produção deste trabalho, não houve resposta por parte da ABEP sobre o histórico da revista. Todos os dados informados foram retirados do site.

A Revista Psicologia, Ensino e Formação tem como objetivo levar, desde 2010, o conhecimento sobre o ensino e formação em Psicologia em diferentes contextos, considerando os aspectos histórico-sociais implicados nesse processo. A revista está disponível ao acesso aberto, seja pelo site da ABEP ou pelo periódico eletrônico PESPIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia). Seu público é voltado a profissionais, estudantes ou interessados a dialogar com o campo do Ensino em Psicologia. Dentre esse campo, em suas publicações, aparecem alguns trabalhos relacionados à Licenciatura em Psicologia, perpassando por artigos, relatos de experiências, resenhas, ensaios, entre outros. De acordo com a descrição do site da revista:

Psicologia Ensino e Formação circularão na versão eletrônica, com periodicidade semestral. Nosso foco é o processo de ensino e aprendizagem em psicologia em todos os níveis – do ensino médio à pesquisa e pós-graduação – e a formação do psicólogo, no Brasil e na América Latina (Abep).

Procurar compreender a história da Licenciatura em Psicologia, por meio de um periódico eletrônico, não representa uma reprodução apenas do que se tem discutido acerca do assunto. É uma análise histórica que possibilita o entendimento sobre quais aspectos e interesses esse campo foi se constituindo e sua relevância para a sociedade. São as produções acadêmicas tomadas como produto histórico que irão dizer o que tem sido produzido, discutido, promovido a respeito desse campo.

As produções dessa revista são divididas em espaço de editorial, relato de experiência, ensaios e estudos teóricos, relatos de pesquisa e produção em debate, todos discutindo temas relacionados ao ensino e à formação em Psicologia, abrangendo a Licenciatura. A partir de uma perspectiva historiográfica, a revista a ser analisada não pode ser reduzida a um acúmulo de produções acadêmicas, mas se apresenta como fonte histórica, no sentido de que os conhecimentos que são discutidos não estão isolados de interesses, de questões políticas, econômicas, ideológicas e culturais. Essa revista é uma produção social, que ao propor discutir temas ligados à Licenciatura em Psicologia, permite buscar compreender a relação entre os documentos analisados no primeiro capítulo com o que está sendo produzido como conhecimento sobre essa área de pesquisa.

De 2010 a 2017, a discussão encontrada no espaço do editorial é referente a uma visão ampla do que a revista irá apresentar como discussão em relação à formação e o ensino de Psicologia e como essas questões se relacionam com o contexto social, em um sentido de conhecimento não fragmentando e sim articulado a um conjunto, em que a Psicologia é discutida em suas diversas áreas de atuações. Nesse espaço, são discutidos temas referentes à Psicologia e Educação, saúde, ensino, pesquisa, clínica, compromisso social e político dessa área com a sociedade. Esses fatores são apresentados de forma geral, como um resumo do que será discutido nas produções acadêmicas.

A parte do Editorial, ao apresentar informações a respeito do que será discutido durante o volume, contribui para se ter uma delimitação em analisar o que se refere ao campo da Licenciatura em Psicologia. Esse recorte é importante para nortear a discussão e possibilitar a compreensão desses trabalhos. Não como uma mera reprodução de fatos, mas de uma área do conhecimento que se constrói em um contexto histórico-social e tem uma responsabilidade diante do que se tem feito, em um sentido amplo de transformação, de pensar que Psicologia está sendo construída no campo da Licenciatura. O que é notável perceber é que a revista, mesmo apresentando uma forma ampla de discussão, contém algo em comum, referente à relação entre Psicologia e ensino, sua ligação com o campo da

Educação do nível básico ao superior. Considerando essa revista como produção histórica, o quadro abaixo apresenta a lista dos trabalhos a serem discutidos:

Quadro 2:

**Ano, Título e Autor(A), Assunto, Instituição referente aos artigos a serem analisados**

ANO	TÍTULO	AUTOR (A)	ASSUNTO	INSTITUIÇÃO
2010	A Reinscrição da disciplina de psicologia no ensino médio: as especificidades da psicologia e os desafios do atual contexto educacional	Lineu Norio Kohatsu	A importância da psicologia no ensino médio e a necessidade de fortalecimento dessa área	Universidade de São Paulo (USP)
2010	Experiências de investigação da atitude transdisciplinar no contexto de formação de professores	Solange M. O. Magalhães	Formação de professores por meio de uma perspectiva crítica	Universidade Federal de Goiás (UFG)
2010	Psicologia no ensino médio: sobre os desafios de ser professor	Janaina Klinko; Marie Claire Sekkel	Reconstrução histórica da Licenciatura em Psicologia e a atual realidade em que se encontra essa área	Universidade de São Paulo (USP)
2011	Relato de uma pesquisa avaliativa sobre as contribuições da Psicologia para o Ensino Médio	Rosane da Silva	Discussão dos resultados encontrados da disciplina de psicologia no ensino médio do Estado do Paraná	Universidade Estadual de Maringá (UEM)
2013	Contribuições do ensino de Psicologia nas ETECs	Angelina Pandita-Pereira Marie Claire Sekkel	Contribuições do ensino de Psicologia na formação técnica na rede de ensino de São Paulo	Universidade de São Paulo (USP)
2013	Ensino de Psicologia no Ensino Médio: relatos de professores da rede pública do Estado de São Paulo	Lineu Norio Kohatsu	A importância da Psicologia na formação profissionalizante por meio dos resultados de uma pesquisa realizada com professores dessa área referente à atuação docente	Universidade de São Paulo (USP)
2013	A Psicologia no Ensino Médio: uma análise sobre a prática docente	Marlos Melo	O papel da disciplina de Psicologia no ensino médio através da relação com as diretrizes curriculares	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

2014	O controverso lugar da psicologia na educação: aportes para a crítica da noção de sujeito psicopedagógico	Julio Roberto Groppa Aquino		Relação entre a Psicologia e a educação e os desdobramentos para uma formação crítica	Universidade de São Paulo (USP)
2014	O professor de psicologia diante da multiplicidade e diversidade teórica da psicologia: lugar de incertezas e de desafios	Norma da Luz; Ferrarini e Denise de Camargo		A importância da relação entre teoria e prática para a formação de professores em Psicologia	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
2014	Educação, subjetividade e a formação do professor de Psicologia	Fernando Luis González Rey		Formação de professores em Psicologia diante de problemas encontrados nessa área de formação	Centro Universitário de Brasília (UNICEUB)
2014	A constituição identitária do professor de psicologia: quem forma o formador	Vera Lucia Trevisan de Souza		Sobre quais condições se forma a identidade docente em Psicologia	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-SP)
2014	Psicologia e Política: reflexões sobre a formação docente	Sergio Antonio da Silva Leite		Formação política em Psicologia	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
2015	Contribuições da formação em licenciatura de Psicologia: o olhar de licenciados para o estágio	Jordana de Castro Balduino; Laís Moreira Silva; Luara Fernandes Monteiro; Sara Rezende Coutinho; Vitória Costa Fernandes		A importância do estágio em Licenciatura para o fortalecimento da formação do professor de Psicologia	Universidade Federal de Goiás (UFG)
2016	Impacto das Diretrizes Curriculares Nacionais na Formação em Psicologia: Revisão de Literatura	Joene Vieira-Santos		A importância da compreensão sobre as legislações acerca da formação em Psicologia	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
2016	Licenciatura em Psicologia: Debates Atuais e Relato de uma Intervenção na Formação de Professores	Leonardo Pereira de Lima; Bruna da Silva; Joselio Nogueira de Oliveira		Discussão da Licenciatura em Psicologia por meio das práticas desenvolvidas durante o estágio de docência	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
2017	Estágios em Psicologia e Educação	Paula Fonseca	Fontana	Discussão sobre a formação em Psicologia através de estágio voltado para a educação	Universidade de São Paulo (USP)

## 2.1 Licenciatura em Psicologia em nível nacional

Segue a análise dos trabalhos citados conforme o quadro II. O primeiro número da revista foi publicado em 2010, como mencionado. No interior desse volume, existem alguns trabalhos que discutem a questão do ensino de Psicologia, possibilitando fazer um paralelo com a Licenciatura e seus desdobramentos para o campo da Psicologia em nível nacional. Dentre as produções publicadas em 2010, existem alguns artigos como “*A reinserção da disciplina de psicologia no ensino médio: as especificidades da psicologia e os desafios do atual contexto educacional*”, de autoria de Lineu Norio Kohatsu, que propõe discutir o lugar da disciplina de Psicologia no ensino médio, problematizando os desafios encontrados por essa área e a possibilidade de sua reinserção no ensino no campo educacional. Esse estudo discute essas questões, partindo da discussão da Licenciatura em Psicologia com as Legislações que regulam essa prática. Essas questões já são postas pelo autor no início de seu resumo:

O artigo tem como objetivo discutir a reinserção da disciplina de psicologia no ensino médio considerando algumas dificuldades específicas para o ensino de psicologia e dos desafios postos pelo contexto educacional. Como dificuldades específicas são apontadas: a retirada da disciplina de psicologia do currículo do ensino médio, o encerramento da licenciatura de psicologia em muitas universidades, a ausência da psicologia como disciplina nos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio e a falta de clareza de alguns professores de psicologia sobre seu papel no ensino médio (Kohatsu, 2010,p.53).

O objetivo do estudo já aponta a necessidade de compreender sobre as Diretrizes Curriculares para a discussão do lugar que a Licenciatura em Psicologia ocupa historicamente. Para o autor, existe também uma dificuldade da Psicologia na compreensão de sua função no ensino médio, devido a essa área ter sido um dos níveis da educação fortemente afetada no decorrer dos anos e das reformas de governo do País:

Um dos principais problemas que vem sendo enfrentado é a retirada da disciplina de psicologia do currículo do ensino médio, como ocorreu no estado de São Paulo; preocupante também é a situação dos cursos de licenciatura em psicologia que vem diminuindo gradativamente. Além desses dois, há que se considerar também a sua ausência como disciplina nos Parâmetros Curriculares Nacionais, diferentemente da situação da filosofia e da sociologia que foram reintegradas (Kohatsu, 2010, p. 53).

Nesse cenário, mesmo o autor referindo-se à situação em São Paulo, essa discussão permite ser ampliada ao nível nacional, pois atualmente a Psicologia não possui espaço como disciplina no ensino médio e apresenta grande dificuldade de inserção no ensino. Por mais que

exista a possibilidade de formação do professor de Psicologia, essa formação ainda apresenta uma grande restrição de campo de atuação.

Esses aspectos apontados pelo autor demonstram a falta de discussões mais amplas em relação a esse campo de formação da Psicologia, e a necessidade de pensar nessa área como lugar para construir uma Psicologia que possa possibilitar uma melhoria na formação do ensino e na formação de seus alunos. Parece existir uma dificuldade na compreensão da relação de ensino de Psicologia e o contexto escolar, se ampliando até mesmo para o próprio processo de formação, como as lacunas que aparecem nas diretrizes curriculares para esse campo. Outro aspecto que é apontado nesse artigo é a importância da discussão dessa área no processo de formação nos cursos de Psicologia, no sentido de não ser isolado das demais áreas, visto que a Licenciatura também diz respeito à profissão e seu compromisso com a sociedade, refletindo sobre em qual projeto de sociedade esse conhecimento está engajado.

De acordo com Soligo e Azzi (2009), a Psicologia enquanto disciplina esteve presente no ensino regular/ médio e profissionalizante no decorrer da história da Psicologia, porém não obteve espaço para compor o quadro de disciplina do atual ensino. Essa questão, além de envolver as legislações, também possibilita o debate de pensar qual o lugar da Licenciatura em Psicologia no processo de formação, que discussões, trabalhos e incentivos são realizados para essa área. Pereira e Sekkel (2012) trazem essa problematização: “a licenciatura e as discussões sobre o ensino de Psicologia no nível médio em geral historicamente ocuparam um lugar marginal na graduação” (p. 974). Historicamente, a profissão do professor de Psicologia parece não possuir seu próprio espaço de debates e de valorização no próprio processo de formação.

Para Kohatsu (2010), a discussão do ensino de Psicologia não pode ficar restrita apenas ao campo do ensino médio, é necessária sua ampliação para o campo de formação técnica que não houve a retirada da Psicologia enquanto disciplina. Entender a presença da Psicologia no ensino técnico, não apenas pelo intuito da obrigatoriedade, mas que ao mesmo tempo em que sua atuação é por meio da ciência psicológica, é importante buscar construir um espaço em que a Psicologia possa contribuir para a formação profissionalizante de maneira que a Psicologia esteja em um lugar de questionamentos, de combater as diversas formas ideológicas de alienação dos sujeitos. Para Larocca (2007), como também sinalizado por outros autores no decorrer no texto, não é possível pensar a Psicologia dissociada da política:

Certamente, essa não é uma questão técnica, mas uma questão eminentemente política, que implica ao profissional ou ao futuro profissional docente desvelar

aquilo que está oculto, compreendendo as origens históricas, sociais, econômicas e culturais dos fatores que configuram a sua prática educacional (p. 61/62).

Sobre o debate relacionado à formação do professor de Psicologia, a Licenciatura não deve se restringir apenas a esse campo como discussão, segundo Kohatsu (2010). Ao se finalizar esse debate da reinserção da Psicologia no ensino médio, é necessário refletir sobre a Psicologia enquanto ciência e profissão, de que maneira tem sido constituída essa formação e para quem está a serviço esse campo de conhecimento:

Independentemente das posições favoráveis ou contrárias ao retorno da psicologia no ensino médio, esta é uma boa oportunidade para a psicologia voltar-se para si mesma e ao mesmo tempo voltar-se para fora dela para refletir sobre o modo como pretende se posicionar para responder aos desafios da contemporaneidade e, a partir daí, pensar sobre que profissionais se pretende formar, para quais projetos de sociedade. Como se vê, o ensino médio é só uma parte de uma grande discussão (Kohatsu, 2010, p. 64).

Esse artigo de Kohatsu, partindo da Psicologia como disciplina no ensino médio, possibilita pensar que esse campo ainda se encontra em construção, no sentido que tem muito a se discutir e, até mesmo, em formação. Que esse conhecimento não representa apenas uma possibilidade de carreira ou trabalho e sim um modo de organização social, em que as legislações não são somente as normativas, mas também o modo de vida social e política de um país, e conseqüentemente isso interfere no processo de formação de determinado campo. Outro fator importante que este estudo discorre é a relação que a Psicologia mantém com o campo da Educação historicamente, pois falar de Psicologia no ensino médio, sem discutir aspectos educacionais é ignorar todo o processo histórico, mantendo um posicionamento apenas de reprodução sem questionamentos e sem compromisso com um processo formativo crítico.

No artigo: “*Experiências de investigação da atitude transdisciplinar no contexto de formação de professores*”, de autoria de Solange M. O. Magalhães, publicado em 2010, discute-se também sobre formação de professores no âmbito da docência universitária, com uma perspectiva de emancipação como resultado desse processo. Nesse artigo, a autora discorre sobre esse tema, a partir da problematização de questões concernentes à profissionalização, às práticas, aos saberes, à inovação, política, ao ensino público e privado, entre outros aspectos como eixo para se compreender o lugar da docência, e apontando aspectos relacionados à Licenciatura.

Em sua discussão, Magalhães (2010) faz uma breve comparação da formação do professor do ensino básico com o ensino superior, apontando a importância das legislações que regulam a atuação nessas áreas e a necessidade de inovações como método de ensino. Isto não como um “fazer por fazer”, mas novos modos que aproximam o processo formativo, o conhecimento do mundo acadêmico à realidade social e cultural. Essa questão sinaliza, novamente, a importância de compreender sobre as Diretrizes relacionadas à educação, de como esse entendimento ou a ausência interfere nesse processo. Isso porque, seja discutindo, como na prática, ou na criação de novos modos de ensinar as regulamentações referentes a esse campo, colabora-se na construção de uma profissão que promova uma prática embasada na reflexão, no questionamento e não apenas a mera reprodução sem entendimento do que representa ser professor.

Como metodologia para compreender sobre a formação de professores, foram realizadas intervenções com alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás, tendo como proposta assistirem vídeos sobre determinado pensador ligado à educação e depois, em grupo, precisariam responder sobre a importância dos processos pedagógicos que incluíam educação; infância; ensino e aprendizagem como questões que compõem o processo formativo do professor:

Esta atividade retrata a possibilidade metodológica integradora proposta pelo Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da FE/UFG, cuja concepção de formação é estruturada como processo de inserção crítica dos licenciados no universo da cultura, do pensamento, da crítica, da autonomia, da liberdade, da justiça, da democracia e da solidariedade (Magalhães, 2010, p. 69).

Esses aspectos apresentados já direcionam para a necessidade em formar professores engajados com uma política de ensino, em quem a Licenciatura não seja apenas vista como caminho para se formarem outros profissionais. Que possa por meio do ensino contribuir por um pensamento mais crítico, que colabore para uma atuação engajada com a manutenção dos direitos, da democracia, um ensino que seja de acesso a todos e não uma pequena parcela majoritariamente favorecida. Por mais que a discussão que a autora promove seja realizada a partir de sua experiência com alunos do curso de Pedagogia, esse fator não anula a discussão levada ao campo da formação de professores em Psicologia, ressaltando que historicamente a Psicologia mantém uma interlocução com a Pedagogia, o campo de formação de professores, e a educação. Antunes (2008) discorre sobre essa relação entre a Psicologia e a Educação, principalmente pelo campo da Pedagogia. Para Antunes, a Psicologia teve seu reconhecimento no processo de autonomia a partir da articulação entre saberes e práticas pedagógicas, o que contribuiu para a consolidação dela no campo educacional.

Esse apontamento sobre a formação de professores da área de Pedagogia para se discutir a docência no campo universitário pela ideia de inovação e, até mesmo, pensar na Licenciatura em Psicologia possibilita dialogar com aspectos formativos necessários à docência, em que a autora apresenta também, pela discussão, a dificuldade encontrada pelo docente universitário em entender e se ver como professor e formador de outros profissionais, além disso, conhecer sobre o campo da Educação. Essa dificuldade também está presente na formação em Psicologia, segundo Souza (2014), por existir uma maior ênfase na formação clínica, desde seu processo de institucionalização, em relação às outras áreas de atuação desse profissional. Devido a esses aspectos, a Licenciatura em Psicologia parece ocupar um espaço sem identidade, em que muitos, ao ensinarem sobre essa área, não se reconhecem como professor, mas somente como Psicólogo (a), expressando, por diversas vezes, uma formação descontextualizada. O docente nesse espaço, sua compressão, as condições sociais, culturais presentes na educação, se forem reduzidas tão somente ao olhar psicológico, haverá a manutenção de uma psicologia exclusiva e de pouco acesso à sociedade.

O trabalho de Magalhães propôs a intervenção com os alunos em um sentido de inovação do conhecimento, não só voltado para a prática, mas como uma atividade que a teoria e prática não dissociam do contexto, buscando evitar a fragmentação do saber e, assim, possibilitar um processo de emancipação de todos envolvidos e a compreensão da importância do que é ser professor. Segundo Magalhães, “Esta pesquisa tem demonstrado que os processos de inovação, ao indicarem novas propostas paradigmáticas do conhecimento, favorecem a superação do pensamento dominante que, por sua vez, tendem a reorientar práticas sociais no contexto escolar” (2010, p. 79).

A discussão que o artigo apresenta possibilita fazer uma comparação com a Licenciatura em Psicologia, por essa historicamente ser complementar e opcional no processo de formação, em que esses aspectos ocasionaram, de certa maneira, uma desvalorização desse campo de atuação profissional. Por conseguinte, a dificuldade de compreender o lugar que essa área ocupa, pois não se trata apenas de entender conhecimentos relacionados à Psicologia, é necessário ter o entendimento sobre aspectos da área da Educação. Essas questões apontam a necessidade de um debate amplo, que relacione os conteúdos do processo de formação de determinada profissão, bem como da Educação. Mesmo que a docência universitária passe por outro viés de formação, esses fatores precisam ser inseridos desde a graduação. Todo esse debate, segundo Larocca (2007), partindo de uma perspectiva histórica de relação entre a Psicologia e a Educação, buscando por meio da pedagogia sobre formação

de professores, possibilita pensar e problematizar que a compreensão do campo da Licenciatura em Psicologia dialoga com outros saberes.

Outro artigo de 2010, intitulado “*Psicologia no ensino médio: sobre os desafios de ser professor*”, de Janaina Klinko e Marie Sekkel, discorre sobre a disciplina de Psicologia no ensino médio no estado de São Paulo. A Discussão desse tema foi realizada a partir da disciplina de Psicologia ministrada para alunos do ensino médio em São Paulo, buscando compreender os aspectos teóricos e práticos que dizem respeito ao licenciado em Psicologia, bem como o histórico desse processo. Segundo os autores:

O presente artigo resulta de uma reflexão feita a partir da pesquisa de Iniciação Científica Psicologia no Ensino Médio: Limites e Possibilidades, realizada durante os anos 2007 e 2008 no Instituto de Psicologia da USP. Tivemos como objetivo inicial realizar um estudo que contextualizasse a história da licenciatura em Psicologia no Brasil assim como conhecer a atual demanda e o campo de atuação do professor de Psicologia no ensino médio regular público e privado na cidade de São Paulo (p. 74).

Esse estudo já aponta a importância de discutir o campo da Licenciatura, considerando o contexto histórico, para assim buscar compreender o cenário atual. Para a problematização do tema, foram realizadas entrevistas com algumas professoras que lecionavam Psicologia no ensino médio em São Paulo. “O estudo se estruturou como a busca dos elementos subjetivos dos professores, constituídos a partir das vivências com a disciplina Psicologia no ensino médio” (p.75). Por meio material dessas entrevistas, surgiram questões como: a diferenciação do Psicólogo clínico, escolar e do professor de Psicologia, bem como as dificuldades e possibilidades dessa área do Licenciado em Psicologia.

A discussão do artigo, ao expor sobre a Legislação referente que regulamenta a formação e atuação do Licenciado em Psicologia, procurando discutir a partir da prática do que se tem feito nessa área, aponta a necessidade de conhecer esse campo e suas especificidades. Pois de acordo com esse estudo, existe uma dificuldade em compreender o lugar do professor de Psicologia. Isso remete a pensar que historicamente alguns campos da Psicologia, como a área clínica, têm um maior destaque em comparação aos outros. Outra questão fundamental desse trabalho se refere à confusão entre a função do professor de Psicologia e o Psicólogo escolar por estabelecer uma relação direta com o campo da educação, porém cada área mantém suas especificidades, o que não significa a impossibilidade de diálogo entre elas. Segundo as autoras, “No decorrer das entrevistas, aparece com frequência uma indefinição entre os papéis assumidos pelo psicólogo em diferentes contextos de trabalho” (2010 p.75). Larocca (2007) discorre sobre essa questão:

Pensando no psicólogo que atua na educação, defendemos, então, que o ensino de Psicologia de fato não pode almejar os mesmos fins visados na formação para o exercício clínico, o que implica, portanto, a construção de uma outra identidade profissional, que assuma compromissos substancialmente diferenciados daqueles que a formação do psicólogo em geral comporta (p.58).

A relação entre o artigo e o que Larocca sinaliza é justamente essa dificuldade de encontrar o lugar da Psicologia no ensino, no sentido que ainda existe uma forte tendência em generalizar esse campo apenas relacionado à área clínica. O que remete a pensar a dificuldade até mesmo dos profissionais em outras áreas de atuação, devido, à própria formação restrita ao conhecimento clínico-terapêutico, que ao entrar em contato com outro cenário, a Psicologia acaba reproduzindo padrões. Reproduzem-se práticas que, em vez de contribuir para o campo da Educação, resultam numa profissão cada vez mais fechada e restrita à discussão de questões que se limitam ao aspecto psicológico, desconsiderando outras dimensões como parte formativa dos sujeitos.

As autoras concluem que existem muitos desafios a serem enfrentados por esse campo, na construção e manutenção do ensino de Psicologia como possibilidade de discutir questões sociais, culturais, políticas, psicológicas, como sendo parte do processo formativo:

Ficou evidente a dificuldade que os profissionais da área têm quanto à delimitação do papel do professor, o que pode constituir uma barreira no processo de consolidação do ensino de Psicologia na educação básica. Muitas vezes, na fala das entrevistadas, o lugar do professor se confunde com o do psicólogo escolar ou aparece relacionado a práticas clínicas: orientação vocacional e situações de terapia em grupo – nas quais o que parece estar em jogo é a diminuição da angústia dos alunos (Klinko & Sekkel, 2010, p. 81).

No terceiro volume na edição de 2011, há um artigo: “*Relato de uma pesquisa avaliativa sobre as contribuições da Psicologia para o Ensino Médio*”, de autoria de Rosane da Silva. Nesse artigo, é apresentada uma parte de uma pesquisa de doutorado que discorre a respeito da inserção da Psicologia no ensino médio, como tema transversal no estado do Paraná, entre 1999 a 2003. Por meio desse relato com a participação dos alunos sobre a visão do ensino de Psicologia, esse trabalho objetivou discutir a importância dessa área no processo de formação dos jovens:

Após quatro anos de atividades desenvolvidas no ensino médio utilizando o referido projeto, consideramos importante socializar essa implantação para verificar o seu grau de importância e a sua validade no contexto educacional desse grau de ensino, que deve valorizar o desenvolvimento integral dos jovens (Silva, 2011, p. 58).

Para essa problematização, o referido trabalho recorreu às legislações, tanto específicas da Psicologia, como também da Educação, buscando compreender como esse campo vem sendo fortalecido na atualidade e sua importância na formação humana dos alunos, quanto dos profissionais. Durante o processo de construção da disciplina, procurou-se nortear os assuntos que se relacionassem com o cotidiano dos alunos, no sentido de aproximar essa área com a sociedade.

O trabalho de Silva (2011) se tornou um projeto de inserir a Psicologia como parte do ensino médio, durante os três anos de formação, com a finalidade de não apenas levar a Psicologia ao ensino, mas uma área do conhecimento que fosse capaz de colaborar para a formação de jovens de forma integral e dialogar com a sociedade. A proposta de escutar a visão dos alunos no que concerne a esse campo é no sentido de entender a relevância dessa área de forma conjunta entre profissionais e alunos. O cronograma foi elaborado considerando as normativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação referente ao Ensino Médio, assim como a seleção de conteúdos referentes à Psicologia de acordo com as séries dos alunos. Para Silva (2011):

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, ao sugerirem que se discuta o ser humano e suas relações em vários segmentos sociais, como: escola, trabalho, família, lazer, etc, almejam que o indivíduo desenvolva a prática da solidariedade, da fraternidade, da sensibilidade e da igualdade. A nosso ver, esse objetivo pode ser atingido a partir do momento em que o ser humano construir sua história e formar sua identidade por meio de suas relações sociais. Para tanto, deverá ter consciência de seu papel como agente da História. Acreditamos que a Psicologia seja uma das ciências que pode contribuir para que o indivíduo obtenha condições de acesso aos conhecimentos que analisam os modos pelos quais o ser humano se constrói na interação com seu meio, consolidando o conhecimento científico em seu projeto pedagógico (p.60).

Essa discussão ao propor a importância da Psicologia no Ensino Médio, considerando o contexto histórico e procurando manter um diálogo com a sociedade, a partir dessa construção conjunta, permite refletir sobre qual a relevância da Licenciatura em Psicologia no processo de formação e qual seu compromisso com a sociedade. Segundo Patto (1997), existe uma dominação de interesses em manter o ambiente de ensino de maneira naturalista, não considerando as implicações históricas e as relações sociais que envolvem questões como poder, dominação, ideologia. Nesse cenário, o conhecimento da Psicologia é acessado de forma reduzida ao senso comum, produzindo preconceitos, desigualdade em que as classes menos favorecidas são afetadas por esse discurso pautado numa ciência em que o ensino está a serviço da exclusão. Um conhecimento não pode ser visto isoladamente do contexto social,

como também precisa ser discutido e questionado o interesse na manutenção e na retirada de determinado campo de formação.

Outro aspecto importante no trabalho de Silva a ser evidenciado é que o debate sobre essas questões não foi realizado apenas pelo olhar do professor ou pela formação, mas também pela percepção dos alunos. Isso aponta que, quanto a essa área de formação de professores e sua importância ao estar em sala de aula, precisa-se saber se construir também em coletividade. A proposta de Silva (2011) com esse trabalho avança por um ensino de Psicologia, com uma perspectiva de um processo político-pedagógico, de uma formação humana para a vida e não em cima de um “psicologismo” presente muito ainda na educação.

Em 2012, não houve publicação da Revista. No site eletrônico ou da ABEP, não existem registros que informem o motivo da ausência do volume desse ano. O quarto volume de 2013 já apresenta uma discussão maior em relação ao número anterior. Nesse número, aparecem produções sobre pesquisa, ensino em Psicologia e sua relação com a docência. A função desse ensino nos cursos técnicos, os desdobramentos das diretrizes curriculares na formação em Psicologia, o campo de trabalho, o que remete a analisar a importância e a necessidade de compreender a função do ensino, bem como ampliar para Licenciatura sua função social, considerando todo o processo histórico.

Na edição de 2013, o artigo “*Contribuições do ensino de Psicologia nas ETECs*”, de Angelina Pereira e Marie Sekell, trata da Psicologia nas Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo, a partir de uma concepção de ensino engajada na emancipação e autonomia dos sujeitos, em que o ensino de Psicologia precisa estar comprometido com uma educação pela garantia de direitos a todos. Isso fica demonstrado na seguinte assertiva:

O artigo discute os resultados de pesquisa sobre as contribuições do ensino de Psicologia nas Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo (Etecs). Orientada teórica e metodologicamente pelo materialismo histórico dialético, a pesquisa foi realizada em uma Etec e envolveu: observação das aulas de Psicologia Organizacional e Psicologia Social, análise documental, conversas informais e entrevista com o docente das disciplinas. Discute-se que o ensino de Psicologia nessa Etec em alguns momentos levou ao desenvolvimento de processos potencialmente emancipatórios e, em grande medida, contribuiu para processos potencialmente alienantes (Perreira & Sekkel, 2013, p.79).

Sua discussão é voltada para o ensino técnico e sua relação com o mundo do trabalho, buscando posicionar a Psicologia nesse processo não como um conhecimento a serviço do mercado, mas que seja capaz de formar sujeitos críticos, que possam se apropriar do conhecimento de forma igualitária. Para Patto (1997), a escola representa o espaço em que são produzidos diferentes modos de pensar como as ideologias. Nela os interesses de uma classe

dominante têm como objetivo manter esse espaço descontextualizado de sua produção histórica para assim não ter que se comprometer com os problemas do mundo social, marcado pela exploração, violência, desigualdade, dominação. No entanto, quando a escola é considerada um espaço de acesso ao conhecimento que se constitui historicamente, esse lugar pode possibilitar que os indivíduos se apropriem desses saberes e que essa prática seja capaz de promover um enfrentamento às imposições e à alienação presentes como produtos do contexto social.

Esse trabalho realizou uma discussão histórica, a fim de compreender o processo do Ensino de Psicologia no Brasil, a partir de documentos que regulamentam a profissão, bem como apontamentos da necessidade de promover mais estudo referente ao campo do ensino de Psicologia e, conseqüentemente, da Licenciatura em Psicologia. Esses apontamentos foram elaborados a partir da observação da disciplina Psicologia Organizacional e Social para os cursos técnicos. O estudo colabora para se pensar sobre o ensino de Psicologia, ampliando para o Licenciado sobre quais demandas ideológicas e condições de trabalho o docente está submetido em cursos profissionalizantes, e pela visão histórica de como esse campo voltado para o ensino técnico é fortemente enaltecido em relação aos outros.

Segundo Perreira e Sekkel (2013), é preciso ter um olhar diferenciado para o ensino profissional técnico, no sentido não de fragmentar do contexto da educação como um todo, mas de buscar entender historicamente suas particularidades em meio às condições sociais, políticas, econômicas implicadas nesse cenário, como é sinalizado pelas autoras:

E o campo do nível médio profissional, em nossa compreensão, tem especificidades que precisam ser consideradas. Historicamente, a educação de nível médio no Brasil constituiu-se cindida nas modalidades propedêutica e profissional. Característica da educação destinada à elite era uma formação acadêmica, intelectualizada, descolada de ações instrumentais (a educação propedêutica). Próprias da educação destinada aos pobres eram primeiramente ações assistencialistas e uma formação que visava, a partir do ensino de formas de fazer, ao desenvolvimento de habilidades psicofísicas e à moralização por meio do trabalho (p.81).

Por meio desses apontamentos, o artigo busca discutir como o ensino de Psicologia pode contribuir para a construção de uma educação profissional. Esta não se restringindo apenas ao fazer, mas que procure colaborar para uma formação humana voltada também para o pensar, para o questionamento, a crítica e de maneira que seja acessível a todos, procurando evitar essa divisão e fragmentação entre o pensar e o fazer. Essas questões têm grandes desdobramentos na vida social, pois manter uma educação que presa a diferenciação como busca fortalecer um ensino intelectual distanciado do profissional, essa forma de pensar o

ensino historicamente mantém como base apenas os interesses de uma classe dominante, que garante seu desenvolvimento em diferenças esferas pela exploração e alienação das classes trabalhadoras. Nesse sentido, para Pereira e Sekkel (2013), “Ao se dissociarem os saberes próprios do campo do trabalho dos saberes intelectuais, em especial pela marcante dualidade de modalidades de educação de nível médio, aprofunda-se na educação escolar a alienação humana” (p.82).

De acordo com as autoras, sendo o ensino de Psicologia presente historicamente na educação de nível médio e profissional, esse contexto é marcado por questões de ordem ideológica, política e das funções atribuídas aos indivíduos no decorrer da construção da sociedade brasileira. A discussão desse artigo sobre o ensino de Psicologia em escolas técnicas foi o resultado de um trabalho em conjunto com uma escola estadual de cursos técnicos de São Paulo, que mesmo se referindo a uma determinada região do país, sendo necessário compreender a própria dinâmica de funcionamento dessa região, não impossibilita pensar essa questão em nível nacional.

O resultado desse trabalho apontou alguns aspectos presentes no ensino técnico, como: a naturalização de que o ensino profissional apenas tem como função formar para o mercado de trabalho; o planejamento das aulas feito pelos docentes nas Etecs é restringido pela padronização dos conteúdos relacionados às competências, habilidades, bases tecnológicas exigidas pelo curso e o ensino de Psicologia reduzido a nível instrumental. Esses apontamentos, segundo as autoras, apareceram nas falas dos docentes, em documentos e nas regras de funcionamento do curso.

Outro trabalho dessa mesma edição de 2013, intitulado “*Ensino de Psicologia no Ensino Médio: relatos de professores da rede pública do Estado de São Paulo*”, de Lineu Norio Kohatsu, discute a partir do resultado de uma pesquisa realizada com professores de Psicologia do ensino médio em São Paulo, com intuito de tratar da formação de professores e suas práticas no campo de ensino, e de como a Licenciatura em Psicologia para formação de professores pode contribuir na formação de jovens:

No artigo, são apresentados os resultados de uma pesquisa realizada com professores de Psicologia do ensino médio da rede pública do Estado de São Paulo. Iniciada em 2008, a pesquisa teve como objetivo coletar dados sobre os professores e suas práticas. O projeto foi proposto considerando a retirada da disciplina de Psicologia do ensino médio, a existência de poucas informações sobre a prática dos professores de Psicologia na educação básica, a inexpressiva produção acadêmica sobre o tema e a necessidade de dados para subsidiar os cursos de Licenciatura em Psicologia (Kohatsu, 2013, p. 34).

Esse trabalho aponta novamente a cidade de São Paulo como cenário para se pensar o campo do ensino de Psicologia, buscando compreender os desdobramentos dessa área, considerando a não existência desse lugar de atuação legalmente. O autor aponta a dificuldade de mostrar as funções como característica específica referente a essa atuação, devido a não obrigatoriedade da Psicologia no ensino médio, e que isso afeta diretamente esse campo passando, pelo ensino, profissionais e escola, como sinaliza em sua fala:

Com a retirada da disciplina de Psicologia do currículo do ensino médio, os professores efetivos e concursados deixaram de ministrar aulas, passando a exercer funções administrativas ou pedagógicas nas escolas ou nas Diretorias de Ensino. Sobre os professores denominados OFA, alguns foram exonerados e outros passaram a ministrar outras disciplinas, como Filosofia, Sociologia ou Biologia, conforme avaliação do currículo realizada pelas Diretorias de Ensino (p. 35).

Esses aspectos denotam a necessidade de promover discussões e buscar compreender o significado e o compromisso da Licenciatura em Psicologia, como os espaços, trabalhos, atuações referentes a esse campo, que obteve representatividade em determinado tempo histórico. O estudo destaca as experiências dos professores, a importância da docência e do ensino de Psicologia como possibilidade de colaborar para a construção crítica de formação e discussão sobre as relações entre sujeitos e sociedade.

Para Kohatsu (2013), outra dificuldade encontrada para discutir a Licenciatura em Psicologia é justamente o número reduzido de trabalhos, dentre eles artigos, dissertações, teses sobre esse tema. De acordo com o autor, existem poucas discussões que adentram especificamente ao tema, não que os outros estudos não colaboram para a discussão. Todavia, o que se percebe é que, além dessa escassez de material, existe o problema de inserir o ensino de Psicologia em outro campo, não levando em consideração suas especificidades e sua relação com o campo da Educação, por exemplo, a falta de prestígio com que a docência se apresenta a muitos profissionais da Psicologia. Essa questão é evidenciada na seguinte afirmação: “O número pouco expressivo de publicações sobre o tema pode ser uma decorrência do desprestígio que a docência na educação básica tem entre os profissionais da Psicologia” (p.36). Para Mrech (2001), esse problema é marcado por um desinteresse vindo de profissionais, instituições que não deram a atenção necessária para o fortalecimento de um campo que tem a contribuir para o ensino, expresso pelo autor em seu argumento:

O ensino de Psicologia no ensino médio sempre foi desprezado. Desprezo este vindo de quem? Dos próprios profissionais da Psicologia. A começar pelas universidades que nunca deram a merecida atenção aos cursos de Licenciatura. Como consequência, os próprios profissionais, bem como os estudantes de Psicologia, enxergam a Licenciatura como uma opção menor ou de menos

brilho social. Ser professor de Psicologia? Dar aulas em colégios? Ora, isto não é trabalho de psicólogo! (...) É por esta visão limitada e estereotipada de nossa profissão que estamos perdendo um campo rico e importantíssimo de atuação profissional (p.156).

Kohatsu (2013) afirma que esses problemas é resultado de um processo histórico, em que muitas áreas da Psicologia ficaram esquecidas ou, até mesmo, excluídas em relação à atuação clínica, e assim a docência tornou uma segunda opção. “Um aspecto interessante sobre o ingresso na docência é que, segundo entrevistados, o ingresso não se deu pela convicção (querer ser professor); aliás, alguns relataram que a clínica era a primeira opção” (p.40). Os profissionais que escolheram a carreira de professor de Psicologia representam uma pequena parcela dentre todos. Esse artigo buscou discutir o espaço que a Psicologia ocupou e seus desdobramentos para o cenário atual no ensino médio, partindo de uma reflexão sobre qual projeto político-pedagógico e compromisso que o ensino de Psicologia possuiu para a formação de seus professores e alunos.

Outro trabalho desse mesmo ano de 2013 é o de Marcelo Mello, com o título “*A Psicologia no Ensino Médio: uma análise sobre a prática docente*”, em que a discussão nesse artigo é voltada para a compreensão do ensino de Psicologia e como esse processo é entendido por meio das legislações, considerando entrevista realizada com docente da área da rede pública de Porto Alegre. Inicialmente, o estudo começa a discussão a partir das diretrizes da educação e das Leis que regulamentam a Psicologia como profissão no Brasil, no intuito de procurar contextualizar historicamente o lugar da Psicologia no ensino, o que possibilita ampliar para se discutir a Licenciatura, pois essa tem ligação com o processo de ensino e formação de professores:

O ensino de Psicologia, à medida que busca compreender as subjetividades na perspectiva da cultura, da sociedade, tem desenvolvido conteúdos, conhecimentos e estratégias que podem possibilitar o estudo da complexidade da formação do ser humano, conhecimentos específicos que contribuem para a formação dos estudantes de grau médio (Melo, 2013, p. 70).

Ao realizar um estudo que relaciona a parte histórica com a prática docente em Psicologia, o autor destaca alguns aspectos que abrangem esse campo, como: os desafios de atuar como docente em Psicologia no ensino médio, em razão de existir uma visão desse profissional na área da educação como um Psicólogo clínico e não como um professor; a disciplina não se trata de conceitos para a formação do Psicólogo, mas que precisa estar voltada para uma atuação com objetivo de construir coletivamente um ensino comprometido com todo o conjunto social. Como sinaliza Melo (2013):

A desmistificação da Psicologia em contexto escolar permite uma reflexão a respeito dos desafios psicossociais que se apresentam aos estudantes ao longo das diferentes fases da vida, sendo esse um dos objetivos apontados pela docente no planejamento das atividades da disciplina na escola (p.72).

Melo aponta também a importância em realizar discussões em torno do que ensinar sobre Psicologia no Ensino Médio, considerando que ensino precisa ter relação com o contexto escolar, como também buscar compreender as diferenças de atuação do Psicólogo e do professor de Psicologia. Assim, para o autor:

Não se trata de uma discussão simples, de modo que não é à toa que grande parte dos docentes de Psicologia tem se esquivado dela, gerando prejuízos para todos os lados. Primeiro para os próprios docentes que perdem o emprego por não entender do que se trata o ensino do conhecimento psicológico - o que é lamentável. E, segundo, para os alunos, que não percebem nenhum sentido na existência de uma disciplina que poderia estar trabalhando a compreensão, a atenção às diferenças, a escola como lugar de relações humanas e sociais (p.76).

Compreender a função da Psicologia no Ensino Médio como disciplina é considerar qual a função de determinado assunto, o que as Legislações referentes à educação dizem e como isso expressa a realidade social, uma vez que uma disciplina representa aspectos culturais, grupais e históricos de uma sociedade. Manter a Psicologia nesse cenário representa um conhecimento a favor do humano, que possa contribuir para o desenvolvimento das relações do homem, não como um profissional que tenha as respostas para os problemas sociais, mas que possa atuar juntamente com todos os indivíduos na busca da melhoria e da conscientização enquanto sujeito social.

O quinto volume de 2014 foi uma edição especial voltada para o debate em relação ao ensino e formação do professor em Psicologia. Nessa edição, a revista discute como refletir sobre os desafios desse campo, a exemplo da necessidade de pensar e problematizar a formação do professor historicamente, diante de uma diversidade de objetos de estudo, como o compromisso político presente no processo de formação. Essas questões possibilitam dialogar com a Licenciatura em Psicologia. Isso acontece não apenas pelo próprio tema, mas por apresentar uma multiplicidade de aspectos que contribui para a compreensão desse campo, o que não ocorre de forma isolada, mantendo uma relação com fatores que colaboram para a construção de uma área capaz de se comprometer a um conhecimento voltado para a autonomia.

O artigo de Julio Aquino (2014) – *“O controverso lugar da psicologia na educação: aportes para a crítica da noção de sujeito psicopedagógico”* – discorre a respeito dos efeitos que o conhecimento psicológico assume no campo da educação, e como esses aspectos se

expressam, por um lado, na constituição de uma Psicologia crítica, e por outro lado, na criação de uma perspectiva psicologizante. Essa discussão se faz sobre uma perspectiva foucaultiana, ao propor uma revisão dos conceitos referentes a essas duas áreas, como aponta o autor:

O presente artigo propõe-se a problematizar as alianças contemporâneas entre os campos psicológico e educacional, atentando para os efeitos psicologizantes que tais alianças parecem portar. Valendo-se de um solo argumentativo embasado no pensamento foucaultiano, as discussões devotam-se a uma desconstrução crítica da noção de sujeito psico-pedagógico, oportunizada pela aposta cientificista em uma interioridade humana supostamente estruturada de acordo com o desenvolvimento psicológico dos indivíduos (Aquino, 2014, p.5).

O referido texto percorre um caminho sinalizando a relação existente entre a Psicologia e a Educação, como a necessidade de aprofundamento nos debates, como na compreensão do lugar que está se falando, pois no contexto educacional os conceitos advindos da Psicologia estão presentes em várias esferas. Isso seja concernente à formação do professor, seja aos processos cognitivos no processo de aprendizagem, nas relações como um todo presente no cenário escolar, conforme discorre Aquino:

E dois são os modos dominantes como tal investida habitualmente se perfaz: de um lado, a psicologia educacional, munida de um arsenal de conceitos alegadamente científicos, os quais pretendem descrever os processos de aquisição cognitiva e, assim, qualificar a ação do docente, auxiliando-o a se aperfeiçoar/atualizar tecnicamente; de outro lado, a psicologia escolar, mormente de orientação crítica, munida de um arsenal de conceitos sensivelmente distintos daqueles da vertente anterior, mas ainda disposta a auxiliar o educador a ampliar suas competências, agora por meio do esclarecimento acerca dos processos políticos subjacentes aos procedimentos pedagógicos tradicionais (2014, p.6).

O artigo aponta a forte presença da Psicologia no contexto da educação, como conhecimento chamado a responder sobre diferentes questões. Aquino (2014) promove uma reflexão pelo risco dessa relação no ambiente escolar tornam-se ações psicologizantes. Seja a psicologia da educação, escolar e a Licenciatura essas precisam ter um compromisso com o ensino e aprendizagem por meio de uma visão crítica, colaborando para a discussão e o enfrentamento de problemas sociais, buscando no espaço escolar ações capazes de desenvolver a autonomia de todos participantes de forma coletiva e não individualizada.

Para Aquino (2014), o discurso fortemente encontrado entre Psicologia e Educação estabelece muitas ações findadas na individualidade do aluno, desconsiderando todo o conjunto social, político, histórico e econômico. Isso afeta diretamente o olhar sobre questões escolares, no sentido em que corre-se o risco de querer aplicar uma psicologia

descontextualizada, ou apenas reaplicar conceitos de outra área de atuação que não mantém diálogo com a Educação. Esse desencontro entre esses campos do saber propicia a criação de um ensino pautado em categorias, diagnóstico, exclusão, preconceito ao tentar olhar os fenômenos escolares pelo olhar da psicologização. Segundo Patto (1997), o conhecimento da Psicologia aplicado ao campo da Educação apresenta grande problema por acreditar que seja capaz de amparar a condição de vida dos indivíduos de forma particular e natural, em que a vida em sociedade, os problemas encontrados no ensino tornam-se responsabilidade individual de cada sujeito, conforme seu argumento. Assim, a psicologia “continua a não perceber que o que parece natural é social, que o que parece a - histórico é histórico” (p.469).

A Psicologia relacionada às práticas educacionais precisa estar em constante questionamento, discussão e manter um compromisso ético-político com um ensino de transformações em nível coletivo, que busque garantir, no ambiente escolar, o acesso a todos e não somente a uma pequena parcela. Que seus conhecimentos sirvam para a criação de um lugar capaz de incluir e não excluir, considerando o coletivo como produto da história em um movimento constante de mudanças e não linear.

Também de 2014 é o trabalho de Ferrarini e Camargo, intitulado “*O professor de psicologia diante da multiplicidade e diversidade teórica da psicologia: lugar de incertezas e de desafios*”, que trata a relação entre a grande pluralidade de conceitos presente na Psicologia e como isso encontra-se durante a formação de professores, por meio do ensino. Nesse artigo, as autoras problematizam a relação entre teoria e prática diante dos diferentes referenciais teóricos que esse campo possuiu e discutem a importância dessa pluralidade tornar objetos fragmentados de seu contexto. Conforme expresso pelas autoras:

Este artigo apresenta reflexões sobre a multiplicidade e diversidade teórica da Psicologia e da relação teoria e prática no processo de formação do psicólogo. Retomam-se dados produzidos em três pesquisas com estudantes e professores de Psicologia para discuti-los à luz de dois documentos: a Resolução Nº 5 do CNE do Ministério de Educação e o texto do CRP de 2013 sobre a formação da(o) psicóloga(o), que serve para orientar a formação do psicólogo comprometido com as necessidades da população brasileira. As pesquisas aqui analisadas revelam a multiplicidade e diversidade teórica da Psicologia, a falta de uma unidade da ciência e da profissão, e o distanciamento entre a teoria e a prática como as problemáticas centrais enfrentadas pelos estudantes de duas universidades (Ferrarini & Camargo, 2014, p. 32).

Para Ferrarini e Camargo (2014), o professor de Psicologia precisa ter o conhecimento de todo esse referencial, de maneira que consiga manter a relação entre teoria e prática, evitando a dicotomia. Porém, o que o artigo relata é uma constante aplicação do

conhecimento psicológico dissociado de seu contexto, fragmentado de seu conteúdo, não generalizando todos, mas apontando esse fator como um problema presente no campo do ensino, afetando diretamente na formação. Ademais, um aspecto que esse estudo aponta é:

Outra questão é a desarticulação entre ciência e profissão, entre pesquisa e ensino, entre pós-graduação e graduação, muitas vezes respondendo, antes de tudo, aos ditames do produtivismo acadêmico, em vez de se voltar a um fundamento prático que busque respostas que subsidiem as questões psicossociais (Ferrarini & Camargo, 2014, p. 35).

Essas questões se apresentam como um grande desafio para a ciência, no sentido que isso reflete diretamente no processo de formação e da profissão, por conta da grande diversidade de áreas teóricas e práticas psicológicas que representa visões contrárias sobre determinado fenômeno psicológico. Esses aspectos acabam interferindo no projeto político e pedagógico dos diferentes cursos de Psicologia, incluindo o modo de ver o mundo, a visão de homem, de sociedade e a de compromisso ético da Psicologia com o ensino. Segundo Ferrarini e Camargo (2014):

De acordo com o CFP, muitas vezes, não há discussão política sobre para que e para quem existe a Psicologia no Brasil, sobre suas injunções nas subjetividades dos indivíduos, sobre o compromisso social da Psicologia com determinado tipo de sociabilidade, uma vez que a Psicologia fomenta um poder ideológico (p. 35).

É importante que essas questões sobre o compromisso da Psicologia, como sua diversidade teórica, estejam nas discussões durante todo o percurso de formação, na atuação do Psicólogo seja qual área for. Desse modo, é necessário que o debate esteja articulado com a prática do professor, com as demandas da sociedade, com todo um conjunto, buscando contribuir para a formação de estudantes e docentes voltados para uma profissão que esteja engajada na construção de políticas públicas. Ferrarini e Camargo (2014) afirmam:

A opinião dos estudantes sobre o currículo e a formação profissional indica que, apesar dos cursos incentivarem a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação profissional promovendo a qualidade de vida de indivíduos e grupos em diferentes contextos, conforme previsto nas DCNs, nem sempre esses preceitos são efetivados. As pesquisas aqui analisadas revelam, como principais problemas, a multiplicidade e diversidade teórica da Psicologia, a falta de unidade da ciência e da profissão, e o distanciamento entre a teoria e a prática. Defende-se, aqui, que essas questões são fundamentais para pensar a prática do professor de Psicologia no ensino e para refletir sobre o processo de formação do psicólogo (p.38).

O artigo conclui que todo processo de formação, ensino e aprendizagem, precisa ser pautado em uma prática social, e não por uma posição estática sem questionamentos sobre o lugar que a Psicologia ocupa, com objetivo de compreender o compromisso do professor de

Psicologia diante da multiplicidade teórica que essa área apresenta. É relevante buscar uma maior articulação entre teoria e prática, não para a construção de um discurso único e fechado sobre determinada linha teórica, mas que consiga sobre as diferenças contribuir para uma formação comprometida eticamente.

No artigo de Fernando Luis González Rey – *“Educação, subjetividade e a formação do professor de psicologia”* –, trabalha-se a formação dos professores de Psicologia e sua função no processo de ensino. O trabalho aponta várias questões que, para o autor, representam dificuldades na formação desse professor, pois o profissional Psicólogo – seja clínico ou de outras áreas – se difere do professor, sendo fundamental que esse docente tenha conhecimentos de outros campos de ensino. Para o autor, historicamente a Psicologia é marcada pela fragmentação entre a sua pluralidade de conceitos, e isso se expressa na relação entre ensino e prática profissional. González Rey (2014) reconhece que uma característica da Psicologia é sua diversidade de objetos. Entretanto, ao se tratar da área do professor de Psicologia, para ele é importante ficar atento a essa questão para não criar um ensino dogmático e uma formação de um pensamento acrítico, segundo sua afirmativa:

A psicologia, historicamente, tem se caracterizado pela fragmentação, tanto entre as teorias, que permanecem isoladas entre si, como entre as áreas de produção do saber psicológico. Essa fragmentação também aparece na relação entre pesquisa e prática profissional, bem como entre as mesmas áreas da prática profissional dos psicólogos (González Rey, 2014, p 53).

Esses aspectos apresentados pelo autor remetem ao entendimento de que, por diversas vezes, a formação do Psicólogo, incluindo a do professor, acontece por meio de uma postura fechada em que as teorias, em vez de construírem para a criação de um campo reflexivo, tornam-se entre os profissionais um conhecimento dogmático e fragmentado. Isso por não conhecerem e compreenderem na prática o significado do processo de formação, principalmente voltado para a docência. Para González Rey (2014), “Nesse contexto, as teorias se tornam verdadeiros sistemas normativos que devem ser seguidos à risca tanto na pesquisa como na prática profissional” (54).

De acordo com a discussão presente nesse artigo, uma área do conhecimento, como no caso a Psicologia, que apresenta uma diversidade teórica sobre um mesmo objeto de pesquisa, assumir teorias como verdades únicas, sem procurar durante a formação a reflexão e o questionamento, essa não está comprometida com uma prática e atuação de profissionais críticos e compromissados com a educação. Está comprometida com um ensino instrumental pautado na mera execução. A formação do professor de Psicologia precisa discutir e analisar

todo o campo teórico como prático dessa área, conhecendo suas especificidades como saber relacionar com outras áreas, a exemplo da Psicologia clínica, social, organizacional, entre outras, de forma que isso contribuísse para que o próprio docente se reconheça como professor:

Esse nível de distanciamento e fragmentação chega ao extremo: cada área tem os seus próprios conceitos, linguagens e teorias de referência. Um psicólogo escolar, frequentemente, acha que a teoria das representações sociais não tem nada a ver com a escola; por outro lado, um psicólogo social amiúde ignora que a escola é um cenário essencial para o estudo do comportamento da sociedade (González Rey, 2014, p.55).

Outro ponto que é destacado por González Rey (2014) é que são poucos os cursos que apresentam e discutem a realidade histórica da Psicologia, apesar de em algumas disciplinas estarem englobadas essas questões, várias vezes, ficam presos a determinada verdade sem levar em consideração as mudanças políticas, históricas, econômicas e sociais que ocorrem no decorrer do tempo. Manter essa postura fechada é arriscar reproduzir uma psicologia dogmática, um modelo tradicional que não consegue dialogar com o diferente e repensar sobre sua prática, seja no âmbito individual como coletivo.

Essa discussão mostra a necessidade e a importância de discutir a produção de conhecimentos, considerando-se o contexto histórico. Isso porque as teorias não representam meramente um saber científico a ser executado, são produções humanas, ideias, pensamentos de determinada época como condição social a qual foi elaborada e que isso tem um impacto de pensar sobre qual modelo de formação e para quem se forma. Muitos professores de Psicologia não se reconhecem enquanto professores, tendo sua identidade como psicólogo.

Em conformidade com González Rey (2014), “A formação de professores de psicologia expressa uma subjetividade social dominante no Brasil, país em que o professor não se sente valorizado e o profissional prefere assumir sua identidade como psicólogo” (58). Esse problema cria consequências que se expressam diretamente no ensino e na aprendizagem. O professor que não se identifica enquanto profissional atuante no campo da educação, sua prática acaba sendo marcada por uma postura em que sua teoria torna-se uma verdade absoluta, dificultando que seu espaço tenha lugar para o questionamento, a crítica, a comparação, se restringindo apenas em seus ensinamentos técnicos. Na prática, a dificuldade de se reconhecer enquanto professor de Psicologia implica diretamente na formação dos alunos e futuros profissionais, que ao depararem com essa área de atuação, ficam presos a um ensino que, em vez de aproximar da realidade social, se distancia, criando uma profissão

fechada a teorias que, no lugar de trabalhar pelo bem estar social, são reduzidas a práticas excludentes.

Para Patto (1997), as críticas referentes à atuação de docentes não é no intuito de responsabilizá-los pelas lacunas encontradas no ambiente escolar, mas de procurar que esses profissionais estejam comprometidos com um ensino que considere o indivíduo como parte constituinte da história. Que a escola não seja um instrumento de manutenção dos interesses das classes dominantes ou uma fábrica de exploração de trabalhadores, mas seja um espaço capaz de problematizar, questionar as contradições marcada pela desigualdade de ensino coletivamente. Para a autora:

A crítica que fizemos ao procedimento desse profissional não deve ser entendida como uma tentativa de incriminá-lo pelas inadequações que se dão no processo de ensino. Dadas as circunstâncias e o contexto em que se insere o seu trabalho, o surpreendente seria esperar que agisse de forma diferente de como age. Como parte do sistema de ensino, uma mudança substancial de sua atuação deve necessariamente implicar uma nova ordem de valores que, veiculada pela própria sociedade, tenha o impacto suficiente para atingir a instituição escolar desde suas bases (Patto, 1997, p. 357).

No artigo “*A constituição identitária do professor de psicologia: quem forma o formador?*”, de autoria de Vera Lucia Trevisan de Souza (2014), essa apresenta e reflete sobre a formação do Professor de Psicologia, seus desafios, a dificuldade encontrada durante a formação e atuação, aspectos relacionados à identidade desse docente, como a diferenciação entre ser psicólogo e professor de Psicologia:

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a identidade docente em cursos de psicologia, por meio da problematização das condições que formam a identidade do professor. Toma, como norteadores das acepções e questionamentos apresentados, o conceito de identidade, a docência como profissão, a produção em pesquisas sobre a docência em cursos de psicologia e a formação para a docência (Souza, 2014, p.64).

Para essa problemática, a autora discorre sobre questões relacionadas à identidade, à docência como campo profissional e enquanto formação em Psicologia para compreender qual o lugar que esse professor ocupa, como também a diferenciação entre ser professor e ser psicólogo. Essa problematização foi feita por meio de uma pesquisa que a autora realizou analisando dissertações e teses acerca da formação docente em Psicologia. Segundo Souza (2014), para compreender o lugar desse profissional na atualidade, é importante considerar a imagem que se tem criado, ao longo da história, referente a essa área de ensino, considerando que a identidade de uma profissão ocorre de forma dinâmica, ligada à história do sujeito, da profissão e do contexto em que está inserida.

O artigo procura se debruçar sobre o campo da docência, buscando diferenciar essa área dos demais campos de atuação, enfatizando que esse conjunto é um processo dialético, pois é constituído por meio das relações sociais, marcadas pelas interações entre os sujeitos. Pensar sobre essa docência está relacionado diretamente à Licenciatura em Psicologia, ao buscar discutir e compreender quem forma o formador também é um professor. Apesar de cada docente ter uma perspectiva do que seja ensinar enquanto professor, esse contexto se expressa em uma relação em constante mudança e transformação. Souza (2014) sinaliza como essas questões interferem diretamente na formação, no reconhecimento em ser docente, de acordo com sua afirmativa:

Esse processo é permanente e dialético, caracterizado por tensões entre o que se diz ao sujeito sobre o que ele é e o que o sujeito se apropria como seu, em um movimento de identificação e não identificação. O que se tem dito ao professor de psicologia, sobretudo no âmbito da formação? Há formação para a docência em psicologia? De que natureza? Quem a promove? Se não há identificação, não há sentimento de pertencimento à comunidade, logo, não haveria implicação ou responsabilidade sobre a formação dos futuros profissionais, pois os psicólogos não se veriam como pertencentes à docência nem tampouco haveria representações sociais que promovessem esse pertencimento. Também não haveria a possibilidade de escolha: como escolher uma área com a qual não se identifica? Como exercer uma profissão que não se conhece ou, mesmo conhecida, que seja desvalorizada, sobretudo por instituições de ensino superior privadas? (p. 66).

Segundo a autora, a dificuldade de encontrar e compreender sobre a constituição identitária do docente em Psicologia é marcada pelas lacunas da própria formação, em que os profissionais não se reconhecem como pertencentes à categoria professor e tampouco existem representações sociais que dialogam sobre a docência. Esses aspectos implicam diretamente na escolha da profissão, no sentido em que, se o próprio docente não tem essa identificação, não apenas em ser professor, mas também com o campo educacional, com conhecimentos advindos desse campo, sua atuação como dos futuros profissionais ao escolherem essa área não será marcada por um pertencimento ou identidade. Haverá apenas uma reprodução e execução de conteúdos, contribuindo mais ainda para a desvalorização da docência, conseqüentemente da Licenciatura. Para Souza (2014):

No caso da docência em psicologia, caberia perguntar sobre o compromisso dos professores com uma formação de qualidade dos futuros profissionais da psicologia: quem é esse professor? De que modo ele se prepara para o compromisso da formação? A que conhecimentos recorre para exercer a docência? Que práticas pedagógicas mobiliza para o ensino? Quais conhecimentos didático pedagógicos ele domina? Enfim, de que natureza é a docência praticada nos cursos de psicologia e de que modo ela contribui para a formação de profissionais preparados para atender a demanda social? (p. 69).

De acordo com Souza (2014), existe uma predominância da área clínica, “o que, em minha opinião, sustenta as representações do psicólogo como profissional próximo da prática médica e promove identificações com essa modalidade de atuação” (p.69). Esse argumento leva a pensar que, ao longo da história da Psicologia, essa sempre manteve uma relação com o campo da educação. Contudo, muitas das vezes, não pelo viés do compromisso com o ensino e a aprendizagem, mas sobre um olhar psicologizante, de diagnóstico, de aplicação de testes fechados em verdades. Essas legitimavam determinados interesses, aproximando-se da prática médica, o que causa desdobramentos para o campo da docência, pois ser professor de Psicologia não é ser psicólogo.

Por meio dessa discussão, Souza (2014) considera três aspectos que dificultam a compreensão e a identificação com a docência. A primeira constatação é a forte tendência à escolha da área clínica como campo de trabalho; a segunda é a falta de interesse na área da Psicologia no campo educacional, incluindo o campo da Licenciatura. A última observação da autora é o baixo número de pesquisa realizada nesse campo da docência. Conforme a autora, esses aspectos estão diretamente relacionados ao fator que os formadores dos futuros psicólogos parecem não ter escolhido a docência como campo de atuação, por identificação, mas sim como uma segunda opção. De acordo com Souza (2014):

A adesão à docência não vem da identificação com a atividade, mas da necessidade de se inserir no mercado de trabalho. Isso impacta, diretamente, a identidade do professor de psicologia nas pertencas à profissão. Talvez isso explique por que muitos docentes seguem se identificando como psicólogos e exercendo a docência como atividade secundária, complementar à profissão. A outra informação diz respeito ao modo de conceber o ensino (transmissão de conhecimentos), que deve estar relacionado aos modelos de docentes recebidos pelos professores, visto que, não há formação obrigatória para a docência na graduação em psicologia, nem investimentos nessa temática em cursos de mestrado e doutorado (p.73).

Segundo essa autora (2014), para que esse cenário se modifique é necessário que a discussão, com trabalhos, pesquisas e a própria formação, se avance em relação à docência em Psicologia, considerando que a constituição da identidade desse professor ocorre desde a formação inicial como continuada. É importante que o campo do ensino, os cursos ofereçam condições aos seus alunos e profissionais a terem acesso a uma formação que discuta todos os campos de formação com a mesma importância, incluindo um referencial teórico sobre a prática docente. Outro aspecto que precisa ser mais acessível nesse contexto de ensino e aprendizagem é a discussão histórica que colabora para desmistificar a idealização por

determinada área, como contribui para pensar sobre os interesses políticos e ideológicos presentes na supervalorização de uma profissão e não outras.

Em outro artigo, “*Psicologia e Política: reflexões sobre a formação docente*”, de Sérgio Antonio da Silva Leite (2014), o autor defende o argumento que tanto a formação do psicólogo, quanto a do docente necessitam passar por uma formação política, na qual teoria e prática do profissional precisam ter como objetivo a construção de uma sociedade mais justa. Nesse artigo, a discussão sobre a relação entre política e Psicologia é possível, considerando que essa ideia deve ser desenvolvida no âmbito da universidade, nas escolas pelos psicólogos escolares voltados para um compromisso social e político:

Este artigo discute a questão da política no processo de formação do psicólogo, em especial nas práticas do docente de psicologia. A partir da análise de seu próprio processo de constituição profissional, o autor assume que a formação política se situa como dimensão fundamental para que o futuro psicólogo desenvolva práticas profissionais na perspectiva da mudança social, visando à construção de uma sociedade mais justa (p.83).

O autor procura mostrar, nesse estudo, a importância de pensar a relação entre a Psicologia e política, seus desdobramentos para o campo da docência. Constituir uma formação que leve em consideração os aspectos político, significa, para o autor, uma atuação que é comprometida com a transformação social, na busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Ainda de acordo com Leite (2014), a docência permite o contato com espaços que outras áreas da Psicologia, muitas das vezes, não consegue ter o olhar da totalidade sobre a realidade, correndo o risco de reduzir as práticas sociais às questões individuais. A escola e a universidade precisam representar espaços de construção crítica, de reflexão, questionamentos, em que a Psicologia esteja englobada nessa perspectiva de ensinar.

Leite (2014) constrói sua pesquisa por meio do diálogo da docência com a Psicologia Escolar. Apesar de que cada área possui sua própria particularidade, a discussão gira em torno de que esses dois campos mantêm uma relação com a educação e essa reflete as práticas sociais produzidas pela sociedade, incluindo visão de mundo, concepção de homem, justiça entre outras. Para o autor:

Nas sociedades capitalistas a luta política pode e deve ser travada prioritariamente nas instâncias da sociedade civil, o que na prática significa reconhecer a importância da existência de educadores comprometidos com a chamada contraideologia no interior da escola, ou seja, comprometidos com concepções de homem e de mundo marcadas por valores centrados na justiça, na solidariedade e no respeito humano, contrapondo-se às relações injustas de dominação, que inevitavelmente marcam as formas de produção capitalista (Leite, 2014,p.90).

O cenário escolar que engloba a docência e a Licenciatura em Psicologia constituiu como um espaço para além de transmissão de conhecimento. Esse lugar representa um contínuo local de transformações, que não pode ser reduzido ao controle dos interesses do estado, mas também é lugar de se criar uma prática crítica que possa vir a contribuir com a conscientização dos indivíduos. É importante que a docência, nesse contexto, consiga que todos os participantes, a sociedade tenham o acesso a todo conhecimento culturalmente acumulado ao longo da história, e que isso venha possibilitar que cada indivíduo se reconheça como sujeito social, comprometido com uma sociedade voltada pela garantia dos direitos a todos. Todo esse movimento está diretamente relacionada com a visão e a prática dos profissionais e educadores inseridos nesse espaço. Segundo Leite (2014):

Tal poder de conscientização da escola vai depender basicamente dos educadores e profissionais que nela atuam, de suas concepções ideológicas – visão de homem, de mundo, de sociedade e da própria escola – e do tipo de compromisso político-ideológico dominante no grupo – se vão atuar no sentido de manter ou de superar as relações marcadas pela injustiça social (p. 92).

Leite (2014) finaliza a discussão destacando que para a Psicologia ser reconhecida no quadro da realidade educacional brasileira, mantendo um compromisso ético-político, seja como profissionais psicólogos ou docentes, é necessário assumirem que o espaço educacional seja compreendido como possibilidade de formação da consciência crítica. Além disso, da produção de conhecimentos que estejam engajados com a garantia de uma sociedade mais humana, justa e solidária. Yamamoto (2007) diz que uma Psicologia política pautada em uma prática social é fundamental que esteja engajada com um conhecimento em prol da cidadania, da justiça e da garantia de direitos principalmente à parte da sociedade que é mais afetada pela pobreza e pela desigualdade social. Considerando as ideias desses autores, faz-se necessário pensar na atuação docente como uma prática que seja capaz de resgatar e promover um ensino democrático, que toda sociedade tenha acesso e participe ativamente na consolidação de uma sociedade mais igualitária.

A edição de 2015 possui um trabalho com o título “*Contribuições da formação em licenciatura de Psicologia: o olhar de licenciados para o estágio*”, de autoria de Balduino, Silva, Monteiro, Coutinho e Fernandes, que buscaram refletir sobre a experiência do estágio da formação do professor de Psicologia, da Universidade Federal de Goiás, realizado no campo da educação infantil. Segundo as autoras, “As reflexões realizadas permitiram discutir sobre a importância da licenciatura para a formação do profissional de Psicologia, enquanto professor, psicólogo e humano” (p.101). Discutir sobre a Licenciatura em Psicologia a partir

do estágio possibilita ampliar a discussão da formação desse professor, como identificar as dificuldades e os desafios desse campo, aproximando os alunos da realidade em que posteriormente irão atuar.

Balduino, Silva, Monteiro, Coutinho e Fernandes (2015) defendem a ideia que o estágio referente à formação do professor precisa manter uma relação de proximidade com a educação, em um sentido de diálogo e não imposição de uma área sobre a outra:

A atuação no estágio em licenciatura seria, portanto, no sentido de possibilitar futuros formandos, a visão de que a Psicologia não se restringe ao que pode ser aplicado na Educação. Transmitindo, também, a ideia de que a Educação vai além da aplicação de uma determinada área do conhecimento, em que nenhum dos campos se submeteria ao outro, respeitando assim a especificidade e a qualidade de cada um (p.103).

O estágio foi realizado a partir da criação de um curso oferecido para auxiliares educativas do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), de Goiânia. O curso teve como objetivo ampliar a compreensão da relação do educador com as crianças no contexto escolar, a partir da fundamentação teórica da Psicologia, incluindo nesse conjunto aspectos da aprendizagem e desenvolvimento, sobre cultura, concepção de infância e afetividade ligados à realidade dos CMEIs. Essa atuação do estágio já possibilita a entrada da Psicologia no campo da Educação, não pelos modos tradicionais como a clínica, ou pelos testes, mas sim apresentando a Licenciatura em Psicologia não apenas como um campo de trabalho, mas uma área que possa vir proporcionar uma reflexão crítica do contexto educacional e uma formação que tenha contato com as diferentes realidades presentes na vida social.

Outro ponto que o artigo trata é que o estágio, a formação do professor de Psicologia aproxima o conhecimento científico da sociedade, contribuindo para uma formação mais ética e comprometida com problemas sociais, a aproximação da Psicologia com a educação, uma relação entre teoria e prática:

Desse modo, durante o estágio buscou-se compreender a Psicologia e a Educação enquanto uma relação de teoria e prática, mantendo a tensão entre elas, de forma que uma não se sobreponha a outra, não havendo nem a instrumentalização da Psicologia, nem a teorização do campo da educação (Balduino, Silva, Monteiro, Coutinho & Fernandes, 2015, p.109).

Essa experiência descrita pelas autoras não proporcionou tão somente um aprendizado no nível profissional. O aprendizado foi também pessoal, pois uma formação precisa ser vista pelo olhar acadêmico e humano. De acordo com as autoras, a proximidade com a comunidade pelo compartilhamento do conhecimento entre Psicologia e educação contribuiu para a

valorização desse campo de formação e para o amadurecimento profissional e humano de todos os envolvidos nesse processo.

Na edição de 2016, o artigo “*Impacto das Diretrizes Curriculares Nacionais na Formação em Psicologia: Revisão de Literatura*” de Joene Vieira-Santos, a autora realizou uma análise sobre estudos que discutem a formação em Psicologia e sua relação com as DCNs, buscando identificar, por meio dos currículos, o modelo formativo que se encontra nos cursos. Para isso, realizou uma revisão sistemática de literatura com o objetivo de problematizar se após as DCNs, a formação voltou apenas para a noção de habilidades e competências ou os cursos passaram também a contemplar as demandas e as questões sociais presentes no contexto de ensino.

Para Santos (2016), o cenário do processo formativo que a Psicologia se encontra ainda precisa promover muitas discussões para conseguir romper com um sistema meramente de reprodução do conhecimento:

Uma das principais críticas feita à formação baseada na reprodução de informação, com currículos e modelos de ensino que enfatizavam a transmissão de conteúdo e pouca experiência científica era gerar profissionais que são meros consumidores e reprodutores de conhecimento já existentes (e, muitas vezes, importados de uma realidade distinta daquela encontrada no país) (Santos, 2016, p.48)

De acordo com a autora, já existe um movimento em que o psicólogo está adentrando outros campos de trabalho, para além do modelo clínico, como de intervenções grupais e discussões com ênfase social. Porém, somente a execução de forma instrumental desse cenário não garante um compromisso social e político. É necessário que teoria e prática estejam em conjunto. Como aponta Santos (2016), dentre as diversas categorias presentes nessa pesquisa, foi possível notar a preocupação de alguns cursos em evitar a fragmentação do conhecimento, buscando por um ensino que articulasse teoria e prática de forma crítica e reflexiva. O campo de estágio, conforme a autora, ocupa um espaço marcado por diferentes demandas de lugares variados como campo de atuação do Psicólogo, dentre os hospitais, clínica ampliada, da assistência social, entre outros, que possibilitam conhecer outras realidades e demandas sociais, permitindo o desenvolvimento de habilidades e competências de forma ética.

Santos (2016) sinaliza que esse movimento da Psicologia de adentrar novos espaços está também relacionado com o modelo de clínica individual, quando essa área passa a apresentar fragilidade em se manter como um campo de trabalho de acesso de toda sociedade. Para a autora, em razão do aumento dos problemas sociais, da pobreza e da miséria presente

na população brasileira, o psicólogo, por questões econômicas, precisou explorar novas áreas de atuação, repensar suas práticas e seu compromisso social. Entretanto, esses aspectos chamam atenção que a Psicologia, ao ocupar outros espaços diferentes da clínica tradicional, diversas vezes, ao não conhecer a realidade vigente, passa a executar e reaplicar seu conhecimento, sem uma reflexão crítica e humana. De acordo com Santos (2016):

Além disso, a inserção do psicólogo em “novas práticas emergentes” impõe o relacionamento com outros profissionais e outra clientela, bem como outras práticas e modelos teóricos e técnicos. Estas mudanças impactaram diretamente na formação profissional em Psicologia, uma vez que destacaram a necessidade de o psicólogo desenvolver competências e habilidades que lhe permitissem atender às demandas envolvidas em novos contextos, fortalecendo as discussões sobre a reforma curricular. Assim, a insatisfação com a formação ofertada conduziu a um movimento crescente no intuito de modificar (ou substituir) o currículo mínimo (p.37).

É importante compreender todas essas mudanças, considerando o impacto das Diretrizes Curriculares, que também possuem uma função importante nessa reconfiguração do campo da Psicologia. As DCNs não representam apenas o caráter burocrático, mas são normativas que dizem sobre determinado tempo histórico e os interesses implicados na construção de determinada profissão. Para Santos (2016), com a reformulação do currículo com as DCNs a partir de 2004, ao propor que conhecimento, habilidades e competências estejam articulados, isso possibilita uma formação integrada com a prática profissional e as diferentes realidades que o psicólogo irá se deparar. Para Larocca (2007), as Diretrizes Curriculares procuram manter uma formação integrada. Ao se diferenciar o Bacharelado da Licenciatura, buscam construir a identidade do licenciado, enquanto profissional que atua, no ensino de Psicologia, na formação de outros professores em outras realidades, sendo importante superar as limitações que as exigências curriculares possam vir a apresentar, para alcançar uma Psicologia mais ativa no espaço educacional. Uma formação integrada não significa reproduzir os deveres implicados em Lei, é ter um olhar para além que consiga articular conhecimento com prática e realidade de forma conjunta, contextualizada com as condições culturais.

Santos (2016) finaliza sua discussão considerando a necessidade dos cursos compreenderem sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais no processo de formação em Psicologia, e suas mudanças históricas no decorrer de diferentes contextos. Para a autora, buscar entender e conseguir manter um olhar crítico sobre o currículo e seu funcionamento diminui a distância e a fragmentação entre a formação teórica e prática. Esse posicionamento reflete no processo de formação e também na construção de uma profissão que seja capaz de

pensar, questionar, criticar sobre sua própria atuação, ampliando o conceito de atuação do psicólogo para além de uma Psicologia tradicional e fechada, sem considerar as constantes transformações da vida social.

Outro trabalho publicado na edição de 2016, “*Licenciatura em Psicologia: Debates Atuais e Relato de uma Intervenção na Formação de Professores*”, de autoria de Lima, Silva e Oliveira, discute acerca do papel da Licenciatura em Psicologia na realidade atual, a partir da experiência do estágio supervisionado de docência da Universidade Federal de Santa Catarina, do curso de Psicologia, realizado com profissionais da área da educação e voltado para o magistério. Nesse artigo, o autor alerta acerca da necessidade e da importância que a formação de professores de Psicologia pode vir a ter na formação de jovens por meio do ensino, e conseqüentemente, na constituição de um pensamento mais social e político:

A Psicologia, como área de conhecimento acumulado e de prática social comprometida, tem contribuições relevantes para a constituição dos jovens como seres humanos críticos e transformadores, e pode contribuir de maneira significativa para a formação de professores. Diante do exposto, podemos afirmar que a formação docente em Psicologia carrega consigo uma exigência: que o professor tenha um esforço de aprofundamento e ampliação do seu universo teórico, no sentido de identificar, dentre os conhecimentos psicológicos acumulados, aqueles que melhor possibilitarão aos jovens e futuros professores a ressignificação de suas práticas (Lima, Silva e Oliveira, 2016, p.95).

Essa reflexão leva a pensar que o estágio de docência não representa somente uma prática meramente obrigatória de formação. Esse espaço representa a possibilidade dos alunos entrarem em contato com outra realidade, que no decorrer do curso, não aparece como campo de atuação do psicólogo, não no sentido de pensar apenas como área de trabalho, mas conhecer e vivenciar de perto a realidade escolar, as políticas educativas, públicas. Compreender a função de ser professor não como um técnico que re replica saberes, mas como docente que trabalha pela transformação da realidade, do ensino, para a melhoria de todos os participantes, e para sua própria formação, seja enquanto estagiário ou profissional.

Lima, Silva e Oliveira (2016) ressaltam que, na história da Psicologia no Brasil, o campo da Educação apresenta muitos conhecimentos referentes à Psicologia e suas práticas, principalmente no contexto de educação infantil. Segundo os autores, nesse cenário a Psicologia se apresentou, muitas vezes, no campo educacional, como um saber que buscava instrumentalizar os profissionais para os interesses de um novo país em desenvolvimento, e ao mesmo tempo, a educação contribuiu para o reconhecimento da Psicologia enquanto profissão no Brasil. Desse modo, discutir sobre a Licenciatura em Psicologia é levar em consideração

todo o processo histórico, bem como a relação que essa área sempre manteve com a educação, procurando analisar e questionar a função do professor de Psicologia dentro do ensino.

Para os autores, não é possível entender todo esse contexto sem considerar o aspecto cultural, como compreender que as relações humanas estão em constante transformação:

O homem se constitui a partir da apropriação dos múltiplos significados presentes nas relações intersubjetivas que o constituem como sujeito e mediam seu modo de pensar, sentir e agir no mundo. Portanto, cada homem é uma síntese inacabada das múltiplas relações que possui com a cultura e a sociedade, configuradas na processualidade. É um ser em constante transformação (Lima, Silva & Oliveira, 2016, p.97).

O professor, nesse sentido, representa-se como mediador entre o conhecimento e a realidade produto das relações sociais. O contato com a educação é marcado como um espaço que expressa às condições de vida da sociedade, seus problemas, conquistas, desafios e enfrentamentos, e não se resume só em conteúdos. O professor de Psicologia precisa estar atento a essas questões, repensando sua prática e como o conhecimento psicológico possa vir a contribuir para o entendimento e discussões dessa realidade. Esse artigo, ao discutir sobre a Licenciatura em Psicologia por meio da experiência do estágio, buscou aproximar dessa realidade ao propor com os magistérios uma oficina sobre gênero e sexualidade, a partir da escuta e de demandas que surgiram, o que mostra o compromisso de um ensino que dialoga.

Como afirma Antunes (2008), a Psicologia, ao dialogar com o campo da Educação, precisa assumir o compromisso de um ensino em que seu desenvolvimento seja pautado na realidade concreta presente nas relações humanas. O processo educativo e questões psicológicas sejam compreendidos e discutidos como determinações histórico-sociais, na busca de uma prática pedagógica inclusiva e transformadora, que tanto profissionais da Psicologia e Educação estejam envolvidos:

A psicologia como um dos fundamentos do processo formativo do educador deve propiciar o reconhecimento do educador/professor como sujeito do processo educativo, traduzindo-se na necessidade de mudanças profundas das políticas de formação inicial e continuada desse protagonista fundamental da educação (Antunes, 2008, p.474).

Esse movimento de constante abertura e cuidado com o processo formativo deve estar na atuação desse professor de Psicologia, como um saber que possa contribuir nos diferentes espaços da educação em que a Psicologia é chamada a compreender as inúmeras questões que aparecem no espaço escolar. O campo da docência, sobre esse olhar, possibilita colaborar que o ensino e a aprendizagem sejam marcados como um lugar de compromisso com uma

educação pautada no respeito, na dignidade de cada indivíduo e pela emancipação humana para um bem coletivo.

Na última publicação encontrada até o momento, de 2017 na revista, existe um artigo de autoria de Paula Fontana Fonseca “*Estágios em Psicologia e Educação: Itinerários Singulares de Formação*”. O texto busca relatar, por meio da visão dos alunos, a experiência de estágio, buscando tratar os movimentos políticos e históricos entre a Psicologia e o ensino. O estágio é visto como uma abertura às diferenças realidades e ao mundo, o que coloca o estudante em contato pela relação entre teoria e prática. A partir desses aspectos, o artigo se constrói pelo relato de experiência da autora enquanto supervisora de estágio em Psicologia na área da Educação.

Fonseca (2007), em sua discussão, parte da ideia de que a experiência do estágio, a supervisão em grupo em Psicologia, é uma vivência marcada por diferentes experiências, modo de enxergar e se relacionar no mundo. O cenário escolar é um lugar em que se expressam essas diferenças, e necessariamente precisam ser consideradas e não excluídas, porque determinado conhecimento aponta. A autora destaca que a construção de uma teoria é marcada por um conjunto histórico de acontecimentos, que não ocorre de forma isolada e que, no decorrer do tempo, possa a vir passar por mudanças. Isso não significa anular saberes já construídos, mas é importante buscar compreender as modificações no mundo sem padronizar ou estabelecer moldes de conduta e de vida.

Segundo Fonseca (2007), a vivência da supervisão com o compartilhamento pelos alunos dos desafios, superações, conquistas encontradas nessa prática colabora para uma formação voltada para a realidade e seus problemas, como afirma:

O espaço de supervisão é o terreno em que essa experiência pode ser vivida: ao narrar um acontecimento, o aluno tem a oportunidade de implicar-se nele, de tomar-se também como efeito do laço que se estabeleceu em uma situação específica. Rompe-se, assim, com a ideia de que a realidade existe dissociada das relações humanas, e de que seria possível acessá-la em sua inteireza (Fonseca, 2007, p. 51).

Outro aspecto destacado pela autora é que o estágio é uma experiência singular para cada estudante. Compartilhado e construído em grupo coletivamente, no sentido que o outro, ao relatar sobre suas dificuldades e suas práticas, colabora na formação de todos. A proposta da autora foi realizar um ensaio buscando refletir sobre questões presentes na prática dos estagiários de Psicologia, em um sentido que no decorrer da formação, a prática de estágio passa por diversas mudanças. Isso não é visto como um empecilho e sim um caminho que está aberto para questionamentos e transformações.

Analisar as discussões que estão sendo realizadas sobre a Licenciatura em Psicologia no Brasil, pelo mapeamento de produções acadêmicas, buscando compreender em que condições históricas esse campo tem se organizado e se desenvolvido no campo do ensino, foi o objetivo desta seção. O capítulo a seguir irá apresentar uma discussão por meio da sistematização de informações divididas em categorias, temas encontrados nas produções acadêmicas após todo o mapeamento dos trabalhos conforme apresentados no Quadro II. As categorias envolvem questões de identidade profissional, formação do professor de Psicologia, espaços de atuação do licenciado, compromisso político, social e demais aspectos que sinalizam a relação entre as discussões, considerando suas semelhanças e particularidades.

### **Capítulo III**

#### **Representações atribuídas à Licenciatura em Psicologia**

Após a apresentação das produções acadêmicas analisadas, juntamente com a discussão do primeiro capítulo sobre a historicidade da Licenciatura em Psicologia no Brasil, foi possível observar aspectos semelhantes presentes nas discussões dos artigos do capítulo anterior, como temas que colaboram a compreender do que se trata essa área, não em um sentido fechado e pronto, mas aberto a constantes mudanças. Esses aspectos analisados apresentam diferentes representações<sup>7</sup> e sentidos atribuídos à Licenciatura em Psicologia.

Considerando a Revista Psicologia, Ensino e Formação como uma fonte expressiva e importante que apresenta discussões que abrangem a Licenciatura em Psicologia a nível nacional, é possível conhecer de que maneira essa área vem se constituindo e como se desenvolve sobre diferentes perspectivas. Esse periódico não se resume a mera reprodução de informações referente ao campo da Psicologia, apresenta uma diversidade de debates sobre questões sociais, políticas e históricas, expressas na formação e na atuação no que diz respeito à Licenciatura em Psicologia.

Os assuntos relacionados à Licenciatura em Psicologia discutidos nos artigos dessa revista são diversos, desde ensino, teoria, prática, identidade profissional, docência, compromisso ético-político, formação e atuação profissional. Nesse sentido, a Licenciatura em Psicologia é apresentada e discutida historicamente por meio do intermédio das produções acadêmicas encontradas nessa revista. Após toda a apresentação e verificação de características comuns entre os artigos, este capítulo apresenta uma análise por categorias do material encontrado.

Essas categorias dialogam com a parte histórica e não foram criadas a priori, sendo estabelecidas posteriormente. Isso ocorre somente após à apresentação, mapeamento e discussões encontradas nas fontes de pesquisas. Ademais, tratam de como tem sido produzido como trabalho, pesquisa e formação referente às atividades do professor de Psicologia e como isso se expressa para o desenvolvimento e fortalecimento desse campo no decorrer da constituição de sua história. É importante ressaltar que as categorias organizadas por tópicos não ocorrem de forma isolada das outras. Pelo contrário, elas dialogam entre si, dentre elas: Identidade Docente no campo da Licenciatura em Psicologia; Atuação e espaços de trabalho

---

<sup>7</sup> Esse termo refere-se a sentidos, características relacionadas ao campo da Licenciatura em Psicologia.

do Licenciado em Psicologia; Legislações e Psicologia; e Licenciatura em Psicologia enquanto prática social.

### **3.1 Identidade Docente no campo da Licenciatura em Psicologia**

Historicamente, o espaço que a Licenciatura em Psicologia ocupa está diretamente relacionado ao campo da Educação, desde os primeiros conhecimentos voltados para a área da Psicologia, ensinados nas escolas, em cursos, como temas de discussão. Com a Institucionalização da Psicologia, a área educacional passa a ter um destaque no campo de atuação dessa profissão. Compreender o lugar dessa Licenciatura é considerar sua relação com a educação e com as primeiras práticas voltadas ao ensino de Psicologia, no ensino normal, ou na formação de outros profissionais como técnicos. Dentre essa discussão, os artigos de autoria de Aquino (2014), Ferrarini e Camargo (2014) e Souza (2014) buscaram discutir aspectos relacionados à Psicologia e Educação, Licenciatura, docência, identidade do professor, entre outras; dialogando com as Legislações e com a história da própria Psicologia.

Para Aquino (2014), a Psicologia possuiu uma relação histórica com a Educação, em diferentes momentos e interesses, bem como pode ser vista como um campo de formação de sujeitos críticos à realidade. Estes, em conjunto, podem contribuir com uma formação mais humana e coletiva, um ensino pautado no questionamento, na reflexão que consiga romper com determinações impostas, preconceitos e a exploração dos sujeitos. É importante conhecer as diferenças presentes no campo da Psicologia e Educação e suas afinidades de modo que isso não seja um problema, mas que possa contribuir para o alcance da autonomia. O professor de Psicologia pode ser o mediador nesse espaço, buscando conhecer a realidade vigente do lugar que atua, como se reconhecendo como pertencente a esse campo enquanto professor que precisa saber sobre educação, Legislações, para além de ser psicólogo.

Essa dificuldade de entender o lugar do professor de Psicologia, bem como sua função, trabalho, espaço de atuação, compromisso, diferenciação entre ser professor e psicólogo pode estar ligada também ao que Ferrarini e Camargo (2014) discutem. Para essas autoras, a multiplicidade e diversidade teórica presente na Psicologia são vistas como possibilidades de pensar o diferente e aprender a conviver não apenas pelas diferentes teorias com visões de mundo, de homem, de sociedade. Elas representam saberes que durante a formação nenhuma dessas perspectivas devem servir de exclusão sobre a outra. Devem ajudar a pensar sobre os desafios e as contribuições que a Psicologia pode oferecer em diferentes lugares, buscando como objetivo o bem estar social de todos. Porém, esse amplo campo de teorias, muitas vezes, em vez de contribuir para a compreensão desse todo, sabendo distinguir

suas especificidades nas diversas áreas de atuação, acaba produzindo uma desarticulação entre ciência e profissão, pesquisa e ensino, abordagens teóricas e verdades universais. Isso irá se expressar diretamente no ensino, em que muitos se formam, mas não compreendem o lugar que trabalha, ou até mesmo, sua função enquanto profissional, o que remete ao campo do professor, conforme expresso em suas palavras:

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP), um dos desafios para a ciência, para a formação e para a profissão é a grande diversidade de teorias e práticas psicológicas que expressam visões antagônicas, muitas vezes respondendo a interesses distintos. Essa diversidade se reflete no projeto político e pedagógico dos diferentes cursos de Psicologia, implicando uma visão de homem, de sociedade e de política que sustentam o fazer cotidiano da formação nas instituições formadoras. De acordo com o CFP, muitas vezes, não há discussão política sobre para que e para quem existe a Psicologia no Brasil, sobre suas injunções nas subjetividades dos indivíduos, sobre o compromisso social da Psicologia com determinado tipo de sociabilidade, uma vez que a Psicologia fomenta um poder ideológico (Ferrarini e Camargo, 2014, p. 35).

Segundo as autoras, durante a formação, é importante conhecer sobre as Legislações que regulamentam o curso, como as demais de cada área que mantém diálogo com a educação, saúde, trabalho. Isso justamente para conseguir assimilar a Psicologia enquanto profissão e sua articulação entre as distintas áreas, buscando a integração entre os profissionais e a superação da fragmentação do conhecimento como a ausência de discussões na formação acadêmica referente a uma psicologia crítica e política. Mesmo a Psicologia possuindo diferentes concepções de mundo, o saber psíquico não pode ser restrito a uma única forma de promover conhecimento, o que não significa misturar tudo em um mesmo campo de sentido, mas ao falar sobre determinado campo, saber seu lugar de fala, sem desmerecer outras visões. Essas questões fazem relação com a Licenciatura, pois quem ensina Psicologia, seja na formação de outros profissionais da área, seja de professores, também exerce sua função de docente enquanto formado. Também exerce sua atuação no modo de apresentar o conhecimento, o que pode ajudar com uma psicologia crítica, assim como com uma psicologia que apenas reproduz saberes sem ao menos questioná-los.

Souza (2014) discute sobre esses aspectos ao problematizar que a identidade do professor de psicologia não ocorre apenas pela escolha da docência, acontece durante a formação, partindo de quem forma o formador. Para a autora, a diversidade de campo que a Psicologia apresenta não é um problema. Porém, o lugar que a docência ocupa nesse espaço, muitas vezes, é passado, discutido, problematizado pelo olhar de uma psicologia tradicional, ou de uma formação clínica, que ocorre a partir do próprio profissional na formação de outros.

Para Souza (2014), a Psicologia ainda é muito reduzida ao psicólogo clínico, que historicamente é uma área que sempre esteve em destaque. Com as mudanças sociais, econômicas, culturais que a sociedade vem passando, passa-se a criar novos campos de trabalho, muitos ainda são norteados pela visão clínica. Por isso, a importância da integração e articulação de todo o curso durante a formação. Apesar da importância do professor de Psicologia ter que possuir uma escuta, essa não pode ser reduzida ao indivíduo no contexto de ensino. O docente precisa se reconhecer enquanto professor e ter um compromisso em formar profissionais para diferentes realidades e demandas, evitando assim, a exclusão de uma área ou o reconhecimento exclusivo de uma única visão de pensar sobre a vida em sociedade.

As discussões desses artigos, embora apresentem temas diferentes, se relacionam entre si, ao buscarem discutir sobre a relação entre Psicologia, Educação e Ensino, o que remete a importância de conhecer as Legislações vigentes à determinada área, não apenas enquanto profissão, mas conhecimento capaz de contribuir na formação de sujeitos críticos, emancipados e autônomos. Nesse sentido, é importante que a Licenciatura em Psicologia consiga compreender suas especificidades no que diz respeito às outras áreas dentro da própria Psicologia, mantendo-se articulada com todo o restante e procurando discutir como esse conhecimento está comprometido com a sociedade de maneira a pensar a docência enquanto possibilidade de transformação social.

Segundo Larocca e Girardi (2011), para compreender a identidade profissional, no caso a docência, é preciso considerar sobre a necessidade de pertencer a determinado grupo social, pois uma profissão não se constrói isolada da cultura. A docência não se resume apenas enquanto área técnica de mera transmissão de conhecimento. A identidade de professor está diretamente relacionada ao significado social que cada profissão apresenta, sinalizando que esse movimento não é fechado e único, pois a representatividade de ser professor pode variar de acordo com a opinião pessoal, coletiva, política, econômica. Contudo, o que apresenta como elo é que a identidade docente se constitui como produção histórica.

No campo da Licenciatura em Psicologia, parece existir uma lacuna referente à identidade desse professor, em razão de ser uma área que ainda carece de muitas discussões, é pela própria Psicologia possuir uma diversidade de áreas de atuação como teorias que tem acesso ao mesmo objeto de estudo, mas com olhares diferentes. Todavia, é importante considerar que a docência em Psicologia, enfatizando que a Licenciatura não se realiza ou se constitui de forma isolada do social. Ao discutir sobre a questão de ser professor de Psicologia historicamente, é muito forte essa questão da identidade profissional como pertencer ao um

grupo social, legitimado, reconhecido e de bons olhos à sociedade. Observa-se que esse aspecto na Psicologia está entrelaçado ao status da Psicologia clínica, que possuiu uma aceitação grande, é um olhar diferenciado no que se refere às outras áreas. Historicamente, o que se nota é que a docência é vista, por diversas vezes, com desmerecimento, como uma segunda opção, um trabalho subordinado em relação a outros, pela falta de investimentos para o campo da Educação, bem como o compromisso social de ensinar.

Para Mrech (2007), muitos profissionais da área da Psicologia, incluindo professores, têm um olhar sobre a docência bastante fragmentando no sentido de acreditarem que seja uma área menor. É que a atuação do psicólogo é apenas a clínica. Essa visão interfere problemáticamente no campo da Licenciatura em Psicologia, devido a não se abrir a uma discussão ampla e precisa sobre as semelhanças como um todo da Psicologia e suas especificidades presentes em cada campo de trabalho. Segundo a autora, existem aspectos que dificultam estabelecer a identidade desse professor, começando pelo status do profissional clínico, à docência vista como segunda opção de trabalho, à dificuldade na seleção de conteúdos voltados para a Licenciatura, à falta de didática, à confusão em ensinar psicologias em suas diversas diferenciações teóricas, entre outras que impossibilitam uma discussão maior sobre essa área.

Outro fator que dificulta entender a identidade do licenciado em Psicologia é que, conforme Larocca e Girardi (2011), a docência, de forma geral, desde o início da formação, já é vista com um olhar de desvalorização, desprestígio. No campo da Psicologia, isso é fortemente presente quando existe uma valorização, por exemplo, da área clínica, ficando as outras como menos favorecidas e interessantes. Esse problema, é legitimado pelos próprios professores e estudantes. Nesse contexto, ainda existem questões como a falta de espaços para trabalho, desprestígio social e econômico, dificuldade em se ver como professor, de entender a diferença entre ser psicólogo e ser professor de Psicologia, como também as transformações pelas quais a sociedade é afetada, desde as políticas, econômicas, culturais e tecnológicas.

Compreender sobre a identidade docente não se restringe apenas ao significado do que é ser professor de Psicologia, é bem mais amplo considerando que não é um movimento natural e estático, é que, por vezes, não existe uma definição pronta. Mas se trata de uma formação que envolve vários fatores, inclusive de se reconhecer como parte de uma profissão, conforme o trabalho analisado de Souza (2014), que pontua:

Entendo identidade como processo constitutivo do sujeito, produzido e construído nas interações com outras pessoas. Esse processo é permanente e dialético, caracterizado por tensões entre o que se diz ao sujeito sobre o que ele é e o que o sujeito se apropria como seu, em um movimento de identificação e

não identificação. O que se tem dito ao professor de psicologia, sobretudo no âmbito da formação? Há formação para a docência em psicologia? De que natureza? Quem a promove? Se não há identificação, não há sentimento de pertencimento à comunidade, logo, não haveria implicação ou responsabilidade sobre a formação dos futuros profissionais, pois os psicólogos não se veriam como pertencentes à docência nem tampouco haveria representações sociais que promovessem esse pertencimento (Souza, 2013, pg. 67).

O cotidiano, o trabalho, o status social, a percepção individual e coletiva, o compromisso refletem-se na identidade do campo profissional, considerando como produto das relações sociais, em constante mudança de acordo com as condições de vida em sociedade e a cultura. Segundo Ciampa (2001), “a identidade passa a ser também uma questão política, pois ela está imbricada tanto na atividade produtiva de cada indivíduo quanto nas condições sociais e institucionais onde esta atividade ocorre” (p.10). Pensar esse contexto, de acordo com Ciampa (2001), ampliando para a Licenciatura em Psicologia, é considerar que a identidade é criada, modificada, no meio sociocultural, em que cada indivíduo assume sua função enquanto ser social, que ao mesmo tempo em que produz, ele também é produto das relações sociais. Esse movimento dinâmico possibilita mudanças no campo individual e coletivo, colaborando para o surgimento de novas identidades. Portanto, o que se percebe é que o pluralismo de teorias como campos de atuação da Psicologia também se expressa na dificuldade da construção da identidade do professor de Psicologia, por meio da Licenciatura.

Existem aspectos que colaboram para o entendimento desse campo. Contudo, ainda necessitam de um maior empenho por parte de estudantes, profissionais e instituições para o fortalecimento dessa área, desde a formação inicial como continuada e o reconhecimento da importância da educação para o fortalecimento dessa área. A discussão realizada nessa categoria pontua que a docência nesse campo ainda é confundida com outros campos da Psicologia. Esses aspectos são difundidos pela dificuldade que a Licenciatura, de forma geral, é tratada no país, por diversas vezes, como áreas marginalizadas e desvalorizadas em relação ao status que outras profissões possuem. Isso inclui questão de reconhecimento, trabalho, retorno financeiro, sucesso e os aspectos de ordem social e política referentes ao compromisso desse professor são reduzidos às demandas de uma política de Estado mercadológica, desconsiderando o conhecimento como possibilidade de mudanças e, até mesmo, de ser contra a uma dominação de ensino pautado meramente no retorno financeiro e lucrativo. Essas questões apontam que a Licenciatura em Psicologia não apresenta uma identidade única e fechada, mas que, várias vezes, é confundida ou, até mesmo, desvalorizada em comparação a outro campo.

### 3.2 Formação do professor de Psicologia

É importante considerar que o tema de formação voltado para a Licenciatura em Psicologia não abrange apenas o âmbito de profissional psicólogo, como também dialoga com a educação, conhecimentos formativos para a prática docente, didática, projeto pedagógico, compromisso social e político, de maneira conjunta com vários saberes que constroem esse campo. A docência em Psicologia irá apresentar suas próprias especificidades da área, mas não se isola apenas nisso, pois a área de ser professor requer conhecimento e prática que, independente da área de atuação, todos precisam conhecer, mesmo para discutir, refletir, questionar e se posicionar.

A Licenciatura em Psicologia é uma modalidade complementar ao curso, o que não significa dissociada de todo o restante, embora em algumas instituições essa possa aparecer de forma descontextualizada ou mesmo ausente, ainda que seja de obrigatoriedade ou facultativa. O licenciando em Psicologia, a todo momento, está em contato com questões de ensino, formação e educação, em um contexto educacional que não representa somente o lugar de fazer conhecimento, expressa a realidade de toda uma sociedade, entre suas contradições e semelhanças. De acordo com Patto (2005), a escola é o espaço da representação das relações sociais, incluídas as desigualdade e injustiças sociais, produzidas, frequentemente, pela própria política educacional. Concomitantemente, é caminho para se construir um ensino de formação crítica perante as imposições e os problemas sociais, considerando a educação como direito fundamental de acesso a todos.

Segundo CFP (2008), em sua cartilha “ano de formação em Psicologia”, a Licenciatura é uma modalidade que historicamente sempre acompanhou a história da Psicologia no Brasil. Nos primeiros projetos de cursos, era reconhecida como habilidade de formação, podendo ser cursada paralelamente ao Bacharelado. Com as mudanças ocorridas no decorrer da história no campo da educação, com as novas Diretrizes Curriculares, em 2004 a Licenciatura em Psicologia é apresentada como um projeto complementar ao curso, sem distinção a uma habilitação específica. Para o CPF (2008), com essas mudanças, ocorreram consequências que atingiram diretamente a área de docência, devido a uma redução na oferta da Licenciatura em Psicologia por todo país, juntamente com a redução de disciplinas que dialogam com a educação, como aponta a cartilha do CFP:

Duas consequências resultaram dessa Resolução: a primeira foi a drástica redução da oferta de Licenciatura em Psicologia; a segunda foi o encolhimento do campo da Educação na formação em Psicologia, que se evidencia por meio da oferta reduzida de disciplinas voltadas à área e do número limitado das ênfases em Educação elencadas nos distintos cursos do país (p.13).

Compreender sobre a formação do professor de Psicologia por meio da Licenciatura se faz necessário o entendimento da prática docente enquanto profissional que irá entrar em contato com uma realidade diferente da prática de psicólogo. Não que o ambiente escolar não tenha questões que cabem a esse profissional, mas está para, além disso, por isso a importância de disciplinas sobre políticas públicas, cultura, didática, estágio, entre outras que compõem a formação. Dentre os artigos analisados presentes no capítulo anterior, trabalhos de Magalhães (2010), González Rey (2014), Leite (2014), Lima, Silva e Oliveira (2016) e Balduino, Silva et al (2015) discutem sobre os impasses, desafios, compromisso da Licenciatura em Psicologia, formação, estágio a começar durante a graduação.

Magalhães (2010) e González Rey (2014), em seus trabalhos, apresentam uma aproximação referente à preocupação com a formação do professor de Psicologia, a atual realidade dos licenciados dessa área e como isso afeta diretamente o ensino de Psicologia. Para esses autores, o entendimento de ser professor e a prática docente não ocorrem isolados dos saberes que envolvem o campo educacional. Mesmo se tratando da Psicologia, é necessário entender como se implicar numa formação que abrange as diferentes realidades escolares, o lugar historicamente que a Psicologia ocupa na educação não por um olhar de naturalização do ensino. É preciso promover uma formação continuada e não fragmentada, para conhecer as mudanças pelas quais esse campo passou e as diferentes realidades concretas encontradas na sociedade. Segundo González Rey (2014), “A sala de aula é um espaço social e a educação requer transformar esse espaço num espaço de diálogo, reflexão e questionamento” (p.59).

Assim, a Licenciatura em Psicologia não é uma prática voltada para a atuação de uma psicologia clínica, organizacional, do trânsito, hospitalar, entre outras. Considera-se que esses temas são presentes como conteúdos que a Psicologia pode discutir, ensinar e que podem vir a aparecer no contexto escolar. Porém, a docência está para além desses modelos de trabalho, pois sua formação como compreensão não pode ser restrita apenas ao que cabe à Psicologia. É importante que essa saiba dialogar com outras áreas do conhecimento, se posicionar em diferentes realidades, sofrimentos que englobam tanto o indivíduo em sua particularidade como em coletividade. Para esse posicionamento, é relevante partir da ideia de formação. Que o ambiente de ensino seja visto como um espaço coletivo de ensino e aprendizagem, de compartilhamentos de saberes entre os docentes como os futuros professores, que por meio de uma prática crítico e reflexiva da realidade se possa almejar uma formação não fragmentada e

dissociada da vida em sociedade. Para Magalhães (2010), existe um distanciamento entre o ensino e a realidade externa no campo da Licenciatura em Psicologia, como ela sinaliza:

Historicamente, inclusive na psicologia, a licenciatura é um grau complementar e opcional, e tem desaparecido dos cursos de formação, manifestando sua desvalorização bem como deste campo de atuação profissional. Como consequência, a preocupação com os conteúdos pedagógicos ficou distante da formação do docente universitário, mas devemos reconhecer a necessidade de saberes próprios para o exercício da profissão (Magalhães, 2010, p. 69).

A autora propõe em sua discussão a necessidade de um processo formativo em que os conteúdos voltados para o campo do ensino, como da docência, estejam relacionados aos conteúdos no processo de formação, e não apenas na atuação. Outro aspecto que é destacado no artigo, e sobre a desvalorização do professor da Licenciatura no campo da Psicologia, por essa ser oferecida como complementar e opcional, o que faz com que outras áreas sejam mais valorizadas, ocasionando lacunas na formação, que se expressam principalmente na docência.

Um projeto de ensino complementar não significa ser fragmentado, em que a Licenciatura não será oferecida descontextualizada do restante do curso e sim por meio de algumas disciplinas que envolvem questões sobre docência, formação e educação, não podendo o aluno apenas optar pela Licenciatura em Psicologia, seguindo o que as diretrizes curriculares apresentam. De acordo com as discussões encontradas nos artigos do Quadro II, o que ocorre é a ausência da Licenciatura em muitas universidades e o distanciamento entre a formação para psicólogo e professor, o que prejudica a formação como a identidade profissional, pois quando se fala nessa área, automaticamente se tem a noção da clínica, enquanto a Licenciatura carece de conhecimento, discussões e acessão.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de 2011 para a Psicologia apresentam a Licenciatura como projeto complementar e diferenciado no sentido que a formação precisa articular os conhecimentos específicos com saberes metodológicos. Visa-se a integração dos conteúdos, estimulando o pensamento crítico reflexivo referente à realidade escolar brasileira, conhecendo seus limites e desafios no contexto social, econômico e político. Magalhães (2010), ao discutir sobre a docência no cenário universitário relacionando com o campo da Licenciatura em Psicologia, apresenta essa questão que a formação não pode ser isolada do contexto, sendo importante o diálogo entre os conteúdos, como é mencionado em seu artigo:

A formação não se restringe à constituição e à proliferação das disciplinas, mas abrange ao mesmo tempo a ruptura entre as fronteiras disciplinares, a invasão de um problema de uma disciplina por outra, a circulação de conceitos, a formação de disciplinas híbridas que acabam se tornando autônomas. A docência universitária e inovação, como aqui analisadas, favorecem o apreender dos

fenômenos por meio de um processo que, ao mesmo tempo, separe e associe os saberes concebendo os vários níveis de emergência da realidade, sem os reduzir a unidades elementares e nem às leis gerais (Magalhães, 2010, p.79).

A formação do professor de Psicologia ocorre durante a graduação, em que fica ao aluno aderir à Licenciatura ou não, sendo diferenciada no sentido em que, ao mesmo tempo em que ela complementa a matriz curricular do curso, apresenta suas próprias especificidades de disciplinas, conteúdos, o que não exclui as outras áreas da Psicologia, tendo como característica a disciplinaridade e interdisciplinaridade. Em relação à carga horária, o requisito para ser licenciado é distribuído em conteúdos específicos da área da educação e do estágio curricular supervisionado. Esses componentes para uma maior ampliação da discussão e compromisso referentes à formação de professores nesse campo seriam de importância que ocorresse ao longo da graduação, para que assim, os alunos possam ter um olhar mais amplo sobre as áreas de atuação da Psicologia, evitando a valorização extrema de uma área sobre outra.

Leite (2014) aponta que a formação docente em Psicologia é uma formação política, ou seja, que é importante ter uma prática voltada para a transformação social, em que o conhecimento seja de acesso a todos e isso contribua na formação da consciência crítica para se chegar à autonomia. Para ele, o ensino, a formação e as disciplinas não são ações isoladas da sociedade, elas representam os acontecimentos da vida social. Nenhuma prática educacional é neutra, como o processo de ensino, aprendizagem e formação, não sendo possível pensar a educação desvinculada das relações entre os homens. Segundo Leite (2014), “toda política educacional é sempre um reflexo do que ocorre nas dimensões econômica, política e social de uma sociedade em determinado momento histórico” (p. 91). Uma postura política, conforme o autor é estar comprometido com a justiça social e com o fortalecimento de políticas públicas que atendam às necessidades das minorias, promovendo a maior inclusão dessa parte da população nos contextos educacionais. Para isso, é importante que o docente compreenda sua função, que busque relacionar os conteúdos de acordo com a realidade inserida, aproximando os alunos, a escola e a própria Psicologia dos problemas sociais, tendo como visão um ensino que não forme somente técnicos dos saberes, mas cidadãos, educando, profissionais críticos implicados com uma Psicologia comprometida com a cidadania e um ensino democrático.

Para Bock (1997), a Psicologia tem que estar engajada com a realidade social brasileira, com o cotidiano da vida em sociedade, para assim, o ensino promover reflexão e questionamento, ser compreendido como produção histórica, em permanente movimento e

não estático. Um ensino que esteja aberto às perguntas e ao desconhecido, em que a formação não se restrinja à mera reprodução de conhecimento, que se discuta o compromisso que essa profissão tem com a sociedade, criando condições de um ensino que mantenha uma prática política. A Licenciatura trabalha com diferentes realidades, desafios, problemáticas, violência, desigualdade e exploração que surgem no decorrer do contexto escolar. Não se tratam de acontecimentos naturais, mas sim históricos, o que remete que intervenções realizadas produzem efeitos não apenas ao nível individual, mas coletivo, sendo uma implicação política sobre a prática.

Outro aspecto que compõe a formação do professor de Psicologia é o estágio de docência que, como afirmam Balduino, Silva et al (2015) e Lima et al (2016), em seus trabalhos sobre o estágio do professor de Psicologia, esse primeiro contato com a Licenciatura possibilita experiências compartilhadas coletivamente, ampliando a discussão em torno do tema. O estágio não representa tão somente a parte burocrática como requisito obrigatório para formação. Esse momento de prática coloca os alunos em contato com a sociedade, com realidades marcadas por diferentes modos de vida e visões de mundo, como conhecimento vivenciado e partilhado com outras áreas que integram o ensino. Para Balduino, Silva et al (2015):

As vivências possibilitadas pelo estágio de licenciatura em Psicologia contribuem com pontos essenciais para a formação profissional e humana de seus estagiários. Uma dessas contribuições se refere à entrada em um novo contexto de atuação da Psicologia, já que a Licenciatura se constitui como uma das possibilidades de inserção do psicólogo no mercado de trabalho. Assim, o estágio propicia a investigação e reflexão do contexto educativo, de sua complexidade e práticas escolares (108).

Para a formação inicial em nível superior, as DCN de 2015 preveem que “§ 4º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico”. O estágio supervisionado para a formação do professor de Psicologia, seguindo a Resolução CES/CNE nº 5/2011, em seu § 6º estabelece os seguintes aspectos que são de obrigatoriedade para a formação docente:

“§ 6º A carga horária para a Formação de Professores de Psicologia deverá ter, no mínimo, 800 (oitocentas) horas, acrescidas à carga horária do curso de Psicologia, assim distribuídas:

- a) Conteúdos específicos da área da Educação: 500 (quinhentas) horas;
- b) Estágio Curricular Supervisionado: 300 (trezentas) horas.”

É fundamental que a formação docente esteja interligada com todo o curso, e que sua prática não represente apenas um fazer técnico, mas como espaço de vivenciar o ensino e aprendizagem da vida acadêmica, não pela mera reprodução de teoria e sim por uma experiência enquanto formando comprometido com uma formação política e social. Em comparação com a DCN de 2018, em que se estabelece que o curso de graduação em Psicologia precisa ter no mínimo 4000 mil horas para a integralização, a Licenciatura ainda carece de poucas horas, no sentido de adentrar enquanto disciplina e campo de formação da Psicologia.

Considerando a importância de uma formação política, é necessário que o curso seja composto por disciplinas que relacionem a prática da docência em Psicologia com aspectos da educação. De acordo com Balduino, Silva et al (2015), “o novo professor consegue manter a tensão teoria-prática e Psicologia e Educação buscando compreender, observar e pesquisar o campo em que se propõe a atuar, almejando realizar uma nova trama entre essas áreas que não sufoque nenhuma das partes”. Essa relação possibilita preparar o formando para o desenvolvimento de ações de ensino para a emancipação e autonomia dos indivíduos, que saiba trabalhar coletivamente enquanto grupo, que o estágio seja o caminho para o fortalecimento da Licenciatura em Psicologia no cenário brasileiro e esteja engajado com um ensino de qualidade, de inclusão e garantia a todos.

O estágio no campo da Licenciatura em Psicologia tem como desafio definir os espaços de atuação, pois não existindo a obrigatoriedade no ensino de Psicologia enquanto disciplina do ensino médio, esse campo tem acesso ao ensino, por diversas vezes, como tema transversal. O problema que esse campo se depara é o número reduzido de lugares para essa atuação, o que não pode ser visto como um empecilho ou exclusão da Licenciatura, mas um espaço em constante construção e debates.

A formação do professor de Psicologia, que abrange a experiência vinda do estágio como espaço de formação coletiva, humana e profissional, que discute seus aspectos normativos, como de conteúdos e compromisso com a sociedade, possibilita a experiência com outra realidade da Psicologia. As vivências nas escolas, as aulas em diferentes ambientes a partir do conhecimento psíquico revelam que a área da Licenciatura em Psicologia possui grandes lacunas, como: a dificuldade de não ter espaço para atuação, a falta de clareza do que é ser professor de Psicologia, os conteúdos a serem lecionados, as diferenças e semelhanças com outras áreas do próprio curso, a questão de área de trabalho, do mercado. Isso, no entanto, não desmerece a importância dessa área para a socialização do conhecimento. A

Licenciatura se articula com todo o curso e se faz importante no contexto escolar, devido a essa tratar de questões relacionadas ao desenvolvimento humano e à aprendizagem.

### **3.3 Atuação e espaços de trabalho do Licenciado em Psicologia**

Historicamente, a Psicologia, enquanto disciplina voltada para o Ensino Médio, passou por várias modificações em sua estrutura, como também pela própria falta de espaço e obrigatoriedade nos dias atuais, o que não impossibilita de se fazer presente como conhecimento capaz de colaborar com o ensino e a aprendizagem. Pensar nesse contexto é ampliar essa discussão voltada para a Licenciatura como para a formação em Psicologia, buscando compreender os interesses e compromissos em ensinar e formar professores para um contexto no qual não existem muitas discussões e pesquisas acadêmicas sobre o assunto. Segundo os artigos analisados de Kohatsu (2010/2013), Klinko e Sekkel (2010), Silva (2012), Melo (2013) e Pereira e Sekkel (2013), a Psicologia como atividade curricular no ensino médio e técnico passa por desafios, mudanças, como contribui para pensar sobre a docência em Psicologia, como prática a ser resgatada historicamente e se fazendo presente de maneira crítica durante a formação e atuação.

Kohatsu (2010) diz que a reinserção da Psicologia como disciplina no Ensino Médio passa por vários desafios, como a retirada dessa do currículo de ensino. Muitas Universidades não oferecem a opção em Licenciatura dentro do curso de Psicologia e, até mesmo, há a dificuldade do licenciado de se identificar enquanto docente. Todas essas questões apontam que a discussão em torno desse tema não se resume pela lacuna de campo de atuação, mas para além disso. É necessário entender o significado e a importância da Licenciatura em Psicologia, seja no espaço da escola, durante a formação, ou enquanto prática profissional. É preciso buscar discutir sobre aspectos que envolvem currículo, formação de professores, metodologia, visão de mundo, compreensão da vida em sociedade e a seleção de conteúdos voltados para essa área de forma contextualizada com a realidade.

Para esse autor, a defesa desse campo como disciplina precisa estar engajada com o contexto educacional, em um sentido de melhoria tanto para o ensino, como para a formação dos jovens, o que possibilitaria uma ampliação em torno da contribuição da Psicologia no ensino, como é argumentado por ele:

A realidade do ensino médio, assim como as experiências dos professores de psicologia nesse nível de ensino, continuam pouco conhecidas no meio universitário. Diante disto, a formação inicial dos professores de psicologia pode ficar comprometida e a reinserção da psicologia no nível médio corre o risco de

ser defendida sem que se conheça a realidade concreta da educação básica, seus problemas e desafios. Para evitar que isso ocorra e a defesa da psicologia no ensino médio não se reduza a uma luta corporativista, torna-se imprescindível o conhecimento do contexto educacional em que se encontra o ensino médio e refletir sobre a efetiva contribuição que a psicologia pode oferecer para melhoria da qualidade do ensino e para formação dos jovens(Kohatsu,2010, p. 62).

Esse aspecto relacionado à pouca discussão no campo da Licenciatura em Psicologia sinaliza que o desafio desse professor em sua atuação, desde a graduação, não é apenas pela falta de espaços e instituições que poderiam oferecer o ensino de Psicologia mesmo como um projeto complementar. Faz-se necessária uma formação com uma prática que não seja fragmentada entre o levar conhecimento e o trabalho, em que se conheça a realidade educacional, não se enquadrando a dinâmica do ensino em fenômenos psicológicos tradicionalmente valorizados. Seja enquanto formando ou em sua prática, esse profissional não pode desconsiderar os impasses históricos e atuais da Educação, como o cenário pouco favorável à Licenciatura em Psicologia voltada para o ensino médio. Segundo a LDB de 1996, o ensino médio representa a etapa final da educação básica, preparando o aluno para o mundo do trabalho, que possa continuar apreendendo com o aprofundamento dos estudos, do entendimento entre teoria e prática e a continuação de uma formação ética humana voltada para a cidadania, a construção do pensamento crítico e para a autonomia.

Para Larocca (2007), apesar da Psicologia, em diversos momentos, apresentar uma relação autoritária com o campo da educação, por meio de legitimar interesses políticos e ideológicos que serviam para exclusão, a marginalização da miséria, da pobreza, como o psicologismo para diagnosticar a vida cotidiana, essa área ainda tem muito a contribuir para o campo da educação. Isso se daria a partir de um ensino que mantém compromisso com uma prática social, considerando a vida em sociedade como produção histórica, cultural e não individualizada.

Kohatsu (2010) aponta que o campo da educação foi uma das áreas que mais sofreu com a falta de investimentos do governo, em razão das políticas neoliberais da década de 1990. Isso afetou o campo das licenciaturas. Para o autor, a educação nesse contexto, passou a apresentar grandes problemas afetados por um modelo de ensino fragmentado, com a falta de vagas, ausência de discussão, contextualização da realidade social e com a falta de investimento na formação de professores.

Outro aspecto presente na discussão de Kohatsu (2010) refere-se à necessidade de realizar discussões do ensino de Psicologia voltado não apenas para o ensino médio, mas

também com maior necessidade aos cursos técnicos, devido à presença da Psicologia nesse contexto, como disciplina que compõe a matriz curricular. Para o autor:

As contribuições de caráter mais instrumental, em que os conhecimentos da psicologia podem ser aplicados para formação de mão de obra técnica, são pouco questionados e até bem recebidos. Por outro lado, como disciplina que compõe o conjunto das ciências humanas, visando à formação humana e crítica, a psicologia é vista como dispensável e até pouco consistente do ponto de vista teórico, diversamente da sociologia e da filosofia. Esse aspecto é interessante para se pensar a representação social que é feita da psicologia e de que modo os profissionais da área têm contribuído para a construção e manutenção dessa representação (Kohatsu, 2010, p. 63).

A Psicologia voltada para o ensino técnico, segundo o autor, muitas vezes, é reproduzida apenas pela parte técnica, fragmentada de reflexão e questionamentos referentes à teoria e sua aplicabilidade. Enquanto conhecimento formador, ela precisa ser capaz de se posicionar criticamente e politicamente diante de uma formação vinculada diretamente ao mundo do trabalho, que por diversas vezes, é reduzido como produção de mercado, que busca um ensino pautado a atender as necessidades da vida social de acordo com os interesses econômicos e de desenvolvimento do país. Segundo a DCN de 1999, para a educação profissional de nível técnico, essa formação integra as diferentes formas de educação, conhecimentos de tecnologia e ciência que possibilita ao indivíduo a continuidade da formação junto com o ensino médio ou após, com o intuito de prepará-lo para a vida social, produtiva e de sobrevivência para o mundo do trabalho. A formação técnica tem seu destaque a formação para o trabalho, o que não significa ficar submetido às demandas de mercado e a um ensino meramente instrumentalizado.

Esses aspectos mencionados acima, encontrados na prática do professor de Psicologia, passam a ser um desafio a ser solucionados ou discutidos como parte integrante da área da Psicologia. Muitos profissionais historicamente também não se reconhecem como da docência, mas sim como psicólogo clínico, que ao deparar com esse outro campo, em vez de contribuir para uma formação técnica humana, que não desvincula saber do trabalho, apenas mantém o status de uma psicologia conservadora, fechada a suas próprias verdades e preconceitos. Existe a necessidade de um maior engajamento dos profissionais da Psicologia como um todo, da implicação pela reinserção da Psicologia no ensino médio, da busca pelo entendimento desse campo de forma intergrada enquanto ciência e profissão. Essa compreensão pode ser ampliada pelo argumento de Kohatsu (2010):

Independentemente das posições favoráveis ou contrárias ao retorno da psicologia no ensino médio, esta é uma boa oportunidade para a psicologia

voltar-se para si mesma e ao mesmo tempo voltar-se para fora dela para refletir sobre o modo como pretende se posicionar para responder aos desafios da contemporaneidade e, a partir daí, pensar sobre que profissionais se pretende formar, para quais projetos de sociedade. Como se vê, o ensino médio é só uma parte de uma grande discussão (p. 64).

De acordo com Klinko e Sekkel (2010), a disciplina de psicologia na rede de ensino em São Paulo ocupa um espaço contraditório. Isso porque, ao mesmo tempo em que possui um espaço para discussão em torno de questões relacionadas ao campo da Psicologia, as quais referem-se ao sofrimento, às relações humanas, ao sujeito, à sociedade, entre outros aspectos, esse campo apresenta fragilidade no que se refere aos professores. Por meio de entrevistas realizadas, percebe-se a dificuldade da delimitação entre as funções voltadas à Psicologia. O que as autoras destacam é que esse campo da docência ainda é confundido não apenas com a atuação do psicólogo clínico, mas também do escolar, dificultando a comunicação entre o ensino, a escola, os alunos e o professor e, conseqüentemente, um aprofundamento no campo da Licenciatura por meio de produção de trabalhos voltados para a própria área.

Um aspecto que também interfere no compromisso com a docência destacado por Klinko e Sekkel (2010) é referente à falta de comprometimento entre a própria classe de professores, por existir uma fragmentação entre os profissionais dessa área sinalizada pelas autoras:

Os obstáculos iniciais para a execução desta pesquisa mostram uma desarticulação no que se refere ao ensino de Psicologia, e, com isso, a atuação do licenciado em Psicologia se mostra enfraquecida. É difícil precisar, por exemplo, o número de profissionais atuantes, onde estão localizados e como desenvolvem seu trabalho. A falta de articulação dos professores de Psicologia dificulta inclusive a discussão da própria categoria, que, diante da polêmica que se coloca com a retirada da disciplina Psicologia do ensino médio em São Paulo, responde lentamente e encontra dificuldades em posicionar-se (p. 81/82).

A Psicologia como um todo, mesmo apresentando uma pluralidade de campos de atuação, deveria se comprometer mais ativamente na discussão relacionada ao campo da Licenciatura. Isso poderia possibilitar a compreensão da função do psicólogo escolar como do professor de psicologia, de maneira que suas diferenças poderiam contribuir para a construção de um ensino mais crítico, voltado para uma educação engajada com a autonomia dos seus participantes, em vez da falta de articulação entre os profissionais. Para isso, é fundamental que eles consigam se ver enquanto grupo social, que suas práticas não são individualizadas do coletivo.

De acordo com Antunes (2008), a Psicologia, ligada à área educacional, precisa estar voltada à construção de políticas educacionais comprometidas com as classes populares. Seu conhecimento deve ser capaz de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, considerando todas as condições históricas envolvidas no processo educativo e na busca da efetivação de um campo que seja marcado por uma prática de transformação e inclusão. Essa questão leva a discutir o compromisso que a Psicologia mantém com o ensino e suas práticas, em suas diferentes áreas de atuação, incluindo a Licenciatura. Pensar a relação entre educação, psicologia, professor e ensino requer que essa área ultrapasse seus saberes clínicos, ampliando seu conhecimento sobre os processos pedagógicos no sentido de contribuir na construção de uma prática efetiva por mudanças.

As discussões de Silva (2011) e Melo (2013), por meio das contribuições da Psicologia para o ensino médio e pela prática docente, reconhece a Psicologia como disciplina capaz de discutir sobre a vida em sociedade, em seus diversos segmentos sociais. No contexto escolar, questões relacionadas ao trabalho, família, escola e política não estão dissociadas do campo psíquico. A visão sobre saberes psicológicos não se reduz apenas ao modelo tradicional clínico, mas é essencial que seja ampliado pela própria prática docente, como um movimento em constante discussão, reflexão e problematização. Isso é inerente à responsabilidade do professor de Psicologia, de reconhecer a licenciatura como campo científico e pedagógico, enquanto agente mediador ativo no ensino, na busca da formação de sujeitos emancipados e não meramente técnicos do conhecimento.

Silva (2011) discorre que a Psicologia enquanto disciplina do ensino médio pode contribuir de forma conjunta com a escola para o desenvolvimento humano dos alunos, e com a própria experiência profissional. Isso ocorreria por meio de debates em que o conhecimento científico dessa área possa despertar nos alunos, nas instituições interesse de refletir, perguntar, entender sobre a vida subjetiva, em sociedade e os problemas encontrados no espaço escolar, como ele destaca:

Independentemente da inserção no quadro funcional da escola, resta a nós, profissionais que atuamos na interface Psicologia-educação e que estamos comprometidos com as questões educacionais, nos servirmos de estudos e de opções de atuação que possam ser viabilizados por meio de projetos que visem à intervenção e às transformações necessárias em nosso sistema educacional. Acreditamos na contribuição da ciência psicológica para discutirmos com os alunos alguns temas que favorecem o seu entendimento e o seu desenvolvimento como seres humanos (p.60).

Segundo Larocca (2007), a Psicologia no campo do ensino, partindo da formação docente como a própria prática, deve ser uma Psicologia voltada para uma educação política, no sentido de buscar a compreensão do indivíduo como ser social e ativo em constantes mudanças. Não pela naturalização das relações humanas, como isoladas e silenciadas de seu contexto histórico-político. Nesse cenário, é importante que o conhecimento da Psicologia busque romper essas barreiras, não como um saber autoritário e fechado, mas que em sua prática, tenha uma visão de sujeito concreto e histórico. Isso porque a naturalização da vida social representa uma concepção ideológica de se fazer um ensino em que não se questione, não se critique e nem pense demais, apenas execute ou atenda às demandas de determinados interesses.

Segundo Melo (2013), é essencial a docência em Psicologia no cenário escolar pelo fato que:

A inclusão da disciplina Psicologia poderia surgir como proposta de articulação de conhecimentos e visão interdisciplinar. Dentro desse contexto, poderia fornecer outra possibilidade de olhar para as questões e dilemas da sociedade. Sendo que o papel do docente em psicologia não seria de analisar a realidade e apresentar ao estudante o resultado de suas reflexões, mas atuar como aquele que compartilha o conhecimento e, nesse processo, favorecer a reflexão, a problematização e a construção/elaboração autônoma e coletiva de conhecimentos, a partir do enfoque da Psicologia (p.78).

A Psicologia comprometida como prática social, que não esteja voltada para a padronização de comportamentos, de respostas imediatas, mas que o ambiente escolar seja prática de compartilhamento de saberes, tem a possibilidade de aproximar da sociedade, para além da mera execução ou do olhar clínico que historicamente essa possuiu. O ensino que busca discutir, refletir coletivamente sobre a condição da vida humana, considerando os desafios, contradições, como movimento histórico, tem o caminho de colaborar para um ensino pautado no respeito, na diversidade, na inclusão de todos os participantes.

A Psicologia como componente enquanto disciplina do ensino médio ou técnico, como em suas discussões para o seu retorno da obrigatoriedade na matriz curricular nas escolas, é fundamental que o ensino consiga discutir todas as dimensões que envolvem a vida em sociedade, trabalho, ensino técnico e profissionalizante. Desse modo, evita-se contribuir com a naturalização da vida social, bem como com uma educação semelhante à organização de uma empresa. É indispensável a articulação não apenas dos conteúdos ministrados em sala de aula. Que o conhecimento esteja a serviço da transformação e da cidadania.

A educação é capaz de proporcionar aos indivíduos uma consciência crítica, capaz de construir outra realidade que seja o oposto da ordem dominante sobre a cultura, o conhecimento, as condições políticas e econômicas da vida social. O campo do ensino deve ser um espaço capaz de proporcionar a todos o acesso ao mundo do conhecimento, como lugar de processo educativo que deve oferecer condições de uma formação efetiva com norte na autonomia e emancipação de seus participantes, mesmo marcado pelas contradições históricas. O professor de Psicologia, inserido no ensino médio/técnico, necessita que sua prática seja capaz de colaborar na construção de um ensino ativo, de uma consciência crítica e autônoma para o coletivo e uma formação política implicada na cultura.

### **3.4 Legislações e Psicologia**

Dialogar com a docência em Psicologia, por meio da Licenciatura, se faz necessário entender que as Legislações que norteiam a formação e a atuação desse professor, não são apenas normativas, mas são um dispositivo oficial que também apresenta os desafios, as contradições, as semelhanças, divergências de determinada profissão e sua relação com a sociedade. O ensino de Psicologia não se faz ou se constitui de forma isolada do seu meio social, em que as Legislações são marcadas por essa relação entre sociedade e produto social.

Nessa categoria, que discute a Licenciatura em Psicologia considerando as mudanças históricas que os documentos apresentam, todos os artigos analisados no capítulo anterior considerando suas diferenças como semelhanças podem fazer parte dessa categoria. O tema sobre docência em Psicologia que envolve a Licenciatura, formação de professor, seja pela discussão partindo da prática, seja da teoria, do estágio, entre outros dialogam com as Legislações não apenas referentes ao campo da Psicologia, como da Educação. Isso remete que os estudos como a compreensão do campo da Licenciatura em Psicologia, não ocorre separadamente ou fragmentada da Educação, bem como buscar compreender, seja a identidade desse profissional, a função da docência, espaços de trabalho está diretamente relacionadas ao que dos documentos sinalizam referente a esse campo.

Melo (2013) procura discutir a Psicologia enquanto disciplina do ensino médio por meio do diálogo com as Resoluções acerca dessa área, como em seu argumento ele evidencia funções desse campo por meio de dispositivos legais, em seu texto:

Desde a promulgação da resolução CNE/CES 05/2011, a formação de docentes de Psicologia para atuar nas diferentes modalidades de ensino passou a ter um núcleo comum estabelecido em uma base homogênea para a formação no país e uma capacitação básica para lidar com os conteúdos psicológicos, como campo de conhecimento e de atuação. As novas Diretrizes Curriculares da Psicologia

concretizam a abertura de uma nova profissão para os psicólogos: a de professor da disciplina (Melo,2013, p.74).

Souza (2014), em seu artigo sobre a identidade do professor de Psicologia, busca entender esse lugar, considerando também o que é apresentado nas Legislações sobre esse assunto, acerca do processo de formação, como é sinalizado pela autora:

Com base nas DCNs, duas considerações são fundamentais. A primeira diz respeito ao modo como a formação para o ensino deve ser inserida no curso: como um projeto pedagógico complementar, ou seja, não é componente curricular obrigatório, o que justifica o pouco conhecimento dos egressos da graduação em psicologia sobre educação e a dificuldade de identificação com a área no exercício a atividade profissional. Ainda é possível derivar dessa concepção a baixa valorização da docência como atividade exercida pelo profissional de psicologia, visto o modo como ela aparece no curso, se é que aparece! Como é possível se identificar com uma profissão pouco valorizada ou desconhecida? Essa é uma questão da maior relevância, que precisa ser respondida pelos gestores e formadores dos cursos de psicologia. A segunda consideração se relaciona ao contexto de trabalho do professor de psicologia segundo as DCNs: a construção de políticas públicas de educação, diversos segmentos da educação, incluindo o curso Normal (já extinto antes de 2011) e cursos profissionalizantes, além da educação continuada e educação informal. Ou seja, não há menção à atuação na formação de psicólogos em nível inicial (Souza, 2014, p.76).

Santos (2016) também sinaliza a importância de conhecer as normativas referentes à Psicologia presentes nas Legislações, como instrumento histórico que apresenta condições, planejamento, direcionamento sobre a formação, como assim ele argumenta:

As DCNs preveem uma formação voltada para a atuação profissional, a pesquisa e o ensino de Psicologia. Está baseada em princípios e compromissos que se relacionam: o avanço do conhecimento científico em Psicologia; a compreensão da amplitude do fenômeno psicológico e suas diversas interfaces; o reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreender o ser humano, e o incentivo ao diálogo com outros campos do saber dada a complexidade e a multideterminação do fenômeno psicológico; a compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país; a atuação, em distintos contextos, voltada para a promoção de qualidade de vida de indivíduos ou grupos com base nas demandas sociais existentes; o respeito à ética nas diversas relações profissionais estabelecidas e na produção e divulgação de conhecimento científico; e o aperfeiçoamento e a capacitação contínuos (Santos, 2016, p.37).

Problematizar, pensar, refletir e questionar sobre a formação do professor de Psicologia no campo da Licenciatura, em uma pesquisa histórica, é fundamental considerar as mudanças históricas, as condições de vida social, econômica, cultural em sociedade. Os

documentos que, dentre eles, se encontram as legislações, abrangendo resoluções, pareceres, diretrizes acerca da psicologia apresenta o desenvolvimento da formação quanto atuação, seus deveres, compromissos, as dificuldades e transformações como produto da história. A vida social não é resultado do desenvolvimento pela ordem natural, que segundo Patto (2005): “O homem, não produz apenas objetos; ao mesmo tempo que produz objetos, produz relações sociais e ideias a respeito dessas relações” (p.111). É por meio das relações humanas que se cria história, se tem uma ação do homem sobre essa realidade, e esse movimento como produção da vida social é expresso nos documentos.

Para Cellard (2012), uma pesquisa a partir da história precisa compreender que os documentos representam fragmentos de uma determinada época. Por isso, não existe uma linearidade de fatos, possuem lacunas, informações que se perdem ao tempo, pois os documentos são produções advindas de relações estabelecidas entre os seres humanos. Apesar desse limite de informações que se perdem ao longo da história, os documentos oferecem informações sobre a organização e o funcionamento de determinada profissão. O desenvolvimento da Licenciatura em Psicologia no Brasil passou por mudanças não isoladas do meio social. Pelo contrário, as fontes incluindo os documentos como as produções acadêmicas, ressaltam como esse campo foi se constituindo ao longo da história da psicologia, marcada pelo desenvolvimento econômico, cultural, político, tecnológico e ideológico do país.

O trabalho de Leite (2014) “*Psicologia e Política: Reflexões sobre a formação docente*” citado no capítulo anterior, sinaliza que toda organização de ensino e da política educacional não ocorre de forma isolada da vida em sociedade. Esse aspecto também é observado no modo de pensar as Legislações referentes ao funcionamento de determinada profissão. Conforme o autor, “toda política educacional é sempre um reflexo do que ocorre nas dimensões econômica, política e social de uma sociedade e determinado momento histórico” (Leite, 2014. p.91).

Entender a Licenciatura em Psicologia, considerando os documentos que resguardam seus deveres e compromissos, não representa só uma assimilação de conhecimentos, ou uma forma técnica de trabalho, diz sobre toda dimensão histórica e social, não apenas voltado para o contexto de ensino, mas para as contradições, problemas, dilemas e conquistas do espaço da vida em sociedade. Esses aspectos possibilitam uma ampliação acerca da discussão não apenas da formação do professor de Psicologia, como também de todo o curso, incluindo desde as disciplinas, estágios, prática e atuação profissional.

### 3.5 Licenciatura em Psicologia enquanto prática social

Para entender o significado da prática social e política da Licenciatura em Psicologia, faz-se necessário entender que esse campo não se desenvolve isoladamente da educação, pois essa habilitação está diretamente voltada para atividades de ensino, da vivência com a realidade escolar e da docência. Assim, é importante que desde a graduação, a atuação profissional seja marcada por prática de uma educação democrática, que a Psicologia consiga romper com as práticas tradicionalmente de exclusão desenvolvidas no contexto educacional. Para Antunes (2008), a educação democrática representa a possibilidade de romper com os privilégios da elite, possibilitando que todos participem ativamente na produção de conhecimento. Este enquanto caminho para promover mudanças da realidade da população que historicamente foi explorada, discriminada e excluída por meio do ensino e de práticas legitimadas pela Psicologia.

De acordo com Antunes (2008), o modelo de prática clínica terapêutica presente na atuação de profissionais da Psicologia no ambiente escolar, desenvolvida durante muito tempo, e que ainda por, diversas vezes, não foi superado, não pode servir de parâmetro para o fortalecimento entre esses dois campos. Apesar desses problemas, segundo essa autora, o campo da educação é formado por diferentes aspectos da vida social, como os de ordem psicológica. Por isso, a Psicologia tem contribuições para a educação, por meio de uma prática pautada na compreensão dos processos de ensino e aprendizagem, considerando as determinações histórico-sociais. Essa compreensão é mais bem detalhada nos argumentos da autora:

Que seja uma psicologia capaz de compreender o processo ensino-aprendizagem e sua articulação com o desenvolvimento, fundamentada na concreticidade humana (determinações sócio-históricas), compreendida a partir das categorias totalidade, contradição, mediação e superação. Deve fornecer categorias teóricas e conceitos que permitam a compreensão dos processos psicológicos que constituem o sujeito do processo educativo e são necessários para a efetivação da ação pedagógica. A psicologia deve assumir seu lugar como um dos fundamentos da educação e da prática pedagógica, contribuindo para a compreensão dos fatores presentes no processo educativo a partir de mediações teóricas “fortes”, com garantia de estabelecimento de relação indissolúvel entre teoria e prática pedagógica cotidiana (Antunes, 2008, p.474).

Embora a discussão que Antunes faz seja voltada para o campo da psicologia escolar, isso não impossibilita pensar essas questões na área da Licenciatura em Psicologia, pois mesmo existindo diferenças entre essas áreas, o compromisso por uma prática social democrática necessariamente deve se assemelhar em toda a Psicologia. O sentido de educação

que Antunes discorre e o compromisso da Psicologia com essa área possibilitam ampliar a discussão que o professor de Psicologia, independente do contexto de ensino, se esteja voltado para a educação básica, técnica ou na formação de professores. É fundamental que as ações desenvolvidas no campo de ensino construam práticas envolvidas com a realidade concreta e colaborem por uma educação realmente inclusiva e transformadora das condições de vida da população.

É possível entender prática social por meio da explicação que Yamamoto (2010) apresenta, referente a uma psicologia social e política. Yamamoto (2010) considera as mudanças da história da humanidade como históricas e culturais e quem a Psicologia, enquanto profissão institucionalizada, necessariamente deve reconhecer como conhecimento que precisa estar pautado em ações voltadas para a transformação da realidade social. Deve-se considerar as necessidades dos menos favorecidos(as), por meio de um projeto ético-político da profissão como aberta a dialogar com outros saberes e uma postura crítica e reflexiva sobre suas técnicas. Assim, pensar em uma prática socialmente transformadora remete ao compromisso de uma Psicologia que se propõe a combater as desigualdades sociais e lutar pela dignidade humana em diferentes contextos. Conforme seu argumento:

Então, pensar numa atuação que seja transformadora, que se proponha combater os excessos da desigualdade, que possa produzir fissuras nas iniquidades reforçadas pela política, resulta, em última análise, numa atuação que nem é a defendida pela política e nem é aquela sobre a qual se erigiu a Psicologia como profissão. De fato, o trabalho na proteção social básica exige dos psicólogos não apenas uma adequação do trabalho; exige um conhecimento de aspectos que estão fora do escopo do que a Psicologia delimitou em seus campos de saber. A atuação com pessoas em situação de pobreza exige não a adequação de um conhecimento teórico-técnico, mas, sim, a criação de novos conhecimentos e uma mudança na postura que marca historicamente a atuação dos psicólogos (Yamamoto, 2010, p.20 e 21).

O artigo de Leite (2014) ao discutir a relação entre Psicologia e política, colabora para pensar também sobre uma prática social transformadora que precisa ser pautada na justiça e na conscientização dos indivíduos, como é apresentado pelo autor:

Nas sociedades capitalistas a luta política pode e deve ser travada prioritariamente nas instâncias da sociedade civil, o que na prática significa reconhecer a importância da existência de educadores comprometidos com a chamada contraideologia no interior da escola, ou seja, comprometidos com concepções de homem e de mundo marcadas por valores centrados na justiça, na solidariedade e no respeito humano, contrapondo-se às relações injustas de dominação, que inevitavelmente marcam as formas de produção capitalista (Leite, 2014, p 90).

É justamente no contexto do ensino da Psicologia, seja pela educação básica, profissionalizante ou como tema transversal, que esse campo irá se deparar com os problemas que são gerados na sociedade, como produto das relações humanas, marcadas por um modo de organização capitalista. Por diversas vezes, o ensino serviu como mecanismo de atender aos interesses de uma classe dominante, silenciando o descaso do governo referente às necessidades dessa população que historicamente é marginalizada. Entende-se, dessa forma, o espaço escolar como produção de conhecimento e da vida social. Patto (2005) afirma que “A escola é uma instituição social, que a sociedade que a inclui é uma sociedade extremamente desigual e injusta” (p. 49)”. Isso é, o cenário educacional expressa as condições de vida dos indivíduos de maneira individual e coletiva, bem como pode tornar espaço de resistência frente às imposições ideológicas, racistas e excludentes produzidas pelas relações humanas. Pois se elas expressam as injustiças, esse espaço, por meio de práticas democráticas, pode possibilitar mudanças na maneira de pensar e construir as políticas públicas da educação.

A Licenciatura, enquanto prática social possibilita uma reorganização perante a relação entre o campo da educação e a Psicologia, no sentido de considerar que o cotidiano escolar não expressa apenas aspectos restritos à formação, seja para uma formação técnica ou superior. Por meio do ensino de Psicologia, podem ser discutidos aspectos da vida em sociedade por uma diversidade de temáticas, como comportamento, emoções, política, identidade, autonomia, trabalho coletivo, emprego, formação, dentre vários outros temas. Assim, a prática docente em Psicologia, seja em qual cenário estiver incluída, é fundamental para desenvolver uma práxis marcada pelo movimento entre ação e reflexão, em constante posicionamento crítico e reflexivo da realidade, considerando as diversas contradições sociais e culturais com produção das relações humanas.

Essa perspectiva de prática social transformadora remete a se pensar em uma Licenciatura que seu currículo esteja articulado com a realidade concreta das escolas, por meio do conhecimento teórico e metodológico que não se restringe apenas aos instrumentos psicológicos, mas seja ampliado a outras áreas do saber, mormente sobre o modo que a educação historicamente se constitui no decorrer do desenvolvimento do Brasil. É fundamental que a Licenciatura em Psicologia enquanto prática social transformadora de diferentes realidades busque refletir sobre as práticas de ensino desse campo, bem como sobre a importância da valorização da Licenciatura como área fundamental para construir uma sociedade aberta às diferenças, menos preconceituosa e excludente.

O que essas categorias procuraram apresentar e discutir a partir das análises das produções acadêmicas sinaliza sua relação direta com a discussão do primeiro capítulo, no

sentido que esse campo se fortalece e desenvolve não isolado das determinações dos documentos que regulamentam a profissão, a formação e atuação de professores no Brasil. A Licenciatura em Psicologia frequentemente foi isolada como parte constituinte da formação em Psicologia, tanto pelas políticas de governo, quanto pela própria categoria de psicólogos e pelo número reduzido de trabalhos encontrados sobre essa temática. Isso destaca que essa área ainda possui um espaço marcado pela desvalorização em que se encontram as Licenciaturas no país e pela necessidade da ampliação da discussão desse campo.

O que esta discussão histórica pontua é que a Licenciatura aqui estudada se desenvolveu ao longo da história da Psicologia no Brasil, por meio do ensino em diferentes contextos de desenvolvimento do país, marcada por questões ideológicas, de Estado, culturais, políticas, econômicas, mudança em torno da visão de homem, sociedade, ensino, formação e políticas públicas educacionais. Assim, esta discussão ressalta a necessidade de se refletir e questionar de que modo as instituições de ensino se preparam e se organizam para a formação desse professor de Psicologia. Quais conhecimentos são colocados enquanto disciplina curricular que consigam relacionar a formação em Psicologia como um todo, considerando as exigências das DCN's enquanto formação complementar ao Bacharelado, não existindo formações distintas, mas articuladas. De que maneira esse campo contribui na formação de profissionais críticos e políticos para atender às demandas sociais, especialmente da classe menos favorecida pelas políticas educacionais do país.

## Considerações Finais

Após ter percorrido o processo de escrita deste trabalho, tendo como foco o campo da Licenciatura em Psicologia no Brasil, foi possível compreender de que maneira essa área se desenvolveu, sobre quais condições sociais e políticas esse campo se constitui, bem como sua importância e seu compromisso para a defesa de uma educação democrática e uma psicologia comprometida com um ensino que possibilite a autonomia. A conclusão desta pesquisa não traz resultados fechados e de caráter definitivo, mas se apresenta como uma possibilidade dentre várias outras perspectivas, de ampliar o estudo sobre a Licenciatura em Psicologia, como busca de fortalecer esse campo no meio acadêmico.

Posteriormente a discussão apresentada no primeiro capítulo, por meio da análise dos documentos referentes à Psicologia, incluindo as legislações, decretos e diretrizes curriculares, foi possível observar as mudanças históricas em nível social, econômico e político que esse campo passou no decorrer do tempo. Inclusive, aspectos ideológicos, estatais, a forte presença da Psicologia na educação, modificações e criação de novas diretrizes para esta última área, como a importância da Licenciatura em Psicologia como produção de conhecimento.

O segundo capítulo colaborou na compreensão da forma como essa habilitação em Licenciatura vem sendo desenvolvida e entendida por meio das produções acadêmicas retiradas da Revista Psicologia, Ensino e Formação da ABEP. Isso possibilitou o entendimento sobre práticas de ensino e formação que estão implicadas no campo da Licenciatura em Psicologia, sinalizando a importância dessa revista como meio de socialização referente a essa área da Psicologia.

O terceiro capítulo, após toda discussão histórica dos desdobramentos das legislações para a Licenciatura em Psicologia, juntamente com apresentação de produções acadêmicas que discutem sobre diferentes perspectivas dessa Licenciatura, possibilitou a compreensão de que maneira ela se constitui. Permitiu compreender também diversos aspectos envolvidos na formação do professor de Psicologia, assim como de que modo essa área vem se organizando enquanto produção de conhecimento.

Considerando-se a produção dessa escrita, a partir de uma perspectiva histórica, procurou-se em sua discussão desconstruir a ideia de que a Licenciatura em Psicologia esteve isolada da realidade social, como da própria Psicologia enquanto profissão. Esse aspecto se torna fundamental para o entendimento que tanto os documentos, quanto os trabalhos

acadêmicos não são neutros. A reconstrução histórica permitiu conhecer em quais condições foram criadas determinadas áreas do conhecimento, como produto da mediação entre homem e sociedade. Assim, as fontes que esta pesquisa utilizou para o entendimento da Licenciatura em Psicologia não dizem somente das obrigações para a formação, mas dos modos de pensar, agir e viver, como produto social e cultural da relação entre indivíduos em sociedade. Por isso, em um estudo que utiliza do método histórico, as questões problemáticas surgem do decorrer da escrita, pois são as informações encontradas nas fontes que irão nortear e dizer o que se trata a Licenciatura em Psicologia.

Ao se buscar entender a relação da regulamentação da Psicologia enquanto profissão no Brasil e a Licenciatura, foi possível observar que a profissão de psicólogo se constitui uma profissão institucionalizada pela forte relação com a área da educação e que a formação de professores de Psicologia teve sua história marcada pelas práticas de ensino que a Psicologia desenvolveu ao longo de sua existência. A Psicologia no Brasil sempre esteve marcada por algum contexto histórico, desde suas primeiras práticas psicológicas não institucionalizadas à época da regulamentação em torno do ano de 1962, marcada por um governo com uma necessidade de modernização do país, pela disciplina e controle, por meio de uma perspectiva política e econômica de ordem militar, em que isso se expressou diretamente no fortalecimento dessa área. Depois desse período, em busca da redemocratização do Brasil, os anos de 1980 e 1990 são marcados por uma política liberal, pela recuperação e garantia dos direitos e a formulação de novos projetos para a área da Educação, como novas diretrizes e perspectivas de comprometimento social para a formação e atuação em Psicologia.

Nesse percurso, em torno dos anos de 1950 a 2017, adentramos em diferentes realidades na construção de um país que passou por várias mudanças no decorrer de sua história, em suas condições sociais, política, cultural, econômica e educacional. Foi nesse cenário que a Psicologia enquanto profissão foi se fortalecendo. Historicamente, o modelo de psicologia clínica é privilegiado e valorizado, sendo enaltecido em relação às outras áreas da psicologia, dificultando ampliar a importância de todos os outros.

Os documentos apresentam que após o processo de institucionalização da Psicologia no Brasil em 1962, passam a existir oficialmente três perfis de formação: o Bacharelado, a Licenciatura e Psicologia (formação do psicólogo); estando aptas para o ensino, mesmo que a Lei nº 419 de 1962 não sinalize o campo de atuação do Licenciado. É importante ressaltar que já existiam práticas desenvolvidas que estavam relacionadas com o estudo da Psicologia, porém não tinha esse reconhecimento, principalmente o campo do ensino, seja por meio de disciplinas ou de produção de trabalhos, que contribuíram de forma ativa e participativa para a

efetivação dessa área no Brasil. Apesar dessa referida Lei não especificar claramente as funções e o campo de atuação do Licenciado em Psicologia, essa contribui para se pensar posteriormente a Licenciatura em Psicologia como campo específico para a formação de professores dessa área. Isso porque, até então, o licenciado, segundo Lemos (2008), estava voltado para uma atuação prática que se diferencia do que é proposto pelas Diretrizes Curriculares de 2004 e 2011, que passam a estabelecer os requisitos e campo de atuação para a habilitação em Licenciatura.

A realidade em que a Psicologia se encontrava nesse período dos anos de 1960 a 1980 em torno de sua regulamentação foi marcada pelos interesses de uma classe social privilegiada e elitista de um governo ditatorial, pautado na censura, ordem e controle. Nesse contexto, a Psicologia se fortalece como campo do conhecimento e é chamada a colaborar para o desenvolvimento do país, pelo uso de suas técnicas psicológicas voltadas para o controle, ajustamento, disciplina em nome do progresso. Nessa mesma época, houve uma ausência de discussões no espaço da academia sobre que psicologia era essa que estava sendo constituída e qual sua finalidade enquanto produção de conhecimento.

Esses aspectos mencionados sobre a relação entre o modo de organização do governo dessa época e a Psicologia, segundo Scarparo et al (2014), sinaliza que o início das práticas reconhecidas como de responsabilidade do campo da Psicologia foi marcada por uma neutralidade. Afasta-se do compromisso social e de reflexão sobre os efeitos de suas práticas diante dos problemas que assolavam a sociedade naquela época. Para o autor, esse modo de fazer Psicologia que se aproximava mais de uma perspectiva biológica do que social colaborava para a manutenção de um regime extremamente violento. Isso porque ao não desenvolver discussões e espaços para se pensar coletivamente as imposições dos interesses do Estado, esse campo tornava conveniente com o governo, principalmente pela utilização de técnicas que buscavam a normalização dos indivíduos dentro de uma sociedade opressora e desigual. Essa visão diante de um Estado opressor, que objetivava ajustamento e controle, também é ressaltada por Yamamoto e Oliveira (2010), sendo marcado por um contexto histórico de suspensão do direito à liberdade e dos direitos fundamentais.

Por isso, antes de adentrar diretamente no campo da Licenciatura em Psicologia, foi necessário fazer esse estudo amplo de como a Psicologia se institucionalizou no Brasil, o que possibilitou observar as contradições, lacunas, mudanças, conquistas e rupturas que marcaram não somente a profissão de psicólogo, mas todos os outros campos. Com a LDB de 1996 é determinado aos licenciados o campo de atuação voltado para a educação básica, enquanto a Lei que regulamenta a profissão de psicólogo, apesar de pontuar a Licenciatura em Psicologia,

não apresenta o campo específico para esse profissional. É importante destacar que, nessa nova organização social em que o Brasil estava vivendo, o cenário político passou a ser caracterizado por uma proposta pautada no neoliberalismo econômico, e isso interferiu no modo de se projetar e pensar a educação.

Os cursos de ensino superior, por meio da LDB de 1996, ganham uma flexibilização em relação aos parâmetros curriculares, em que a Psicologia, com as DCN's de 2004 e 2011, passa a ter apenas uma única formação para esse campo e não mais diferentes habilidades (Bacharelado, Licenciatura e Psicólogo). Deixa de existir um currículo mínimo, trabalhando-se agora com ênfases, por meio da articulação entre competências e habilidades, de maneira que a formação não seja fragmentada entre a formação de psicólogo para a atuação profissional, de pesquisa e o ensino de Psicologia. A partir dessas mudanças, com a DCN de 2004, o campo da Licenciatura em Psicologia passa a ser uma formação complementar, no sentido de ocorrer de forma articulada com todo o restante do curso, sendo o ensino médio a área específica de atuação desse professor.

As DCN de 2011 amplia esse campo por meio das exigências, que além de ser uma formação complementar, torna-se obrigatoriedade as instituições de cursos oferecerem e facultativo ao aluno cursar. Essas questões normativas são as que regem até os dias atuais os cursos de Psicologia e que permitem observar, pela análise das produções acadêmicas nesta pesquisa, que existe uma ausência de discussão e produção em relação a essa área em instituições privadas. Isso sinaliza que, apesar da obrigatoriedade exigida em Lei, essa não se efetiva de forma concreta no ensino privado. Outro aspecto encontrado nos trabalhos citados no Quadro II é que a região de São Paulo possui uma maior discussão e produção de trabalhos referentes à Licenciatura em Psicologia, o que deixa aberto a se pensar como as outras instituições têm se comprometido pelo fortalecimento e estruturação dessa área.

A pesquisa história permite conhecer a maneira pela qual esse campo foi se desenvolvendo e se fortalecendo ao longo de sua história, marcada pelas diferentes condições sociais e políticas de cada época. Outro aspecto fundamental é compreender que determinado campo do conhecimento não se constitui de forma isolada da vida em sociedade e que o modo de organização da vida cotidiana irá se expressar sobre diferentes perspectivas de ensino e formação.

A flexibilização na organização do ensino superior possibilitou à Psicologia, por meio das ênfases e não do currículo mínimo como era proposto inicialmente, uma prática articulada entre as diferentes áreas desse campo. Porém, o que se nota é que essa questão, diversas vezes, é trabalhada de maneira fragmentada, resultando no privilégio de uma área sobre a

outra e, conseqüentemente, a formação do professor de Psicologia é colocada em segundo plano ou, até mesmo, nem oferecida por algumas instituições.

Apesar do Ensino Médio ser o espaço de atuação desse professor, é algo que ainda não se efetivou na prática, apontando as lacunas presentes nessa área. Ao mesmo tempo em que existe a possibilidade de uma formação complementar em Licenciatura em Psicologia, não existe sua obrigatoriedade como disciplina curricular, apenas se mantendo no ensino técnico e profissionalizante. Outro aspecto importante a se pensar é que, no decorrer da história da formação do professor de Psicologia, essa área se manteve sempre presente no ensino técnico. Para Patto (2005), ainda existe uma predominância pragmática e tecnicista na política educacional que perpassa todos os níveis da educação, da mais básica à formação superior. Isso ocorre mesmo com as transformações ocorridas no campo educacional, por meio de perspectivas que consideram a escola como produto histórico-social, espaço que necessariamente deve promover uma formação crítica e emancipatória. O que essa autora destaca pode ser ampliado para o entendimento da manutenção da Psicologia em cursos de formação técnica. Se historicamente a Licenciatura em Psicologia na graduação e no ensino médio possui um lugar marginalizado e de segundo plano, segundo Pandita-Pereira e Sekkel (2012), no campo do ensino técnico ela passar a ter um espaço de destaque. Assume o lugar de conhecimento capaz de contribuir para a formação de mão de obra para as necessidades do mercado e, em diversas vezes, é pautada em uma perspectiva técnica reduzida à empregabilidade e produção, por uma prática distanciada da reflexão e da realidade dos próprios indivíduos.

Esses aspectos observados e pontuados pelo entendimento das informações encontradas nas fontes de pesquisa deste trabalho, que contribuíram para a constituição da Licenciatura em Psicologia são questões que no decorrer desta pesquisa apareceram também nas análises das produções acadêmicas da Revista Psicologia, Ensino e Formação, conforme citado no Quadro II deste trabalho. Essas relações entre as fontes foram percebidas após observar que a maneira que a Licenciatura em Psicologia vem se desenvolvendo no Brasil não ocorre descontextualizada ou isolada das mudanças ocorridas no espaço da educação, como das exigências das diretrizes curriculares.

A partir da apresentação e análise das produções acadêmicas, foi possível aprofundar sobre em que condições históricas e políticas a Licenciatura em Psicologia vem se desenvolvendo. Por isso, foi feita a escolha em um primeiro momento em torno dos anos de 1950 a 2011, como período de produção dos documentos que regulamentam até hoje a Psicologia. Posteriormente, entre 2010 a 2017, trabalhos acadêmicos referentes a essa área,

considerando a importância da Revista Psicologia, Ensino e Formação como forma de ampliar e fortalecer esse campo da Psicologia. Os anos escolhidos para a análise dessa revista não foram de maneira aleatória, considerou-se o início das publicações em 2010, bem como a última publicação disponível em 2017.

Após uma leitura detalhada dos trabalhos, observando as semelhanças como diferenças, considerando-os como fontes históricas, permitiu elaborar as categorias por meio de temas, que independente da perspectiva teórica de discussão, abarcam o campo da Licenciatura em Psicologia desde a formação, estágio, prática, identidade desse professor como compromisso político e social implicados nessa área. Esses aspectos apresentam, de forma geral, a importância da ampliação de discussões por parte dos profissionais, estudantes e instituições sobre essa área, bem como a necessidade de maiores produções acadêmicas que abarquem essa temática. Outro aspecto ressaltado em torno desse tema é a importância de discutir o ensino de Psicologia não apenas no nível médio, mas também no técnico. Além disso, é relevante um maior comprometimento da própria Psicologia em relação à significância que essa área possui na manutenção de uma educação democrática e um ensino de qualidade que aproxime a Psicologia da sociedade. Não por uma perspectiva que, ao longo da história, por diversas vezes, esse campo se comportou pela utilização de práticas excludentes e de diagnóstico, mas por uma prática social e política comprometida com a realidade e as necessidades da população.

As categorias apresentadas referentes a esse campo possibilitam um olhar reflexivo e crítico que permite repensar a formação e os interesses que estão presentes na manutenção ou extinção de uma área, ainda mais se tratando de Licenciatura, já que historicamente no Brasil, a profissão docente é marcada pela desvalorização e precariedade em torno da educação. A Licenciatura em Psicologia pode possibilitar uma ligação com a área educacional, por meio de uma perspectiva pautada no desenvolvimento de políticas públicas em que o ensino seja percebido como espaço em que as relações sociais, tanto de forma individual, quanto coletiva, possam vir a se apropriar do conhecimento por meio da garantia ao acesso à educação para todos. Isso conforme o que é apresentado na DCN de 2011: “possibilitar a formação de professores de Psicologia comprometidos com as transformações político-sociais, adequando sua prática pedagógica às exigências de uma educação inclusiva” (Brasil, 2011).

Para o fortalecimento dessa prática social, considerando as discussões realizadas nas categorias sobre identidade docente, formação do professor de Psicologia, atuação e espaço de trabalho do Licenciado em Psicologia, legislações e prática social, é fundamental que essa Licenciatura se fortaleça entre a própria categoria de psicólogos. É preciso que busque romper

com práticas de ensino pautadas numa psicologia clínica. O campo da educação possui outras especificidades e os problemas do cotidiano escolar necessitam de outros conhecimentos para além de teorias psicológicas, que tenham conhecimento da própria especificidade do que significa essa área para o entendimento dos desafios postos pela formação. No decorrer do desenvolvimento dessa área, o que pode ser notado pelas discussões é que o licenciado em Psicologia não possui uma identidade construída e fechada, o que não significa que esse não tenha um compromisso considerando os aspectos que norteiam a Licenciatura. Significa que, no decorrer da história, muitas vezes, é confundido com outras áreas da Psicologia como desvalorizado, principalmente por não existir sua obrigatoriedade enquanto disciplina do ensino médio.

Durante a análise e discussão diante do percurso desta pesquisa, percebe-se como esse campo carece de maiores discussões. Carece da abertura de espaços para a efetivação dessa área e, conseqüentemente, seu reconhecimento e valorização, não por uma perceptiva reduzida de mercado e empregabilidade como mais outro campo de emprego para a Psicologia. É necessário que possa se fortalecer como espaço que adentra o ambiente escolar, buscando contribuir para a melhoria dos diferentes setores da sociedade como comprometida com um ensino que almeja a autonomia dos indivíduos. Que a psicologia esteja pautada em uma formação humana, que busque desde a graduação à vida profissional refletir e questionar o lugar que ocupa historicamente enquanto conhecimento a serviço da sociedade.

Esta pesquisa acredita na Licenciatura em Psicologia articulada ao Bacharelado como caminho para uma Psicologia que possa contribuir no processo formativo da sociedade, considerando todos os aspectos da vida social em sua realidade concreta como condição para discussões de problemas que afetam principalmente os pobres. Por diversas vezes, as situações de vulnerabilidade em que essa classe se encontra são negligenciadas pelo Estado, conseguindo romper com uma visão técnica e instrumentalizada de conhecimento reduzida aos interesses mercadológicos.

Em geral, esta pesquisa verificou que a constituição da Licenciatura em Psicologia no Brasil ocorreu por meio da relação com o campo da educação, tomando diferentes concepções de ensino, interesse políticos, sociais e ideológicos, de maneira articulada com o desenvolvimento do país. As análises realizadas nas fontes documentais, nas produções acadêmicas e nas categorias apontam as dificuldades, os desafios, as fragilidades e o fortalecimento dessa área, bem como a importância de ressaltar um diálogo com a educação, considerando a inserção da Psicologia no ensino. Isso se daria por meio de tema transversal na formação técnica e pela busca da efetivação da Psicologia no ensino médio como mediação

para a manutenção de uma educação como direito fundamental de acesso a todos. A manutenção desse direito ocorreria por meio de ações desenvolvidas para a inclusão, o respeito, a cidadania e como prática de resistência ao preconceito e aos diferentes modos de exclusão que são legitimados pelo conhecimento, marcada pelas condições de miséria e pobreza que afetam uma parte da população. Essa pesquisa ao apresentar sobre o desenvolvimento da Licenciatura em Psicologia no Brasil, pontuando as transformações sociais e históricas referente a essa área, deixa abertas várias possibilidades investigativas para novos estudos, apontando a necessidade e a importância do fortalecimento dessa área por meio do desenvolvimento de estudos que estejam implicados com essa temática.

### Referências

- Antunes, M. A. M. (2003). *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Unimarco; Educ.
- Antunes, M. A. M. (2008). Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*. Recuperado de [http://file:///C:/Users/hagap%C3%AA/Downloads/Psicologia\\_Escolar\\_e\\_Educacional\\_historia\\_compromi.pdf](http://file:///C:/Users/hagap%C3%AA/Downloads/Psicologia_Escolar_e_Educacional_historia_compromi.pdf).
- Antunes, M. A. M. (2012). A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(spe), 44-65.
- Aquino, J. r.g. (2014). O controverso lugar da psicologia na educação: aportes para a crítica da noção de sujeito psicopedagógico. *Psicologia Ensino & Formação*, 5(1), 05-19.
- Aróstegui, J. A. (2006). *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc.
- Balduino, J. C., Silva, L. M., Monteiro, L. F., Coutinho, S. R., Fernandes, V. C. (2015). Contribuições da formação em licenciatura de Psicologia: o olhar de licenciandos para o estágio. *Psicologia Ensino & Formação*, 6(2), 101-113.
- Baptista, M. T. D. S. (2010). A regulamentação da profissão psicologia: documentos que explicam o processo histórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30, 170-191.
- Bernardes, J. de S. (2004). *O debate atual sobre a formação em psicologia no Brasil – permanências, rupturas e cooptações nas políticas educacionais*. (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP).
- Bock, A. M. B. (1997). Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 17(2), 37-42.
- Bollmann, M., Aguiar, L (2016). LDB: projetos em disputa Da tramitação à aprovação em 1996. *Revista Retratos da Escola*. 10(19).
- Brasil (1999). *Resolução CNE/CES Nº 4, de 25 de novembro de 1999*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação.

Brasil (1962). *Lei nº 4119 de 27 de agosto de 1962*. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo.

Brasil (1962). *Parecer nº. 403/1962, 19 de dezembro de 1962*. Recuperado de <http://abepsi.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1962-parecern403de19621.pdf>.

Brasil (1964). *Decreto Lei n. 53.464*. Brasília/DF.

Brasil (1971). *Lei nº 5766 de 1971*. Dispõe sobre a criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.

Brasil (1996). *Lei nº 9.394 de 1996*. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação.

Brasil (2004). *Resolução nº 8 de 2004*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.

Brasil (2011). *Resolução nº 5 de 2011*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia.

Brasil (2015). *Resolução CNE/CES Nº 2, de 1 de julho de 2015*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF.

Brasil (2018). *Resolução CNE/CES Nº 597, de 13 de setembro de 2018*. Dispõe sobre as recomendações do Conselho Nacional de Saúde à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Psicologia. Brasília, DF.

Campos, R. H.F.(1998). Introdução à historiografia da psicologia moderna. In: Brozek, J., Massimi, M. *Historiografia da Psicologia Moderna*. São Paulo: Edições Loyla.

Castanha, A. (2012). O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. *Revista HISTEDBR*, 11(41), 309-331.

Cellard, A. (2012) A análise documental. In: Poupart, J. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.

Ciampa, A. C. (2001). *A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

Cirino, S.D.;Knupp, D.F.D.; Lemos , L.S. e Domingues, S. (2007). As novas diretrizes curriculares: uma reflexão sobre a licenciatura em Psicologia. *Temas em Psicologia*, 15(1).

Cirino, S.D., Miranda, R.L. (2013). Ensinando Psicologia: Elementos para uma história sobre o Professor de Psicologia e a Licenciatura. In: Sekkel, M.C., Barros, C.C. *Licenciatura em psicologia: temas atuais*. São Paulo: Zagodoni.

Conselho Federal de Psicologia (Org). (1992). *Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil*. Recuperado de [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr\\_prof\\_psicologo.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf).

Conselho Federal de Psicologia (Org). (2018). *Repassando a formação do Psicólogo: Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais Para os Cursos de Graduação em Psicologia*. Recuperado de <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/cartilha-Ano-da-Forma%C3%A7%C3%A3o-em-Psicologia.pdf>.

Ferrarini, N. L., Camargo, D. (2014). O professor de psicologia diante da multiplicidade e diversidade teórica da psicologia: lugar de incertezas e de desafios. *Psicologia Ensino & Formação*, 5(1), 32-49.

Figueirêdo da Silva, F. (2017). Psicologia no Contexto da Ditadura Civil-militar e Ressonâncias na Contemporaneidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(esp.), 82-90.

Fonseca, P. F. (2017) Estágios em Psicologia e Educação: Itinerários Singulares de Formação. *Psicol. Ensino & Form.* 8(2), 45-52.

Hobsbawn, E. (1997). *Sobre História*. São Paulo: companhia das letras.

Jacó-Vilela, A. (1999). Formação do psicólogo: um pouco de história. *Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 4(8).

Kohatsu, L. N. (2010). A reinserção da disciplina de psicologia no ensino médio: as especificidades da psicologia e os desafios do atual contexto educacional. *Psicologia Ensino & Formação*, 1(1), 53-66.

Kohatsu, L. N. (2013). O ensino de Psicologia no Ensino Médio: relatos de professores da rede pública do estado de São Paulo. *Psicologia Ensino & Formação*, 4(2), 34-64.

- Klinko, J., Sekkel, M. C. (2010). Psicologia no ensino médio: sobre os desafios de ser professor. *Psicologia Ensino & Formação*, 1(2), 73-83.
- Larocca, P. (2007). Ensino de Psicologia e seus fins na formação de professores: uma discussão mais que necessária. *Temas psicol.*, 15(1), 57-58.
- Larocca, P, Paula Giulce Girardi, P. (2011). *Trabalho, satisfação e motivação docente: um estudo exploratório com professores da educação BÁSICA*. Recuperado de [https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5429\\_2605.pdf](https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5429_2605.pdf) .
- Larocca, P. (2007). O ensino de psicologia no espaço das licenciaturas. *Educação Temática Digital*, 8(2), 295-306.
- Leite, S. A. S. (2014). Psicologia e política: reflexões sobre a formação docente. *Psicologia Ensino & Formação*, 5(1), 83-100.
- Lemos, L. S. (2008). *A identidade do licenciado em Psicologia: uma análise das regulamentações brasileiras entre 1962 e 2007*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte).
- Lima, L. P., Silva, B., Oliveira, J. N. (2016). Licenciatura em Psicologia: Debates Atuais e Relato de uma Intervenção na Formação de Professores. *Psicologia Ensino & Formação*, 7(2), 92-101.
- Lombardi, J. C., Nascimento, M. I. M. (Org). (2004). *Fontes, História e Historiografia da Educação*. Campinas: Autores Associados.
- Magalhães, Solange M. O.(2010). Experiências de investigação da atitude transdisciplinar no contexto de formação de professores. *Psicologia Ensino & Formação*, 1(1), 67-82.
- Massimi, M. (1998). A História das Idéias Psicológicas: uma viagem no tempo rumo aos novos mundos. In: Romanelli, G & Zélia M. B. *Diálogos Metodológicos sobre prática de pesquisa*. Ribeirão Preto: Legis Summa.
- Massimi, M. (1990). *História da psicologia brasileira: da época colonial até 1934*. São Paulo: EPU.
- Massimi, M. (2008). Estudos históricos acerca da psicologia brasileira. In: Freitas, R. H. *História da psicologia: pesquisa, formação, ensino*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

- Mello, Marlos. (2013). A Psicologia no Ensino Médio: uma análise sobre a prática docente. *Psicologia Ensino & Formação*, 4(2), 65-80. Recuperado em 30 de março de 2020.
- Mrech, L. M. (2001). Casa de ferreiro, espeto de pau: o campo da psicologia no ensino médio: dilemas e perspectivas. In: Severino, I. C. A. F. *Conhecimento, pesquisa e educação*. Campinas, SP: Papyrus.
- Mrech, L. M. (2007). Um breve histórico a respeito do ensino de psicologia no ensino médio. *ETD – Educação Temática Digital*, 8(2), 225-237.
- Nunes, C. (1992). *História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos*. Teoria e educação.
- Oliveira, P. S. (1998). Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: Oliveira, P.S. *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: Hucitec.
- Patto, M. (1997). *Introdução à psicologia escolar*. 3rd ed. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Patto, M. (2005). *Exercícios de indignação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pereira, A. P. (2013). *Ensino de Psicologia em Escolas Técnicas de Nível Médio: Por quê? Para quê? Para quem?*
- Pandita-Pereira, A., Sekkel, M. C. (2012). Possibilidades de atuação para o licenciado em Psicologia nas Etecs. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(4), 972-985.
- Rey, F. L. G. (2014). Educação, subjetividade e a formação do professor de psicologia. *Psicologia Ensino & Formação*, 5(1), 50-63.
- Saviani, D. (2004). Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: Lombardi, J. C., Nascimento, M. I. M. *Fontes, História e Historiografia da Educação*. Campinas: Autores Associados.
- Saviani, D (2007). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados. De acordo com Saviani (2007), o tecnicismo é uma proposta de educação baseada na racionalidade, eficiência e produtividade, a partir da neutralidade científica com base na técnica.
- Saviani, D. (2008). O Legado Educacional do Regime Militar. *Cad. Cedes*, 28(76), 291-312.

- Silva, K. V. (2005). *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto.
- Silva, R. G. D. (2011). Relato de uma pesquisa avaliativa sobre as contribuições da Psicologia para o Ensino Médio. *Psicologia Ensino & Formação*, 2(1), 57-76.
- Silva, F. F. (2017). Psicologia no Contexto da Ditadura Civil-militar e Ressonâncias na Contemporaneidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(spe), 82-90.
- Soligo, A., Azzi, R. (2009). Psicologia no ensino médio. In: *Conselho Federal de Psicologia. Seminário nacional do ano da educação psicologia: profissão na construção da educação para todos*. Brasília: Autor.
- Souza, M.A. (2002). Algumas reflexões sobre a lei e a legislação como fonte de pesquisa histórica da Educação. In: Lopes, A. A. B. M., Gonçalves, I. A.; Faria Filho, L. M., Xavier, M. C. (Orgs.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FUMEC/FHC.
- Souza, V. L. T.(2014). A Constituição identitária do professor de Psicologia: quem forma o formador?. *Psicol. Ensino & Form*, 5(1), 64-82.
- Scarparo, H. B. K., Torres, S., Ecker, D. D. (2014). Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado. *Revista EPOS*, 5(1), 57-78.
- Vieira-Santos, J. (2016). Impacto das Diretrizes Curriculares Nacionais na Formação em Psicologia: Revisão de Literatura. *Psicologia Ensino & Formação*, 7(2), 34-52.
- Yamamoto, O. H. (2000). A LBD e a psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão. Psicol. cienc. prof.*, 20(4).
- Yamamoto, O. H. (2006). Graduação e pós-graduação em psicologia: relações possíveis. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 3(6), 270-281.
- Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37.
- Yamamoto, O. H., Oliveira, I.F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe), 9-24.